

ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA

Análise dos vínculos afetivos na adoção: um olhar para as condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas

**ASSIS
2019**

ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA

Análise dos vínculos afetivos na adoção: um olhar para as condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestra em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Ferreira Abrão

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

Silva, Anna Cecilia Latanzio Rodrigues
S586a Análise dos vínculos afetivos na adoção: um olhar para as condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas / Anna Cecilia Latanzio Rodrigues Silva. Assis, 2019.
187 p. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís Ferreira Abrão

1. Psicanálise. 2. Adoção. 3. Mãe e lactente. 4. Winnicott, D.W. (Donald Woods) 1896-1971. I. Título.

CDD 616.8917



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Análise dos vínculos afetivos na adoção: um olhar para as condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas

AUTORA: ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA

ORIENTADOR: JORGE LUÍS FERREIRA ABRÃO



Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. JORGE LUÍS FERREIRA ABRÃO
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/Assis

Profa. Dra. DIANA PANCINI DE SÁ ANTUNES RIBEIRO
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/Assis

Profa. Dra. HELENA RINALDI ROSA
USP / São Paulo

Assis, 15 de outubro de 2019

Dedico este trabalho ao meu amor, Edes, companheiro que me ofereceu os mais afetuosos abraços de acolhimento e confiança. Meus sonhos só seriam (e foram) possíveis com você ao meu lado!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar aqui minha sincera gratidão a todos que compartilharam a vida comigo e àqueles que permitiram tecer experiências afetivas ao longo da minha caminhada. Em especial, gostaria de agradecer àqueles que estiveram bem de perto neste período, tornando-o mais doce e prazeroso:

À minha mãe, Maria Helena, pelo cuidado e dedicação no maternar ao longo da vida e pelo incansável esforço em deixar o estudo como fonte de crescimento e colheita futura.

Ao meu pai, Luiz (*in memoriam*), que me apresentou, no pouco tempo que tivemos juntos, a afetividade e o prazer pelos livros, herança eterna.

Ao meu orientador Professor Livre Docente Jorge Luís Ferreira Abrão, que me “adotou” sem conhecer minha história pregressa e teceu considerações e ampliações sobre minha pesquisa, sinto profunda gratidão!

À Professora Dra. Diana Pancini de Sá Antunes Ribeiro e à Professora Dra. Helena Rinaldi Rosa pela generosidade que tiveram ao ler meu trabalho e pelo enriquecimento com suas considerações no momento do Exame de Qualificação, as quais me permitiram crescer e compreender melhor meu trabalho.

Ao meu grande amigo Maurício Ribeiro de Almeida (*in memoriam*) a quem devo profundos agradecimentos por acreditar em mim, auxiliar nos caminhos da pesquisa e pelas longas conversas sobre adoção. Sinto muitas saudades!

À minha família (tios, tias, primos, primas e minha afilhada “Lulu”) pela dose, quase extinta (rs), de compreensão e tolerância pelas ausências e por acreditar que seria possível realizar esta caminhada.

À minha família (parte 2), que me recebeu afetuosamente no meio do percurso da vida (D. Edna, Sr. Edes, Dani, Karine, Henrique, Primo e Enrico), pelo cuidado comigo e por suportar minhas ausências em momentos importantes da vida.

À Patrícia Nunes, pelo apoio constante na minha caminhada interna e pelas descobertas em mim que permitiram me afetar com este trabalho e a crescer com ele.

À Maria Aparecida Rocha, que esteve presente comigo nos momentos de grandes angústias analíticas e que atenciosamente e cuidadosamente me acolheu e desvendou campos psíquicos comigo, a fim de permitir um encontro mais profundo com minha pesquisa.

Aos meus grandes amigos de infância que vivem presentes dentro de mim e caminham comigo lado a lado: Paulo Vinicius, Flávia, Natália e Joyce, meus irmãos da vida!

Aos grandes amigos que fiz em Dracena e que me acolheram como parte de suas vidas e suportaram as dificuldades comigo bem de perto: Adriana (Baby), Marquinho e Victor, vocês foram injeção de energia, cuidado e incentivo!

Ao Paulo Roberto Ribeiro Marinho, amigo de faculdade, que me oportunizou um encontro de acolhida, pertencimento e familiaridade em um universo novo e cheio de dúvidas, você foi essencial neste momento, carregou você sempre comigo!

À Ruchelli Stanzani Ercolano, parceira e minha mais nova e doce amiga, com você por perto e presente a caminhada foi mais serena e compartilhada, um presente do mestrado!

Aos meus colegas da Unifadra: Andréa, Vanessa, Cleber, Simone, Cláudia, Laize, Paloma, Raqueli, Alessandra e Jaqueline, pela incansável ajuda, suporte e amizade. Vocês foram essenciais para a conclusão deste trabalho!

Aos meus alunos que afetuosamente me estimularam e me incentivaram a crescer e estudar sempre, a vida com vocês tem sabor especial!

Aos meus pacientes, minhas joias raras, doses diárias de esperança, desejo e amor, meu profundo agradecimento pela confiança e por vezes terem sido tão “pacientes”, suportado meu cansaço e a trajetória intensa de estudo. Vocês me enriquecem num tamanho sem fim!

À Tina e D. Alice, essenciais neste período, cuidando da minha vida de maneira tão empática e afetuada, vocês se tornaram parte da minha família.

À Eli, minha secretária, que “segurou a onda” junto comigo, exercendo funções que muitas vezes excediam as suas, acompanhando diariamente minhas angústias e correria!

À Fran, pela ajuda e disponibilidade no ensino de outras línguas, você oportunizou a entrada neste caminho de pesquisa e a conhecer lugares indescritíveis, nossos cafés e conversas foram muito “chiques” (rs).

Devo um agradecimento especial às mães adotivas e aos seus filhos queridos, que permitiram que eu entrasse em parte de suas vidas e fizesse destes encontros conhecimento e ciência. Meu respeito por suas histórias é imensurável!

Ao fórum e, em especial, à Denise, pela disponibilidade na parceria e que sensivelmente acolheu minha demanda e possibilitou o caminho da pesquisa.

A todo o pessoal do setor de pós-graduação, pela ajuda constante e tão acessível!

À Olga e ao André, pelo cuidado ao ler meu trabalho e realizar as devidas correções e formatações!

E, por fim, a todos aqueles que de um jeito ou de outro estiveram comigo e transitaram pela minha vida!

SILVA, Anna Cecilia Latanzio Rodrigues. **Análise dos vínculos afetivos na adoção:** um olhar para as condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas. 187 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

A proposta deste trabalho é contribuir para a compreensão da constituição do vínculo mãe-bebê nas experiências de maternagem em mãe adotivas, a partir de uma perspectiva teórica winnicottiana. Tais construções vinculares referem-se à construção da maternagem na relação mãe-bebê, a partir de um vivenciar da preocupação materna primária, *holding*, *handling*, das apresentações de objeto, entre outros movimentos psíquicos que compõem o desenvolvimento da “mãe suficientemente boa”. Neste sentido, amplia-se essa compreensão e análise deste fenômeno em mães adotivas, que em grande parte advêm de um processo de infertilidade e chegam carregadas de estigmas e fantasias que precisam ser desconstruídas para a efetivação do maternar, além de transitarem por um processo jurídico que desperta conteúdos psíquicos, muitas vezes oriundos de fatores inconscientes que ficam expostos na construção da maternagem. Diante disso, para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa, foi utilizado o Procedimento do Desenho-Estória com Tema e a entrevista semiestruturada, com quatro mães que estavam no momento da pesquisa com filhos de até 4 anos de idade. O método psicanalítico e a narrativa psicanalítica percorreram toda a análise dos dados e construção dos resultados. Verificou-se que há diversos lutos a serem vividos dentro do campo da adoção, ou seja, o luto da perda da fertilidade, dos filhos e dos pais ideais, entre outros. A vivência da preocupação materna primária e os desdobramentos desta experiência são essenciais para iniciar e despertar a construção vincular e, neste caso, o tempo na fila de espera para adoção pode ser um elemento importante e decisivo para desenvolver esta condição e, conseqüentemente, no florescer de uma “mãe suficientemente boa”. Contudo, compreende-se que da participação do processo legal da adoção, no qual há o preenchimento do formulário de perfil para a escolha das características do filho, emergem diversos sentimentos, mobilizando inúmeros conteúdos psíquicos. Os cursos preparatórios para adoção são também fatores significativos para os pretendentes à adoção, pois apresentam aspectos do processo que podem favorecer o desenvolvimento da relação, a fim de evitar a devolução. Portanto, vale ressaltar a importância de um preparo psicológico e de uma compreensão dos recursos psíquicos dos pais para acolher um filho que carrega uma história pregressa desconhecida por eles e que expressará seus sentimentos de abandono em seu novo lar, buscando em sua mãe um acolhimento e exercício de *holding* e *handling* necessários para o processo de adaptação, para a construção do vínculo afetivo e para as possíveis ressignificações das experiências vividas tanto pelas mães quanto pelos filhos.

Palavras-chave: Adoção. Relação mãe-bebê. Maternagem. Psicanálise. Winnicott.

SILVA, Anna Cecilia Latanzio Rodrigues. **The analysis of affective bonds in adoption**: a look at the environmental and affective conditions in the mothering of adoptive mothers. 187 f. 2019. Dissertation (Masters in Psychology) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

The proposal of this paper is to contribute to the understanding of the constitution of the mother-baby bond in the experiences of adoptive mothers, from a winnicottian theoretical perspective. Such binding constructions refer to the construction of motherhood in the mother-baby relationship, from the experience of primary maternal concern, holding, handling, from object presentations, among other psychic movements that take part in the development of the “sufficiently good mother”. In this sense, this understanding and analysis of this phenomenon is broadened in adoptive mothers, which in a great part come from a process of infertility and come loaded of stigmas and fantasies that need to be deconstructed to realize the maternal, besides passing through a legal process, which arouses psychic contents, often coming from unconscious factors that are exposed in the construction of motherhood. Therefore, for the development of this qualitative research, it was used the Story-Drawing Procedure with Theme and the semi-structured interview with four mothers who were in the moment of the research with children up to four years old. The psychoanalytic method and the psychoanalytic narrative went through all the analysis of data and the construction of results. It was found that there are several mourning to be experienced within the adoption field, that is, the mourning of fertility loss, ideal children and parents, among others. The experience of primary maternal concern and the consequences of this experience are essential to start and awake bonded construction, and in this case, the waiting time for adoption can be an important and decisive element to develop this condition and, consequently, to flourish a "good enough mother". However, it is understood that from the legal process participation of adoption, in which there is the profile form filling to choose the child's characteristics, emerges several feelings and mobilizing numerous psychic contents. The preparatory courses for adoption are also significant factors for the adoption applicants, because they present aspects of the process that may favor the development of the relationship in order to avoid the return. Therefore it is necessary to emphasize the importance of psychological preparation and an understanding of psychic resources of the parents to welcome a child who carries an unknown past history to them and who will express his/her feelings of abandonment in his/her new home, seeking in his/her mother a welcoming and an exercise of holding and handling necessary for the adaptation process, for the construction of the affective bond and for the possible resignifications of the experiences lived by both mothers and children.

Keywords: Adoption. Mother-infant relationship. Maternity. Psychoanalysis. Winnicott.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeiro desenho de Sônia no D-E com Tema	97
Figura 2 - Segundo desenho de Sônia no D-E com Tema	98
Figura 3 - Primeiro desenho de Estela no D-E com Tema	112
Figura 4 - Segundo desenho de Estela no D-E com Tema	114
Figura 5 - Primeiro desenho de Dolores no D-E com Tema	123
Figura 6 - Segundo desenho de Dolores no D-E com Tema	124
Figura 7 - Primeiro desenho de Juliana no D-E com Tema	134
Figura 8 - Segundo desenho de Juliana no D-E com Tema	136

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Participantes da pesquisa	84
Quadro 2 - Primeira estória de Sônia no D-E com Tema	98
Quadro 3 - Segunda estória de Sônia no D-E com Tema	99
Quadro 4 - Primeira estória de Estela no D-E com Tema	112
Quadro 5 - Segunda estória de Estela no D-E com Tema	114
Quadro 6 - Primeira estória de Dolores no D-E com Tema	124
Quadro 7 - Segunda estória de Dolores no D-E com Tema	125
Quadro 8 - Primeira estória de Juliana no D-E com Tema	134
Quadro 9 - Segunda estória de Juliana no D-E com Tema	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAAE - Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
- CEJAI - Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional
- CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
- D-E - Desenho-Estória
- DNA - Deoxyribonucleic acid (ácido desoxirribonucleico – ADN)
- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- SciELO - *Scientific Eletronic Library Online*
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	OS CAMINHOS PARA A ADOÇÃO: LUTAS E CONQUISTAS	19
1.1	Origem histórica da adoção	19
1.2	Legislação brasileira sobre a adoção	23
1.3	Procedimentos para adoção no Brasil: da “escolha” da criança à devolução	31
1.4	Algumas condições específicas sobre a adoção	35
2	ADOÇÃO E CONSTRUCTOS PSICANALÍTICOS: SONHOS E VIVÊNCIAS DO ADOTANTE E DO ADOTADO	39
2.1	Os desejos “inter-rompidos” do adotante	40
2.2	O sonho e o desejo do adotado	50
3	VÍNCULO MATERNO E ADOÇÃO: COMPOSIÇÕES TEÓRICAS NA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ	61
3.1	Implicações inconscientes no desenvolvimento do “ser mãe”	61
3.1.1	Contribuições sobre a maternagem e as condições maternas para tal	65
3.2	“Ser mãe” diante do processo de adoção: alguns pensamentos	71
4	PERCURSO DA PESQUISA	78
4.1	Justificativa	78
4.2	Objetivos	81
4.2.1	Objetivo geral	81
4.2.2	Objetivos específicos	81
4.3	Método	81
4.3.1	<i>Lócus</i> do estudo	83
4.3.2	Participantes da pesquisa	84
4.3.3	Instrumentos	85
4.3.3.1	O Desenho-Estória com Tema e seu percurso histórico	85
4.3.3.2	Entrevista semiestruturada	88

4.3.3.3	Narrativa Psicanalítica	91
4.3.4	Coleta e construção de dados	92
4.3.5	Procedimentos para análise dos dados construídos	93
5	RESULTADOS	95
5.1	Sônia	95
5.1.1	Caracterização	95
5.1.2	Procedimento Desenho-Estória com Tema	97
5.1.3	Síntese da entrevista	100
5.1.4	Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral	106
5.2	Estela	109
5.2.1	Caracterização	109
5.2.2	Procedimento Desenho-Estória com Tema	112
5.2.3	Síntese da entrevista	115
5.2.4	Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral	120
5.3	Dolores	122
5.3.1	Caracterização	122
5.3.2	Procedimento Desenho-Estória com Tema	123
5.3.3	Síntese da entrevista	125
5.3.4	Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral	130
5.4	Juliana	132
5.4.1	Caracterização	132
5.4.2	Procedimento Desenho-Estória com Tema	134
5.4.3	Síntese da entrevista	137
5.4.4	Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral	143
6	INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS	146
6.1	O processo de adoção	146
6.2	A chegada da criança	152
6.3	Reconhecendo-se como mãe	157
6.4	O cuidado como expressão de afeto	163
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	167

REFERÊNCIAS	171
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	181
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	184

“Pra você guardei o amor”

Pra você guardei o amor
Que nunca soube dar
O amor que tive e vi sem me deixar
Sentir sem conseguir provar
Sem entregar
E repartir

Pra você guardei o amor
Que sempre quis mostrar
O amor que vive em mim vem visitar
Sorrir, vem colorir solar
Vem esquentar
E permitir

Quem acolher o que ele tem e traz
Quem entender o que ele diz
No giz do gesto o jeito
Pronto do piscar dos cílios
Que o convite do silêncio
Exibe em cada olhar

*Guardei
Sem ter porquê
Nem por razão
Ou coisa outra qualquer
Além de não saber como fazer
Pra ter um jeito meu de me mostrar*

*Achei
Vendo em você
Explicação
Nenhuma isso requer
Se o coração bater forte e arder
No fogo o gelo vai queimar (refrão)*

Pra você guardei o amor
Que aprendi vendo os meus pais
O amor que tive e recebi
E hoje posso dar livre e feliz
Céu cheiro e ar na cor que o arco-íris
Risca ao leitar

Vou nascer de novo
Lápis, edifício, tevere, ponte
Desenhar no seu quadril
Meus lábios beijam signos feito sinos
Trilho a infância, terço o berço
Do seu lar

(refrão)

Pra você guardei o amor
Que nunca soube dar
O amor que tive e vi sem me deixar
Sentir sem conseguir provar
Sem entregar
E repartir

(refrão)

Nando Reis

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa procurou ampliar as discussões sobre os processos de adoção e em especial como se compõe a construção da maternagem em mães adotivas, a partir de uma perspectiva psicanalítica, com o intuito de capturar os aspectos que norteiam e compõem o “ser mãe” neste contexto.

A maternagem é uma composição psíquica norteadora do desenvolvimento do bebê, assim, o nutre e fornece subsídios psíquicos para compor e desenvolver o seu *self*. Neste caso, amplia-se o olhar para os recursos necessários desta mãe para compor a “sobrevivência” deste bebê que necessita tanto do alimento como fonte de nutrição física, quanto de alimento psíquico para compor a nutrição psíquica, aspecto chave para a constituição da identidade deste indivíduo.

Assim, a maternagem se configura como uma necessidade de todos os indivíduos, independente da adoção. Porém aqueles que são adotados trazem para os pais adotivos inúmeros outros elementos que podem implicar o desenvolvimento desta condição, pois reverberam nestes suas próprias questões narcísicas e edípicas e todas as outras composições do universo inconsciente que se tornam um divisor de águas para tal processo.

“A mulher ‘carrega’ para a sua vida de mãe os aspectos da sua vida psíquica, e com eles ‘imprime’ sua experiência materna, podendo dar-lhe um colorido mais saudável ou mais patológico” (DE FELICE, 2006, p. 20).

Quanto ao desenvolvimento da função materna em mães adotivas, Ducatti (2004) traz uma contribuição que pode ser considerada disparadora para o presente trabalho, apresentando que a denominação “mãe biológica”, conhecida por todos, ou que já se ouviu falar, povoou o imaginário das pessoas, referindo-se ao fato de ser uma mãe que poderia usufruir de condições reais para maternar, ou seja, com mais recursos para tal função. Em contrapartida, a “mãe de criação” como aquela que exerce uma função menos favorecida, com certo tom depreciativo perante essas condições maternas.

A autora supracitada acrescenta que ainda hoje há certo preconceito em relação às mães que buscam na adoção a realização do desejo da maternidade, de forma a serem mais cobradas em suas reais condições de ocupar esse “papel”, sendo necessário um desdobramento significativo dessa função, bem como uma

necessidade de provar amor e dedicação ao filho adotivo frente à mãe que gestou biologicamente esta criança.

Estas reflexões se fazem necessárias não apenas para recuperar e procurar, mesmo que de forma audaciosa, rever a ideia equivocada de que toda mãe “verdadeira” não tem defeitos, enquanto a que se fez mãe pela via alternativa os apresenta. Não faço aqui a apologia à segunda mãe, porém acredito que tanto “biológica” quanto “adotiva” uma mãe possa ser suficientemente capaz de tornar seu filho um sujeito e impedir que ele o seja. A questão reside naquilo que denominamos recursos internos, entendendo por eles aquelas condições necessárias para que a função materna se realize. (DUCATTI, 2004, p. 17).

Diante dos discursos que a sociedade apresenta, cabe indagar: Como se tornar mãe sem passar pelo período de gestação? Como será então construído o vínculo na relação mãe-bebê ou mesmo mãe-criança?

Perante estes questionamentos propõe-se estudar as condições maternas para a composição deste vínculo afetivo. Desse modo, o desenvolvimento desta proposta de trabalho foi algo transformador e mobilizador, em virtude da intensidade vivida junto aos participantes da pesquisa e dos dados colhidos, além das leituras e construções feitas ao longo do processo, que foram amparadas pelo desejo, pelo sonho e pela teoria e técnica psicanalítica.

Com a intenção de aprofundar às questões que permeiam a constituição da subjetividade materna, a partir da experiência de adoção, foram elaborados três capítulos teóricos que sustentaram a análise dos dados construídos com base nas entrevistas semiestruturadas e nos Desenhos-Estória com Tema. Desenvolveu-se também um capítulo destinado ao aprofundamento metodológico e à escolha dos instrumentos de construção dos dados. Esses capítulos direcionaram o desenvolvimento dos resultados, suas integrações e as considerações finais.

No primeiro capítulo, intitulado “*Os caminhos para a adoção: lutas e conquistas*”, o principal objetivo foi discutir os aspectos que embasam os processos de entendimento das experiências de adoção no que tange ao seu percurso histórico, suas lutas sociais e conquistas, além de compreender as construções da legislação ao longo da história, com ênfase nos desdobramentos da legislação brasileira. Por fim, apresenta-se o passo a passo para um processo de adoção e algumas de suas modalidades, a fim de se compreender os enfrentamentos e desafios desta busca.

No segundo capítulo – *“Adoção e constructos psicanalíticos: sonhos e vivências do adotante e do adotado”* –, discorre-se sobre os elementos que elucidam os aspectos psíquicos que circundam a construção do processo de adoção do adotante, em seguida, aborda-se o modo como o adotado vivencia suas expectativas e seus sonhos sobre a adoção. Para tanto, parte-se do aporte teórico apresentado pelas principais obras da psicanálise que discutem tal processo.

O terceiro capítulo, intitulado *“Vínculo materno e adoção – composições teóricas na relação mãe-bebê”*, traz reflexões acerca do “ser mãe”; os aspectos implicados à maternagem de um modo mais ampliado, as decorrências desta função nos processos de adoção e nas formações dos vínculos mãe-bebê, além de possibilitar melhor compreensão das formações dos laços afetivos.

O quarto capítulo – *“Percurso da Pesquisa”* – apresenta uma análise aprofundada que se refere à escolha da abordagem de pesquisa, bem como a escolha dos instrumentos de construção dos dados, com base no objeto de estudo. Buscou-se elucidar o caminho percorrido para a escolha dos sujeitos participantes e descrever como se deu o movimento e o momento de coleta, construção e análise dos dados.

Caminhando para o final deste trabalho, no quinto capítulo – *“Resultados”* – apresenta-se o encontro com quatro mães, as entrevistas realizadas e o Desenho-Estória com Tema, a fim de compor as análises dos dados e contribuir com as pesquisas já realizadas até então sobre o assunto, além de possibilitar novas reflexões e composições teóricas sobre o tema no âmbito psicológico.

No quinto capítulo, denominado *“Integração dos resultados”*, são discutidos elementos que foram observados nos quatro casos expostos no trabalho, com o intuito de discorrer sobre os aspectos convergentes e divergentes analisados na pesquisa pautada no referencial teórico apresentado.

Por fim, são tecidas as considerações finais, no capítulo de mesmo nome, compilando os elementos centrais desta pesquisa e as possíveis considerações deste trabalho, em prol de ampliar novos estudos, trabalhos e construções sobre a maternagem e a adoção, favorecendo, contudo, o desenvolvimento humano em caráter subjetivo e coletivo, possibilitando, também, novos olhares para o âmbito social.

O estudo da adoção e, em especial, da maternagem é uma proposta de ampliar, desmistificar e agregar conhecimento a diversas esferas da população em relação a essas funções maternas recheadas de estigmas sociais e de discursos simplistas sobre tais condições.

1 OS CAMINHOS PARA A ADOÇÃO: LUTAS E CONQUISTAS

Em meio aos questionamentos sobre a adoção, surgem muitas perguntas, dúvidas, ideias e discussões que vêm ao pensamento ou mesmo lembranças de amigos, conhecidos ou pessoas da família que passaram pelo processo de adoção. E, em muitos casos, ronda-se o mistério e as fantasias criadas em razão deste tema.

Esses mistérios e fantasias que circundam tais processos são derivados de uma composição histórica permeada de lutas e conquistas ao longo dos anos, a qual trouxe desenvolvimento da legislação para amparar as crianças e as famílias envolvidas nestes contextos, o que derivou junto disso muitos mitos sobre este assunto. Estes mitos, como: “adoção só traz problema”, “as crianças se revoltam quando se tornam adolescentes”, “a adoção tem que ser de bebês para que seja mais fácil”, entre muitos outros que serão apresentados durante o trabalho, permanecem até os dias de hoje, sendo fortemente sedimentados em nossa sociedade.

Desta forma, neste capítulo, são abordados alguns aspectos centrais sobre a origem da adoção, a evolução da legislação brasileira, os procedimentos a serem seguidos e os diversos tipos de adoção que ajudarão a compor e a compreender os desdobramentos nas relações afetivas.

1.1 Origem histórica da adoção

A história da adoção é permeada por muitos significados, pois desde a antiguidade aparecem registros sobre o tema, e a cada momento histórico os procedimentos de adoção adquirem práticas diversas, carregando uma função social e afetiva conforme as nuances da sua cultura.

A adoção é uma prática que acontece desde o início das civilizações, apesar do surgimento da adoção não ter um período e um local específico em que foi abordado pela primeira vez. A questão é que sempre existiram mães que entregavam ou abandonavam seus filhos e famílias que “acolhiam” essas crianças como filhos naturais (GHIRARD, 2015; PEREIRA; AZAMBUJA, 2015).

Um dos questionamentos sobre a adoção é alusivo ao que assinala uma entrega à adoção e, para tanto, esta entrega está relacionada à morte ou ao desaparecimento dos pais; à doação dos filhos para terceiros ou para instituições; a

negligência, abusos, maus-tratos, privações, o que, nestes últimos casos, acarretam a destituição do poder familiar. De modo geral, várias são as possibilidades de abandono que a criança poderá experimentar. Nesse contexto, o acolhimento em um lar substituto pode representar a chance de reconstrução do vínculo familiar (PAIVA, 2005; LEVINZON, 2015b).

Por outro lado, também vale destacar que a entrega para adoção não necessariamente implica o não desejo da mãe pelo filho, mas, muitas vezes, é o desejo desta mãe de que este filho não passe pelas mesmas experiências negativas que ela vivenciou (HAMAD, 2002).

Na maioria das vezes, as mães entregam seus filhos para adoção esperando que ele encontre boas condições de vida, condições que elas não conseguiriam lhe dar. Nesse sentido, pode-se dizer que não estão abandonando o filho. Pelo contrário, nesses casos é um ato de amor... (LEVINZON, 2015b, p. 8).

Houve um desenvolvimento gradual nas relações de adoção e em suas configurações legais e emocionais, as quais foram ganhando novos contornos e se modificando ao longo do tempo.

De acordo com Steinhauer (1991 *apud* WEBER, 2015) as experiências de adoção existem há 48 séculos e o registro mais antigo que se tem é de Sargon I (rei-fundador da Babilônia), no século 28 a.C. A história dele se assemelha à história bíblica de Moisés, que foi encontrado, em uma cesta à margem de um rio, por um homem que cuidou dele como se fosse seu próprio filho.

Quanto à origem do conjunto de leis sobre a adoção, o mais antigo foi o Código de Hamurabi, representante da sociedade mesopotâmica do II milênio a.C. Desde esse momento aparecem dados em relação à infertilidade das mulheres, que sendo estéreis permitiam que seus maridos tivessem filhos com outras mulheres escolhidas por elas mesmas. Nesta época também havia medos e indagações quanto à adoção, da mesma forma que se vivencia atualmente, tais como: as construções de vínculos entre o adotante e o adotado; a diferente tratativa do filho adotivo em detrimento do filho biológico; os impactos psíquicos na criança, que sofre o abandono e se separa de sua primeira relação de apego; o interesse do adotado pelos pais biológicos e a devolução da criança aos pais biológicos caso estes a agredissem de alguma forma (WEBER, 2015).

Os medos e questionamentos desta época retratam os medos e as indagações vividas nos dias de hoje. Como explica Ladvoat (2002, p. 40):

A história da criança antes da adoção, por ser desconhecida na maioria dos casos, favorece o surgimento de mitos que são difundidos pela cultura popular. O grande medo das famílias adotivas, ao trazer à tona os momentos pré-adotivos, é o contato da criança com a sua origem, tanto o acesso às informações sobre os dados da história, quanto, e, principalmente, o desejo de busca e conhecimento da família biológica. O acesso às origens é importante para que a criança possa fantasiar, questionar, perguntar e encontrar respostas junto à sua família adotiva, sem segredos nos canais de comunicação.

Com a colonização portuguesa inicia-se o abandono de crianças no Brasil, pois a comunidade indígena não tinha essa prática com seus filhos. “Já nos períodos Colonial e Imperial, crianças ‘legítimas’ e ‘ilegítimas’ eram abandonadas em diversos locais urbanos, na tentativa dos pais de livrarem-se do filho indesejado, não amado ou ilegítimo” (WEBER, 2015, p. 49).

Esta situação, no Brasil, deu início às ideias de proteção à criança abandonada, também com a colonização portuguesa, que seguiam a mesma lógica de assistência caritativa aplicada em Portugal. No período colonial, a Igreja e o Estado exerciam diversas contribuições (eventualmente financeiras), porém era a sociedade civil que assistia a criança abandonada (PAIVA, 2005).

Até meados do século XIX, a assistência permaneceu caritativa, prevalecendo o informalismo, em que as pessoas com mais condições financeiras davam suporte às crianças necessitadas. Neste período, as câmaras municipais auxiliavam apenas disponibilizando as Santas Casas de Misericórdia com as Rodas dos Enjeitados¹, com base em um modelo europeu, onde muitas crianças morreram, algumas eram mantidas internadas e outras foram para “famílias criadeiras” (famílias ricas que criavam os filhos de terceiros, geralmente pessoas menos favorecidas).

As Rodas dos Enjeitados, também chamadas de Rodas dos Expostos, foram criadas com o propósito de evitar a prática do abandono e o infanticídio (muitas vezes causados pelo aborto), pois muitas mulheres tinham filhos de formas indesejadas e eram denominadas como “desonradas”; outras por baixa condição financeira para cuidar da criança; e até mesmo filhos de escravas que eram obrigadas pelos seus “senhores” a abandonar seus filhos encontraram uma forma de

¹ Estrutura giratória que permitia deixar os bebês por qualquer pessoa de forma sigilosa, sendo posteriormente resgatados por freiras que habitavam tais instituições.

depositá-los em algum lugar onde tivessem ao menos uma oportunidade de sobrevivência. Todo esse sistema de Rodas se extinguiu no Brasil, na década de 50, quando foram instituídas as casas denominadas de orfanatos, patronatos e seminários, onde essas crianças viviam conjuntamente (LADVOCAT, 2002).

Outra representação fortemente marcada da época é que as crianças que eram recolhidas nestas rodas ou mesmo deixadas com outras famílias sem nenhuma documentação eram usadas como mão de obra barata para as famílias que as acolhiam e acabavam se tornando eternos criados do lar.

Weber (2015) coloca que a adoção começa a ter um cunho mais social e um olhar para a criança a partir da Primeira Guerra Mundial, em virtude do alto índice de crianças abandonadas e órfãs. Por esta razão, em 1923, foi expedida a Declaração dos Direitos da Criança e as crianças eram tratadas de maneira muito semelhante aos filhos biológicos, porém não tinham os mesmos direitos que aqueles. Após a Segunda Guerra Mundial, a criança adotiva passou a receber a legitimidade de filho e a incluir até mesmo o sobrenome de seus pais adotivos.

A autora supracitada acrescenta que, após as duas grandes guerras mundiais, buscou-se promover meios de proteger essas crianças, como mencionado anteriormente, incluindo os processos de adoção, e, em 1941, foi implantada a Primeira Agência de Colocação Familiar, na Bahia. A partir de então, houve discrepâncias do objetivo da adoção, trazendo novamente à adoção a implicação da mão de obra barata e designando as crianças e/ou adolescentes adotados para atuarem como pajens dos filhos biológicos, serviçais na casa de seus pais, entre outras atribuições que lhes eram impostas.

Paralelamente às construções legais que foram se compondo sobre a adoção no Brasil, por muito tempo existiu (e ainda acredita-se que não foi extinta) o que se denominou de “Adoção à brasileira”, considerado como um sistema divergente às construções legais, sendo assim, o registro do bebê é realizado direto no nome dos pais adotivos, como se fosse filho biológico. O que não se coaduna com a legislação, sendo passível de condenação judicial (GHIRARD, 2015; LEVINZON, 2015b).

As pessoas que recorrem a essa forma de adoção acreditam que, dessa maneira, o processo será simples, sem a espera e sem a incerteza dos procedimentos legais. Neste sentido, alguns pais acreditam que, assim, a criança tem a possibilidade de não conhecer sobre sua história de adoção já que foi registrada como filho/a

legítimo/a, sendo uma forma da adoção “parecer” biológica e, com isso, tem-se a manutenção do segredo quanto à parentalidade biológica e adotiva.

Torna-se importante destacar que, nesses casos, pode ocorrer o interesse dos pais biológicos em reivindicar a criança depois de um tempo e isso gera conflitos para todos os envolvidos, visto que não houve a destituição do poder familiar e, diante dos exames de DNA, a origem biológica da criança é facilmente identificada, gerando ameaças para a revelação da adoção a partir de chantagens e subornos (LEVINZON, 2015b).

Diante dos fatos mencionados, o próximo item traz alguns elementos sobre as construções legais que ampararam os processos de adoção no Brasil, com o propósito de proteger a criança e, de certo modo, também os pretendentes à adoção.

1.2 Legislação brasileira sobre a adoção

Ghirardi (2015) esclarece que a adoção refere-se a medidas legais para inserir a criança ou o adolescente, abandonados ou destituídos do poder familiar, em uma família substituta. A adoção no contexto brasileiro e seus registros jurídicos são aspectos significativos para demarcar as experiências, os avanços e os estigmas vividos no contexto social e emocional. Diante disso, pretende-se explorar os registros legais na história da adoção para que seja possível ampliar as análises do momento atual, visto as marcas deixadas pela história.

No contexto jurídico, Brauner e Aldrovandi (2010, p. 9) asseveram que:

A adoção é uma forma de procriação, porque permite trazer à existência um filho, que se vincula ao pai, mãe ou pais, não pelo sangue, mas por um ato de amor juridicamente protegido. É modalidade de estabelecimento do vínculo de filiação de origem civil. Segundo parte da doutrina, a adoção imita a filiação natural, contudo, como as demais formas de estabelecimento da filiação – socioafetiva e originária de reprodução humana assistida, a adoção vai além, rompendo com o modelo heteroparental e biológico, estabelecimento pelos limites da natureza.

Em meados do século XIX até metade do século XX ocorreram modificações sociais significativas no Brasil, desenvolvendo projetos e legislações para amparar as crianças abandonadas, surgindo as primeiras leis de adoção (PAIVA, 2005).

A partir de 1828 iniciaram-se as legislações que regulamentariam essa prática da adoção com as Ordenações das Filipinas e a Lei de 22 de setembro de 1828, sendo embasadas em colocações romanas. A partir do Código Civil de 1916, com a Lei nº 3.071, surgiram maiores menções à adoção nos textos jurídicos, sendo temas de grande polêmica na época. Essas citações do referido código eram semelhantes ao Código Napoleônico, também muito rígido e abstruso de favorecer o uso social. Nesta época, só poderiam adotar os maiores de 50 anos (WEBER, 2015).

A autora acima citada ainda destaca que, com diversas adaptações na legislação ao longo dos anos, em 12 de outubro de 1927, vigorou o Código de Menores, apresentando demarcações de abandono e retirada do pátrio poder², além de realizar uma diferenciação entre menor abandonado e menor delinquente. Também acrescentou outras definições de abandono, como o físico e o moral. Em relação à adoção propriamente dita, este código não promoveu contribuições, nem mesmo reduziu o índice de abandonos, mas ressaltou a importância de abrigar as crianças a fim de “protegê-las”.

Nesse ínterim, até que fosse instituída a Constituição de 1988, foram ampliadas e modificadas as leis sobre a adoção diante da Lei nº 3.133, de 08 de maio de 1957, modificando alguns critérios quanto ao adotante, como por exemplo: reduziu para 30 anos a idade mínima para que a pessoa pudesse adotar; filho com diferença mínima de 16 anos com o adotante; adotante poderia ter outros filhos; entre outros. Também com a Lei nº 4.655/65 criou-se a Legitimação Adotiva, ficando o adotado com quase todos os direitos do filho biológico (WEBER, 2015).

Já em 1979 instituiu-se o novo Código de Menores, abordando mais intensamente a adoção, trazendo duas formas de adoção: a adoção plena (com legitimidade adotiva, extinguindo qualquer ligação com a família biológica e de caráter irrevogável, tendo o filho adotivo os mesmos direitos do filho biológico) e a adoção simples (com as mesmas condições anteriores, referente ao Código Civil, com autorização do juiz, aplicada aos menores em condições irregulares) (PAIVA, 2005; GHIRARD, 2015).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 igualou-se os direitos tanto dos filhos biológicos, como dos adotivos, tendo ambos os mesmos

² Atualmente utiliza-se a nomeação de poder familiar, que foi instituído a partir da lei nº 10.406/2002 do Código Civil, retirando a condição de gênero para garantia dos direitos da criança. Segundo a Constituição Federal de 1988. Artigo 226: “§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal serão exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (BRASIL, 2016).

direitos, proibindo a discriminação relativa à filiação conforme exposto no artigo 227 § 6º “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (BRASIL, 2016).

Weber (2015) ressalta que as concepções sobre a adoção mudaram significativamente ao longo da história, instituindo novas leis, novas formas de olhar para a criança e para o adolescente. Essas mudanças foram significativas, a partir da instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com base no artigo 227 da Constituição Federal, a qual em seu caput institui:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2016).

A promulgação do ECA levou à revogação do Código de Menores. O novo Estatuto advém com o objetivo de proteger e resguardar os direitos da criança e do adolescente. Assim, foram extintos os tipos de adoção nomeados como simples e plena, unificando-os em apenas uma forma de adoção. Além disso, também foi regularizada a adoção a todos os menores de 18 anos em qualquer situação. A adoção se tornou irrevogável e mobiliza o desenvolvimento de vínculos de filiação entre adotado e adotante(s), retirando o vínculo deste(s) com a família biológica. Garantiram-se, igualmente, os mesmos direitos para filhos adotivo e biológico (BRASIL, 1990).

Nesse contexto, Lôbo (2008, p. 247 *apud* BRAUNER; ALDROVANDI, 2010, p. 12) apresenta as repercussões da adoção na atualidade: “[...] não há mais filho adotivo, mas adoção entendida como meio de filiação, que é única. A partir do momento em que a adoção se conclui, com a sentença judicial e o registro de nascimento, o adotado se converte integralmente em filho”.

O ECA passa a regulamentar os processos de adoção com outras modificações significativas, ficando prevista a adoção por solteiros, casais conviventes, sem necessidade que haja comprovação de esterilidade e, ainda, autorização de adoção a qualquer pessoa que atinja maioridade civil. Também acrescentou que são

necessárias condições econômicas mínimas razoáveis, sem que se estipule um salário mínimo necessário para se candidatar a uma adoção (BRASIL, 1990).

Em 03 de agosto de 2009, o ECA sofreu sua primeira grande reforma pela Lei nº 12.010, chamada “Lei Nacional de Adoção”, promovendo alterações em vários artigos e estabelecendo inúmeras inovações legislativas, mais profundas e significativas, as quais são mencionadas mais adiante. Com destaque para a chamada “Lei da Convivência Familiar”, apresentando desafios significativos para todas as parcelas da população envolvidas neste tema. Como, por exemplo, considerou crime a “Adoção à brasileira” (DIGIÁCOMO, 2009).

Até 2009, a adoção era regulada, também, pelo Código Civil Brasileiro de 2002, nos artigos 1.618 ao 1.629. Quase todos os dispositivos sobre a adoção foram revogados pela “Lei Nacional da Adoção”, que também modificou o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Trata-se da Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, que foi elaborada com o objetivo de desburocratizar o processo de adoção e trazer às crianças e adolescentes adotados tanto por brasileiros, quanto por estrangeiros, mais segurança e fiscalização no trâmite processual (BRAUNER; ALDROVANDI, 2010, p. 13).

Segundo Brauner e Aldrovandi (2010), esta lei modificou os prazos de licença maternidade para mães adotivas, revogando os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 392-A da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A nova lei unifica este prazo, o qual era estabelecido anteriormente de acordo com a idade da criança, sendo: 30 dias de licença para crianças de 4 a 8 anos de idade; 60 dias de licença para crianças de 1 a 4 anos de idade; 120 dias de licença para crianças de até 1 ano de idade. Com as alterações sofridas, o período da licença maternidade passa a 120 dias, independentemente da idade da criança.

Esta lei trouxe desenvolvimento para os processos de adoção, sendo considerada como um avanço na área. Outra mudança importante foi a modificação em relação aos postulantes à adoção, sendo necessário que eles sejam primeiramente acompanhados por uma equipe de apoio, em especial o corpo técnico do judiciário (psicólogos, assistentes sociais, etc.), o qual surgiu com base em uma percepção dos órgãos públicos quanto à necessidade de os candidatos serem preparados para a adoção, pois, neste processo, requer um período de adaptação no contato com a criança, sendo decisório para um melhor desenvolvimento de vínculos (MORELLI; SCORSOLINI-COMIN; SANTEIRO, 2015).

Levando-se em consideração ainda as modificações ocorridas, os artigos 8º e 3º apresentaram o incentivo do poder público para auxílio psicológico a gestantes e mães com o intuito de prevenir e minimizar as consequências do período pré e pós-parto, além de oferecer este auxílio para gestantes e mães que pretendessem entregar a criança para adoção. Também se implantou um novo sistema para que tais mães (aquelas que entregarão a criança para adoção) sejam diretamente direcionadas à Vara da Infância e Juventude para minimizar as ilegalidades quanto às adoções, respeitando o Cadastro Nacional de Adoção (BRASIL, 2009).

No artigo 28, o § 4º (BRASIL, 2009) reforça, em caráter de legislação, a importância de se manter grupos de irmãos em situação de adoção, guarda³ e tutela⁴, algo que já vinha sendo realizado pelos juízes, entretanto, neste momento, se consolida em formato legal. O referido artigo ainda ressalta a importância das famílias substitutas serem preparadas e acompanhadas posteriormente pela equipe interdisciplinar. Neste texto vigora também o respeito pelas crianças e pelos adolescentes indígenas e quilombolas, a fim de serem preservadas suas identidades culturais e respeito à sua etnia (BRASIL, 2009).

Assim, compreende-se que os irmãos devem ser adotados pela mesma família, para que possam ser preservados os sentimentos de identidade da criança, uma vez que esses laços contêm uma parte de sua vida anterior e ajudam a criança a se localizar em relação a si mesma e ao mundo, além disso, “Crianças de mais de 12 anos e adolescentes devem ser consultadas sobre seu processo de adoção” (LEVINZON, 2015b, p. 9).

Devem ser consideradas, igualmente, as atualizações em algumas leis quanto ao valor dado à afetividade e à afinidade como elementos que devam estar presentes na análise para as decisões e julgamentos judiciais. Fato que é um crescente em termos legais, possibilitando o desenvolvimento de vínculos e a identidade da criança.

³ No artigo 33 do ECA (BRASIL, 1990) consta que: “A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais”.

⁴ A tutela é autorizada diante da perda ou suspensão do poder familiar e inclui necessariamente a guarda. Possui caráter definitivo e somente pode ser concedida para menores de 18 anos (BRASIL, 2009).

O artigo 46, §1 e §2, traz considerações quanto ao estágio de convivência⁵, que poderá ser suspenso caso o adotante tenha a tutela ou a guarda legal, além da análise aos aspectos vinculares construídos entre adotado e adotante (BRASIL, 2009).

Ainda referente a essa nova lei de adoção (BRASIL, 2009), ocorreram outras importantes mudanças, como: estágio de convivência para adoção internacional, unificado para o mínimo de 30 dias, independente da idade do adotado; realização do novo registro no Cartório de Registro Civil na mesma cidade de residência dos adotantes; modificação do prenome necessita da oitiva do adotando; permissão ao acesso do adotando sobre sua história biológica, conhecer seu processo legal sem ser impedido por pai e mãe, configurando direito do adotando; ressalta a importância do preparo dos pretendentes à adoção; implementação de cadastro estadual e nacional de crianças e adolescentes a serem adotados e de pessoas habilitadas à adoção; altera-se o termo “abrigamento”, por acolhimento institucional; entre outros aspectos legais tão importantes quanto os aqui apresentados.

Recentemente, foi sancionada outra lei de adoção, a Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017 (BRASIL, 2017). Esta lei traz alterações no ECA e na CLT, tais como: acelera os processos de adoção com a definição de um período específico para adoção, pois anteriormente não havia prazo; estipula, também, um período para o estágio de convivência⁶; redefine datas em alguns processos (como na destituição do poder familiar, estadia das crianças ou adolescentes nas instituições acolhedoras, entre outros) e acrescenta preferência na fila de adoção para candidatos que tenham interesse em adotar grupos de irmãos, crianças ou adolescentes com deficiência, doenças crônicas ou algum tipo de necessidade peculiar de saúde.

Outros aspectos importantes de serem destacados quanto às alterações no ECA são: o tempo que a criança ficava na instituição acolhedora até a definição de sua situação (ou seja, até que ocorra a destituição do poder familiar), esse tempo foi

⁵ Estágio de convivência é o período destinado por lei para que o pretendente à adoção e a criança a ser adotada possam conviver com esta família, a fim de sentir se haverá afinidades (BRASIL, 2009).

⁶ O estágio de convivência, conforme a Lei nº 13.509 de 22 de novembro de 2017, refere-se a um momento antecedente à adoção, em que a criança convive com sua nova família. Este período é de 90 dias, a ser prorrogado por igual prazo, por ordem judicial, respeitando a particularidade de cada circunstância. Caso a adoção seja por pessoa ou casal que resida em outro país, o estágio de convivência é de 30 a 45 dias, também prorrogável pelo mesmo período mediante autorização judiciária. No final desse período deverá ser apresentado um laudo técnico deferindo ou não a adoção. O estágio de convivência deverá ser cumprido em território nacional respeitando a localidade da criança (BRASIL, 2017).

alterado de dois anos para 18 meses, com exceção se houver comprovação frente a alguma necessidade maior; outra alteração se refere a casos de adolescente grávida e/ou que esteja com o bebê, em instituição acolhedora, é garantido o cuidado e a convivência do bebê com sua mãe na respectiva instituição.

Houve também atualização na lei referente à mãe ou gestante que irá entregar a criança para adoção, esta será direcionada para a Vara da Infância e Juventude, por meio da qual lhe será oferecido apoio psicossocial e, se de fato efetivar a entrega da criança, haverá um prazo para verificação da família extensa (tios, avós, etc.), para se determinar o destino da guarda.

Entretanto, questiona-se quanto à situação contraditória que se apresenta frente à garantia do sigilo diante da entrega da criança pela mãe ou gestante como exposto na lei: “Art. 19-A, § 9º - É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei”⁷ (BRASIL, 2017). Pois, entende-se que o sigilo apresenta-se como um importante dado para evitar a ilegalidade na adoção, porém há necessidade legal em verificar primeiramente com a família extensa sua disponibilidade em ficar com a criança (“Artigo 19-A, § 3º - A busca à família extensa, conforme definida nos termos do parágrafo único do art. 25 desta Lei, respeitará o prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período”), desta forma, considera-se importante repensar sobre esses aspectos com base nas contextualizações da legislação.

Um dado relevante é que a legislação brasileira regulamenta que a situação da criança em acolhimento familiar ou institucional será reavaliada a cada três meses e averiguada, com base na análise interdisciplinar, das condições para colocação em família substituta ou reintegração familiar (BRASIL, 2017).

Entre as alterações propostas anteriormente e as diversas modificações que se sucederam, cabe destacar mais uma, referente ao artigo 34, §1º do ECA:

A lei prefere o acolhimento familiar, ou seja, que a criança ou adolescente afastado da família natural seja entregue temporariamente mediante guarda a pessoa ou casal cadastrado no programa de acolhimento. Somente em último caso a criança será recolhida a um abrigo (artigo 34, §1º, ECA). (BRASIL, 1990).

⁷ “Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.010/2009).
Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica. (Incluído pela Lei nº 12.010/2009) Vigência (ECA)” (BRASIL, 2017).

Segundo Peiter (2016), as famílias acolhedoras caracterizam-se por famílias que se cadastram para receber crianças em seus lares por um tempo determinado, com o objetivo de possibilitar uma proximidade maior do ambiente familiar, suas rotinas e referências, evitando que permaneçam em acolhimento institucional.

Para Ozoux-Teffaine (2004), os cuidados oferecidos pela família acolhedora, previamente à adoção, podem atenuar os efeitos da imagem negativa de mãe, quando for capaz de envolvê-la em representações parentais estruturantes. Porém, as imagens arcaicas não são definitivamente elaboradas e, a partir de suas observações parece que são particularmente reativadas no momento da adoção. Para ela somente o acolhimento por meio da adoção efetiva, acompanhado da devida preparação permite que a relação branca ceda lugar a uma nova organização. Mas o acolhimento na família adotiva, para ela, requer o auxílio do clínico. (PEITER, 2016, p. 62).

A lei de 2017, em pauta, também teve alterações quanto às condições referentes ao apadrinhamento⁸, caracterizando que não é possível realizar o apadrinhamento por pessoas que estão na fila de adoção, incluindo o fato de que pessoas do judiciário podem apadrinhar crianças e adolescentes com o intuito de auxiliar no seu desenvolvimento, destacando que os critérios para eleger a criança ou o adolescente a ser apadrinhado devem levar em consideração aqueles que possuem menos possibilidades de serem incluídos no ambiente familiar (BRASIL, 2017).

Esta lei de adoção propõe a participação dos futuros pais nos grupos de apoio à adoção, sendo uma tarefa de extrema importância. Esse grupo assume a função de cursos preparatórios que gestantes e seus parceiros fazem como forma de se preparar para o nascimento do filho, conforme aparece no artigo 197-C, § 1º e 2º:

§ 1º É obrigatória a participação dos postulantes em programa oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar e dos grupos de apoio à adoção devidamente habilitados perante a Justiça da Infância e da Juventude, que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção inter-racial, de crianças ou de adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde, e de grupos de irmãos.

§ 2º Sempre que possível e recomendável, a etapa obrigatória da preparação referida no § 1º deste artigo incluirá o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional, a ser realizado sob orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude e dos grupos de apoio à adoção, com

⁸ O apadrinhamento afetivo é um programa voltado para crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento ou em famílias acolhedoras, com o objetivo de promover vínculos afetivos seguros e duradouros entre eles e pessoas da comunidade que se dispõem a ser padrinhos e madrinhas (APADRINHAMENTO..., 2015).

apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar e institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar. (BRASIL, 2017).

Quanto às alterações relacionadas à CLT, vigoram mudanças relativas à licença maternidade e à amamentação, sendo garantidas as mesmas condições destinadas à gestante (BRASIL, 2017).

Importante mencionar o posicionamento de Weber (2015) sobre a relevância da licença maternidade, por se tratar de um período que permite o desenvolvimento do vínculo mãe e bebê, o tornar-se mãe, o novo caminho de descobertas a ser percorrido, o qual se contrapõe à ideia de ser um período destinado para a mulher se recuperar do parto. Diante disso, entende-se a necessidade em destinar o mesmo período para as mães adotivas.

O verdadeiro sentido da Licença Maternidade não deve restringir-se aos recém-nascidos. É necessário compreender a história de abandono dessas crianças e que, quanto mais velhas, mais os registros ficam vivos, por isso a importância de sentir segurança neste novo ambiente e no fortalecimento dos laços mãe-filho. “Quanto mais velha, mais precisará da presença constante da mãe e da família para adaptar-se à nova realidade e construir uma nova história de vida” (WEBER, 2015, p. 66).

Até a concretização desta pesquisa, a lei do ano de 2017 foi a última atualização registrada para se fazer uso nos processos de adoção, não sendo a intenção aqui esgotar todas as alterações realizadas, mas sim apresentá-las de modo a favorecer análises sobre o tema. Tais atualizações podem ser compreendidas como transformações que irão favorecer a criança e o adolescente, além de promover cuidados nas relações vinculares dos adotantes e adotados, ou seja, nas relações entre pais e filhos, além de valorizar a família, incluindo e preservando as relações fraternais.

1.3 Procedimentos para adoção no Brasil: da “escolha” da criança à devolução

No Brasil, para iniciar o processo de adoção, há algumas exigências legais a serem cumpridas até que a adoção seja efetivada. É necessário compreendê-las, pois muitas considerações teóricas e análises sobre a adoção são atravessadas por tal prática.

Primeiramente, a adoção pode ser solicitada por pessoas com mais de 18 anos, desde que tenham 16 anos a mais que o adotado. Nas condições legais que existem atualmente, solteiros, viúvos, divorciados, cônjuges ou pessoas com união estável (neste último caso, o/a parceiro/a pode adotar o/a filho/a do companheiro/a desde que a criança ou o adolescente não tenha tido o reconhecimento da paternidade/maternidade, ou tenha havido a destituição do poder familiar). Uma questão a ressaltar é o impedimento da adoção de netos por avós, além de irmãos adotarem outros irmãos, nestes casos é possível a aquisição da guarda ou tutela (LEVINZON, 2015b).

Quanto aos que podem ser adotados, considera-se a criança e/ou o adolescente que esteja com até 18 anos, que possua pais desconhecidos, falecidos ou que tenha sido destituído o poder familiar. A autora citada anteriormente acrescenta que, diante da destituição do poder familiar, é importante destacar que as tentativas judiciais são sempre voltadas à manutenção do vínculo parental e de filiação. Como já apresentado neste capítulo, a tentativa inicial será manter a criança dentro da família extensa, muitas vezes oferecendo auxílio a essas famílias, por meio de programas públicos, para o estabelecimento e a garantia de um ambiente favorável. A questão central para tal análise não se refere às condições de miséria e pobreza, mas sim por excessos de castigos, abandonos, atitudes que ferem a moral e os bons costumes, o não cumprimento às exigências judiciais, entre outros.

Assim, há uma preferência para que as crianças permaneçam com pessoas de suas famílias extensas, mas caso esgotem-se todas as possibilidades de desenvolvimento do vínculo na família de origem, abre-se a adoção às famílias substitutas.

Compreende-se que, perpassadas todas as tentativas, os desenvolvimentos e as análises das relações familiares destas crianças, quando o poder familiar é destituído, eles se dirigem ao processo de adoção e tem-se, por outro lado, trâmites necessários que os pretendentes precisam cumprir.

Assim, judicialmente, a partir da decisão em adotar uma pessoa, o primeiro passo é se dirigir ao Fórum mais próximo, com os documentos pessoais para receber informações sobre todos os documentos necessários para dar andamento à solicitação para adoção. Após a checagem de todos os documentos, análise e aprovação destes, iniciam-se as entrevistas com a equipe técnica da Vara da

Infância e da Juventude, composta por psicólogos e assistentes sociais (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2019).

As entrevistas são destinadas a compreender as motivações dos candidatos para adoção e para conhecer as características desejadas da criança ou do adolescente a adotar; considerando-se cor da pele, idade, sexo, aspectos relacionados à saúde, se há interesse na adoção de pessoas com algum tipo de deficiência, entre outros. Além disso, essas entrevistas são também orientadoras e esclarecedoras (GHIRARD, 2015; PEITER, 2016).

Segundo Levinzon (2015b), há um perfil preferido pelos adotantes. Em sua maioria as solicitações são de crianças menores de 2 anos, pele branca ou morena clara, as quais são opostas às crianças que vivem nas instituições.

Ladvocat (2002) acrescenta que o sonho de ter um bebê que possuirá traços, características similares aos pais e um temperamento com possibilidade de ser desenvolvido, leva os pais a preferir uma criança com menos de 2 anos quando preenchem o perfil para adoção.

Sobre as idades das crianças para adoção, antigamente os casais preferiam adotar crianças mais crescidas, pois tinham a necessidade de saber se elas estavam saudáveis. Por outro lado, os pais que querem crianças com idades menores buscam uma vivência de maior intimidade e sustentam a crença de que será mais fácil a adaptação da criança, evitando o sofrimento e a permanência dela em instituições de acolhimento (NABINGER, 1997),

Após esta etapa, é aguardada a aprovação do juiz. Caso a resposta seja afirmativa, o candidato é considerado apto à adoção e recebe um número de inscrição no Cadastro Único de Adoção (a partir da implantação deste sistema, a busca pela criança não se restringe à sua comarca, mas sim em esfera nacional). Porém, se o candidato não estiver apto, poderá ser direcionado a uma equipe técnica que compreenderá os fatores que não foram favoráveis para adoção, identificando, muitas vezes, os elementos que têm sido mobilizadores de sofrimento, para que possam ser trabalhados e, conseqüentemente reavaliados (LEVINZON, 2015b; GHIRARD, 2015).

As autoras supracitadas esclarecem que quando o número de inscrição do pretendente se aproxima na “fila de adoção”, é realizada uma análise psicossocial, para que seja possível encontrar a criança que se aproxime dos desejos propostos

pelos pais no ato da inscrição. Caso a criança se aproxime das características solicitadas, os pretendentes são convidados a conhecê-la. O contato inicial é gradual, sem expor a criança e os próprios pais. A partir dessa aproximação, há o aceite inicial e propõe-se o estágio de convivência, em que o juiz estabelece um período para que se inicie o contato e a validação das afinidades para a efetivação da adoção.

Não há obrigatoriedade dos pais se interessarem pela criança que está vivendo com eles nesse estágio de convivência, busca-se nesse período uma relação empática, mas isso pode não ocorrer e estes pais podem devolver a criança. Quando este episódio de recusa acontece algumas vezes pelos mesmos pais, é necessário reavaliar os pretendentes e seus reais interesses e motivações na adoção (LEVINZON, 2015b).

Ghirard (2015) alerta que, segundo a lei, o estágio de convivência é o único momento em que cabe a devolução de crianças, visto que a adoção é irrevogável. Essa ação é permitida para que se evite, de algum modo, maus tratos, violência e demais ações vinculadas às dificuldades de adaptação dos pais com a criança e das crianças com os pais.

Quando se trata do assunto devolução, há certo estranhamento pelas pessoas, no contexto em geral, quanto à execução desta ação. Por esta razão, justifica-se o preenchimento do formulário de perfil⁹ da criança na abertura do processo de adoção, considerado parte do procedimento legal, estando diretamente ligado à preocupação de evitar a devolução de crianças e facilitar o desenvolvimento das relações afetivas, uma vez que os pais possuem fantasias referentes aos valores construídos em relação à família e aos ideais de filho que foram construindo (GHIRARD, 2015).

Frente à devolução, muitos conteúdos emocionais são mobilizados na própria criança e também nos pais. Uma das tentativas de evitar tais ações seria, além do formulário para preenchimento do perfil, a preparação desses pais, por intermédio da equipe técnica de profissionais, para um acompanhamento prévio, promovendo discussões a respeito da adoção, como, por exemplo, a já mencionada participação nos grupos de apoio para preparação dos pretendentes.

⁹ Conforme apresentado neste item, o candidato apresenta a característica que ele deseja que a criança tenha, considerando idade, cor da pele, sexo, condições de saúde, etc.

De outro modo, quando há a adaptação dos pais e da criança no estágio de convivência, é promulgada a sentença que define e legaliza o vínculo de filiação por adoção. É neste momento que a criança recebe uma nova certidão de nascimento, com o registro dos pais adotivos, excluindo qualquer informação referente aos pais naturais (GHIRARD, 2015).

Levinzon (2015b) adverte que pais adotivos também podem ser destituídos do poder familiar, mesmo depois de ser realizada a adoção em virtude de critérios semelhantes à destituição do poder familiar dos pais biológicos, como: maus tratos, abandono, abuso e humilhação.

Com a certidão emitida, encerra-se o processo de adoção e entende-se que esse filho terá as mesmas condições e legitimidade do filho biológico.

1.4 Algumas condições específicas sobre a adoção

É importante apresentar algumas formas de adoção que foram identificadas durante a elaboração deste estudo. Inicialmente, cabe considerar a adoção internacional, cuja situação compreende-se como a última alternativa para a criança encontrar uma família, após ter havido muitas tentativas sem sucesso de uma adoção nacional, por vezes marcada por devoluções.

Nesse contexto, o sentimento de abandono predomina nas relações, pois, segundo os trâmites legais, a primeira tentativa de adoção acontece na família biológica ampliada que a devolveu ao abrigo público, em seguida teve possibilidades de encontrar famílias substitutas que, por razões diversas, o devolveram novamente, sendo assim, quando a criança é devolvida e fica no abrigo por mais de seis meses sem que ninguém demonstre interesse em adotá-la, seu nome então vai para a lista da adoção internacional (PEITER, 2016).

Costumam chegar para adoção internacional grupos de irmãos, sendo o mais velho com idade em torno de dez anos ou crianças sozinhas com idades diversas e sempre com histórias de fracasso nas tentativas de adoção nacional. Muitas sofreram as mais diversas formas de abuso. São prevalentemente filhos de pessoas usuárias de drogas lícitas ou não, muitas vezes filhas de portadores de transtornos mentais. (COUTO, 2014, p. 64).

Para Levinzon (2015b), no caso de adoção de adolescente, ele é consultado para verificar suas condições de morar em outro país. Mesmo que o adotante seja

brasileiro, mas morador em outro país, caracteriza-se como adoção internacional. Já o estrangeiro que tem visto de permanência no país participa normalmente do processo de adoção como qualquer brasileiro residente.

O trâmite se dá por agências de adoção internacional, localizadas nos países de origem do adotante, credenciadas pelas Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção Internacional (CEJAI), que foram criadas em 1992 e compostas por juízes, desembargadores, promotores públicos, assistentes sociais e psicólogos. “Essas comissões devem controlar todas as habilitações de pretendentes estrangeiros à adoção em território brasileiro, mantendo um banco de dados permanente sobre os pretendentes estrangeiros habilitados” (PEITER, 2016, p. 103).

A autora supracitada salienta que, inicialmente, é realizada uma avaliação psicossocial dos pretendentes à adoção pelos profissionais da agência credenciada e enviada ao Brasil para análise, depois de validada tal avaliação, é verificado se há crianças ou adolescentes que atendam aos interesses do adotante. Após a identificação do futuro adotado, é realizado um preparo com este para então ser apresentado aos novos pais, que passarão pelo estágio de convivência. Para isso, precisarão ficar no Brasil, em casa específica para este fim ou hotel e, assim, inicia-se a adaptação e as análises do corpo técnico do judiciário. Caso esta equipe tenha compreendido que houve uma boa adaptação, é deferida a adoção e a criança ou adolescente poderá sair do seu país.

Quando se trata da adoção internacional, muitos adotantes não requerem bebês, abrem outras possibilidades para adoção de crianças acima de 2 anos, nomeadas como crianças maiores.

Um das razões para este perfil pode ser sinalizado pelo fato de que, nos últimos anos, as adoções internacionais diminuíram em virtude da implantação de novas políticas brasileiras, as quais priorizam a estadia das crianças em suas próprias famílias ou nas famílias extensas, além da preferência ser aos adotantes brasileiros, “havendo uma tendência a enviar para outros países apenas crianças com mais de 5 anos, com necessidades especiais e/ou grupo de irmãos” (MERÇON-VARGAS; ROSA; DELL’AGLIO, 2015, p. 38).

Tempos atrás era utilizada a terminologia de “adoção tardia” para crianças acima de 2 anos, porém esta forma de denominar este tipo de adoção foi extinta, pois nesta expressão carrega-se uma intencionalidade de adoção que “passou do

prazo”, “fora do tempo certo”, diante disso, optou-se por denominá-la de adoção de crianças maiores (LEVINZON, 2015b; PEITER, 2016).

Na adoção de crianças maiores, as implicações são relacionadas às adaptações do meio com a criança, visto que inicialmente vive-se um período de encantamento, de entrosamento com os pais adotivos, posteriormente, experimenta crises necessárias para garantir a segurança deste ambiente. Neste período, a criança se apresenta muitas vezes agressiva e desobediente, como uma forma de teste em relação a este ambiente. Nestes casos, é importante destacar o preparo dos pais para compreender e conter tais comportamentos e, aos poucos, esse ambiente se apresenta seguro e firme para o desenvolvimento desta família e, com isso, evita-se a devolução e o retorno ao acolhimento institucional (LEVINZON, 2015a).

Outro dado relevante sobre a adoção de crianças maiores diz respeito aos pretendentes, pois a maioria das adoções destas crianças é feita por casais homossexuais masculinos, também por famílias que já possuem outros filhos, pretendentes que estão muito tempo nas filas para adoção. “Jamais elas representam a primeira opção das mulheres sem filhos. O imperativo de ser mãe, [...] aparece sob o desejo de exercer a maternagem” (QUEIROZ, 2018, p. 149).

Berger (2003) fala de “fatores de risco” e de “inadaptabilidade” nos casos de adoção de crianças mais velhas. É indispensável levar em conta de um lado as condições de cada criança e/ou adolescente a adotar e de outro, as condições de cada pai. Uma criança com um passado de violência, de estado contínuo de errância nas ruas, uma criança politraumatizada pode constituir um risco à adoção quando não se prepara os pais nem lhes oferece uma assistência durante o processo de formação dos laços afetivos. (QUEIROZ, 2018, p. 149).

Levinzon (2015b) também cita a Adoção “*Intuito Personae*”, na qual pais biológicos escolhem a pessoa ou o casal que irá adotar seu filho. É uma Adoção Consensual ou Adoção Pronta. Após o “combinado”, dirige-se à Vara da Infância e da Juventude, acompanhada dos adotantes para oficializar legalmente a adoção.

Quando se trata de adoção *Intuito Personae*, há que se fazer um alerta, pois esta modalidade pode aparecer de duas formas diferentes: na hipótese clássica, os genitores entregam o filho para um terceiro, pois desejam que estes assumam a responsabilidade sobre a criança na condição de (novos) pais; já na segunda hipótese, certa pessoa ou casal deseja adotar criança específica, pois mantém com ela laços de afetividade. (GOMES, 2013, p. 59).

Levinzon (2015b) adverte que a lei de adoção de 2009 não aprova este tipo de adoção, algo que anteriormente não se permitia, mas também não estava vetado. O alerta a ser feito, neste caso, é referente à comercialização de criança ou tráfico de criança, situação esta preocupante e fortemente combatida pela legislação e pela sociedade em geral.

Gomes (2013, p. 60) também se refere à lei de 2009, mencionando o artigo 166 que estabelece que:

[...] o consentimento só terá validade se prestado de forma livre, sem qualquer vício de consentimento. Deve também ser verbal – não pode ser escrito – justamente para que o juiz possa avaliar o grau de discernimento do genitor ao manifestar-se pela entrega de seu filho.

A autora supracitada relata que, além desses critérios, é realizado um trabalho de orientação com a mãe para que o/a filho/a permaneça na família de origem ou ainda na família extensa e a sentença só terá validade após o nascimento da criança, sendo possível de ser revogado até esta data.

Há, entre os estudos realizados, inúmeras considerações a serem feitas sobre as amplitudes da adoção, expostas na legislação e suas modificações ao longo dos anos, entretanto, pretende-se buscar, com base nestes ensejos, compreender e explorar psicanaliticamente tais dados, valendo-se de uma perspectiva winnicottiana, e desenvolver as concepções psíquicas para o adotado e para o adotante.

2 ADOÇÃO E CONSTRUCTOS PSICANALÍTICOS: SONHOS E VIVÊNCIAS DO ADOTANTE E DO ADOTADO

Revisitar a história da adoção, seus percursos, readequações legais e seus constantes estudos e implicações dentro do judiciário possibilitou apresentar os trâmites legais que os pretendentes à adoção precisam viver até o “nascimento” da criança nesta família. Para tanto, muitos sentimentos emanam, se desorganizam e organizam e vice-versa em todos os envolvidos no processo de adoção, em especial pais e filhos.

Pretende-se enfatizar, neste capítulo, a esfera psíquica, na qual Levinzon (2015b) explicita que a adoção se caracteriza pela vinculação real e fortalecida entre pais e filhos, mais do que educar e cuidar da criança durante seu percurso de vida. Assim, a experiência afetiva com pais adotivos permite que a criança consiga adquirir valores e se desenvolver ao longo da vida.

Em relação ao desenvolvimento afetivo na adoção, incluem-se duas questões: a adoção dos filhos biológicos pelos seus próprios pais e a adoção dos filhos que não foram gestados por estes pais (os quais terão ênfase neste trabalho) e que sofreram uma descontinuidade de vínculos. Este último traz um bebê que sofreu rupturas na sua história de vida, foi gerado por um casal desconhecido e por um corpo de uma mulher que não é o mesmo que irá acolher/abraçar, independente de esta mulher tê-lo adotado imediatamente após o parto, há uma mudança ambiental que não pode ser desconsiderada (PEITER, 2016).

Assim, é necessário considerar as reais condições dos pais para adoção, compreendendo suas limitações, as quais são importantes para o desenvolvimento filiar e parental e também para reconhecer suas possibilidades e interesses para o preenchimento do formulário – instrumento abordado anteriormente – de perfil de filhos desejado, em prol do cadastro inicial para adoção, pois o real preenchimento do formulário favorece um olhar verdadeiro que facilitará na aproximação e construção vincular. Diante disso, Levinzon (2015b, p. 35) considera que: “Os pais não precisam ser perfeitos, só precisam ser humanos”.

Então, para compor as apropriações sobre a maternagem em mães adotivas, pautou-se nas construções de autores estudiosos da adoção com base na psicanálise, com o intuito de promover reflexões sobre os desdobramentos no

adotante e no adotado. Essas perspectivas são fundantes para a compreensão mais ampla da adoção.

Optou-se, ainda, por fazer uma separação, em nível apenas didático, com o propósito de aprofundar, à luz da psicanálise, as vivências da adoção para os adotantes e as vivências da adoção para os adotados e, por fim, realizar uma alusão especial às formações vinculares no capítulo seguinte. Vale ressaltar que esta separação é realizada apenas para este fim, visto que as compreensões não são dissociadas, pelo contrário, se atravessam e são vividas uma perpassando a outra. Desta forma, promoveu-se uma tentativa de expor esses vértices: adotantes, adotados e, na sequência, as formações vinculares.

2.1 Os desejos “inter-rompidos” do adotante

Para iniciar as construções teóricas sobre os aspectos mobilizadores nos adotantes, utilizou-se como disparador as seguintes considerações de Levinzon (2015b, p. XIV):

[...] ser pai ou ser mãe não se limita ao processo biológico de gerar uma criança. Pelo contrário, tornar-se pai e mãe depende de um processo psíquico complexo que se estende por muitos anos de convívio com o filho e que possibilita o desenvolvimento de uma ligação especial e necessária com ele.

Também é importante considerar que o filho adotivo ocupe o lugar do filho do desejo em seu próprio nome e não que venha como substituto do filho “original”, pois os pais precisam dar conta da falta simbólica, para assim elaborar o luto e não colocar uma criança para ocupar esse lugar (HAMAD, 2002).

Os olhares deste estudo se concentram, inicialmente, para o desejo, algo essencial para o desenvolvimento humano e suas conquistas de vida, pois, quando se compreende as motivações dos pais adotivos para a adoção, estas podem revelar importantes questões quanto às experiências com os filhos adotivos.

Para Oliveira, Souto e Silva Junior (2017), pensar o lugar da mãe e da criança dentro do campo do desejo é decisório para algumas compreensões psíquicas, pois para construir o vínculo com a criança adotada é importante destacar o desejo de ser mãe e o espaço psíquico destinado para a entrada de um filho, caracterizando algo muito singular.

Com relação às motivações dos pais na intenção de adotar um filho, dever-se-ia perguntar se desejam uma criança ou têm *necessidade* de uma criança. Os conceitos de necessidade e desejo são muitas vezes confundidos como sinônimos. A necessidade nasce de uma carência e busca uma satisfação completa e não conhece a lei nem a moral. O desejo é uma livre-escolha e representa a construção de um novo relacionamento. Se a mãe deseja o filho, acolhe suas angústias, mas se tem a necessidade do filho, ela procura nele, inconscientemente, a satisfação de suas próprias necessidades. (VILLA, 2001 *apud* LADVOCAT, 2002, p. 35, grifo do autor).

O que se observa, na maioria dos casos, é que a motivação para a adoção parte da infertilidade (impossibilidade de conceber uma criança pelas vias biológicas) de um dos pais ou mesmo dos dois, o que traz implicações para o processo de adoção. Em muitos casos, os pais passam por inúmeros procedimentos médicos na tentativa de engravidar, até um esgotamento dos recursos financeiros, psíquicos e biológicos.

Para compreender um pouco mais sobre esse aspecto, a Ladvocat (2002) acrescenta a necessidade de os pais viverem o luto da infertilidade, para poder pensar futuramente novas possibilidades, entre elas, a adoção. “A esterilidade biológica pode representar a ‘morte do desejo’ e pode empurrar o casal para o caminho da ‘necessidade’ de um filho” (DELL’ANTONIO, 2002, p. 236 *apud* LADVOCAT, 2002, p. 24).

Enquanto a mulher precisa elaborar o luto da gravidez, o homem precisa elaborar o rompimento da linhagem. Da passagem de nome e continuação do nome familiar (HAMAD, 2002).

Levinzon (2009) assevera que os casais podem sofrer de uma esterilidade funcional, a qual, após a adoção, o casal pode engravidar naturalmente. Nestes casos, por mais que a esterilidade funcional possa advir de um desejo inconsciente de não ter filhos, não se pode afirmar que por esta razão a adoção não possa prosseguir de maneira saudável.

Muitas vezes a verificação de uma esterilidade sem remédio provoca uma ferida narcísica que não é fácil de ultrapassar e é acompanhada de alterações do sentimento de identidade, exigindo a renúncia definitiva de um projeto de vida e, portanto, uma modificação do Ideal de Ego. (DINIZ, 1993 *apud* LEVINZON, 2009, p. 24).

Em face desta situação, estes pais precisam lidar com o luto pela impossibilidade de gerar filhos, sendo necessário elaborarem esse conflito, já que a

impossibilidade de vivenciar a maternidade gera impasses no desenvolvimento do conflito edípico, visto que, segundo Freud, a gravidez é um momento fálico, na qual a mulher revive o desejo de ter um filho do próprio pai, para compensar a renúncia ao pênis (OLIVEIRA; SOUTO; SILVA JUNIOR, 2017).

“As mulheres encontram, em seu encaminhamento de adoção, uma vez efetuado o luto de sua gravidez, um mesmo alimento imaginário para seu *penisneid*¹⁰. Seja adotado ou biológico, o filho pode perfeitamente assegurar a função fálica” (HAMAD, 2002, p. 78).

Diante dos conflitos existentes nos pais, decorrentes dos problemas da esterilidade, uma das fantasias presentes e que mobiliza persecutoriedade é a fantasia de que roubaram a criança e o medo de perdê-la. Ou seja, inúmeras são as questões que emergem quando é preciso lidar com situações de enfrentamento, como por exemplo, ao contar a “verdade” para a criança. Neste caso, ao contar a história da criança, são apresentados dados significativos que compõem sua identidade, ao mesmo tempo que os pais estão se apropriando das suas próprias histórias, revendo novamente seus conflitos.

A clínica com a adoção é reveladora de que a abordagem das origens é uma das questões que mais angustia os pais adotivos, dada a possibilidade de suscitar uma variedade de temores e diferentes fantasias. Revelar à criança que ela é adotada reedita para os pais, experiências sentidas muitas vezes como penosas, por estarem ligadas a perdas intrínsecas que os motivam à adoção: seja a infertilidade, o filho biológico imaginário ou a impossibilidade de exercer a paternidade/maternidade. São também frequentes as fantasias e o medo de que um dia a criança saia em busca da família original e, assim, os abandone. (GHIRARD, 2015, p. 81).

Há uma gama de motivos que impulsiona a busca por filhos adotivos, além da infertilidade, outro propósito a destacar é a/o solidariedade/altruísmo.

O desejo de solidariedade e o altruísmo não são suficientes para o desenvolvimento do vínculo parental, uma vez que as diversas emoções que são vividas nesta relação, incluindo os sentimentos ambivalentes que as perpassam, permanecem por um longo período de tempo, o que necessita de condições psíquicas para vivenciá-las. Deve aparecer o desejo em ter e estar com esse filho, pois a relação não se sustenta apenas em querer o bem para ele, mas para que esta

¹⁰ Inveja do pênis.

criança tenha um lugar, de fato, nesta família (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

Assim, a parentalidade¹¹ é mais ampla, requer outros elementos psíquicos para se estruturar, conforme abordado adiante.

A parentalidade implica na [sic] atividade de simbolização das funções materna e paterna, e diz respeito à impossibilidade de tais funções serem reduzidas ao campo biológico e social (Gutton, 2006; Bydlowski, 2010). Portanto, corresponde a um trabalho do psiquismo, como “um tipo de estrutura que se instala em ação e evolui com o desenvolvimento do indivíduo e a evolução do grupo familiar” (Solis-Ponton, 2004, p. 29) (MACHADO; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2015, p. 443).

Desta forma, Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015) expõem conceitos significativos sobre a parentalidade, a qual está vinculada ao processo de adaptação dos pais com o filho adotivo, nesta relação surgem muitos conteúdos relacionados aos processos inconscientes desses pais adotivos, como as fantasias, os lutos e as idealizações. Assim, percebe-se a necessidade de construção de um espaço no imaginário desses pais para que esse novo integrante possa “nascer” com sua chegada a essa família nova, e aos poucos ir se identificando no ambiente e ampliando o sentimento de pertencimento a este meio.

Os referidos autores acrescentam que, da mesma forma que os pais biológicos precisam se preparar para a chegada dos filhos (período de gestação), os pais adotivos também precisam deste preparo para receber seu filho adotivo, pois esse filho chega com um histórico de abandono, independente do momento em que isso ocorreu e os registros inconscientes dessa experiência compõem a história desta criança. Assim, percebe-se que o preparo dos pais adotivos pode favorecer o desenvolvimento deste novo grupo familiar.

A espera pela chegada da criança traz muita ansiedade e expectativa. Assim como fazem os casais “grávidos”, os postulantes à adoção também se preparam para esse momento. O quarto é arrumado, as roupas são compradas e todo o entorno fica na espera do novo membro da família. Porém, em alguns casos, essa preparação não é possível, toca o telefone e o que ouvem surpresos é “seu filho chegou”, não sendo possível realizar todo esse preparo (LEVINZON, 2015a).

¹¹ Quanto à homossexualidade e o lugar de pai e mãe, considerando as funções parentais, é possível pensar nas figuras parentais, não necessariamente se tratando de diferenças sexuais, desde que esse casal homossexual não tenha expressões vinculadas à anulação do sexo oposto (HAMAD, 2002).

Esse processo de acolhimento e da vivência da adoção instaura nos pais inúmeros conflitos advindos, inconscientemente, de sua própria história.

Ficou registrado no imaginário dos pais adotivos que os filhos menores carregam menos influência da família biológica, entretanto, quando aparece algum comportamento inesperado ou inadequado da criança, os pais imediatamente determinam as questões das origens sanguíneas com os pais biológicos (LADVOCAT, 2002).

Complementa Hamad (2002) que, frequentemente, o interesse por um bebezinho traz a ideia de que os pais poderão imprimir suas “marcas”, seus registros, desconsiderando, por vezes, a pré-história da criança adotiva, anulando-a. Os aspectos narcísicos dos pais afloram ao pensar o projeto de filho adotivo ou biológico, aspirando imprimir seu caráter na criança. Na adoção, há o desejo dos pais adotivos de anular a história pregressa da criança, entretanto, quando ocorre o primeiro “desvio” de percurso da criança é na consanguinidade que eles buscam alento, “blindando-os” das possíveis falhas no processo de desenvolvimento.

A hereditariedade é algo marcante nos processos de adoção, em especial para os pais adotivos, pois os assombra pensar que seus filhos carregam uma herança genética, a qual muitas vezes é denominada de “sangue ruim”, disparando construções fantasiosas. Esse elemento, com frequência, é visto como defesa, pois qualquer comportamento da criança em que estes pais desaprovem ou tenham dificuldades de acolher, expulsam-na e projetam nos pais biológicos que transmitiram ao filho consanguineamente (LEVINZON, 2009).

Uma pesquisa realizada por Ghirard (2015) com pais adotivos e candidatos a adoção favoreceu a percepção das fantasias nos discursos deles e, quando reproduzidas de forma intensificada e repetitiva, pode ser indicativo de devolução da criança no estágio de convivência. Em face disso, é notável a necessidade de analisar o desejo desses pais para o processo de adoção, pois essas vivências são amparadas em situações traumáticas, as quais mobilizam aspectos inconscientes nos pais e filhos, e, para tanto, é preciso “suportar” o desamparo e as angústias vividas pelo abandono da criança para que possa desenvolver e construir uma relação parental e de filiação favorável.

Rossato e Falcke (2017) trazem considerações sobre a devolução de crianças adotivas, caracterizando que a adoção não se resume em trâmites legais, mas ela é amparada pelos possíveis vínculos que poderão ser desenvolvidos entre pais e

filhos. Desta forma, o processo de adoção deve expandir para além das burocracias e se aproximar de análises psíquicas dos pais para desenvolvimento afetivo na relação vincular.

[...] para a criança ser acolhida e se tornar parte do imaginário parental, ela deve ser aceita em sua singularidade. Destaca ainda que o acolhimento deve vir dos pais adotivos, a partir da identificação da sua própria capacidade procriadora e pró-cuidadora, tornando-se capazes de gestar psicologicamente o filho, a fim de assumi-lo como seu. (ROSSATO; FALCKE, 2017, p. 130).

Desta forma, a criança deve encontrar seu caminho e “obrigar” seus pais a fazer o luto de suas próprias crianças narcísicas, único meio, para ela, existir. “Obrigado” significa que seu desejo opera para que os pais a acolham sem investimento narcísico demais e sem decepção ou rejeição demais. (HAMAD, 2002, p. 82).

Independentemente da idade da criança, o novo ambiente traz inúmeros sentimentos de dor em razão das suas vivências anteriores. Sendo assim, é essencial um acolhimento dos pais em relação a seus filhos e, para que esse acolhimento seja efetivo, é necessária a desconstrução dos mitos relacionados à adoção e das fantasias criadas desse filho, pois as vivências ambivalentes podem acompanhar as relações parentais e filiais, não favorecendo o desenvolvimento do vínculo (BENTO, 2008).

Assim, segundo Batistelli e Silva (2017, p. 209), “a parentalidade é uma função que se desenvolve interiormente quando se origina o desejo de ter um filho e na relação com ele. O bebê ‘faz’ seus pais, assim como os pais fazem o bebê existir”.

Segundo os referidos autores, a desidealização da maternidade, paternidade e da criança, os quais, em virtude do desejo, criam ideais que distanciam da realidade, da rotina, do dia a dia, se faz importante para que exista um encontro real e com possibilidade de desenvolvimento da parentalidade e de um vínculo efetivo.

Os pais, desse modo, terão que exagerar em seus cuidados e apoio à criança, expressando sua afeição com mais intensidade do que fariam em outra situação. Winnicott (1953/1997) justifica essa necessidade apresentando que, enquanto para a criança comum a experiência de ser ajudada até tornar-se um adulto figura-se como um enriquecimento, para a criança adotada tal provisão será decisiva no curso de seu desenvolvimento cujo fracasso poderá culminar na organização na linha antissocial. Muitos pais adotantes, no entanto, demonstram não ter o menor conhecimento disso, e muitas vezes esforçam-se para manter uma visão idealizada da adoção, trazendo más consequências para o estabelecimento de um relacionamento sincero com o filho. (VERCEZE *et al.*, 2015, p. 94).

Há, contudo, alguns fatores que contribuem para o desenvolvimento destas crianças no novo lar, como: a estabilidade do ambiente, em que os pais precisam auxiliar no funcionamento deste ambiente, mantendo-o estável; é imprescindível que os pais não desejem apagar as memórias afetivas desta criança, até mesmo os elos afetivos, em especial quando se trata de adoção de crianças maiores, pois elas já possuem uma história viva em sua memória; estas crianças precisam sentir que há amor na relação que vem sendo construída para que possam sentir essa estabilidade e segurança do lar, conforme mencionado anteriormente (LEVINZON, 2015b).

Na adoção de crianças maiores, em especial, é comum um período de encantamento, em seguida o período de crise (teste) para verificar se realmente o ambiente em acolhimento aguenta o pior que ela possa oferecer, considerando que para essas crianças, em nível de fantasia, suas experiências afetivas anteriores podem ser essas: quando se apresentou verdadeiramente, com seus objetos maus, os pais biológicos não se interessaram mais e romperam com o vínculo, encaminhando-os para adoção, ou perdendo o poder familiar.

Caso a família sobreviva a todos os testes da criança, ela vai se sentindo segura e confiante nesta nova casa, entretanto, em momentos de crises familiares, os “testes” podem voltar a aparecer. Para essas crianças é como se estivessem nascendo de um parto difícil e trabalhoso, mas o desenvolvimento é possível.

Os pais adotivos precisam conhecer seus filhos, suas peculiaridades, aceitá-las, admirá-las e tomar cuidado com as próprias expectativas. Os filhos não serão como os pais imaginam. Eles têm características próprias. Crianças adotadas com uma idade mais avançada podem apresentar maior dificuldade em se concentrar nos estudos, ou dificuldades de relacionamento, em função de sua história anterior de privação ambiental. Elas precisam de tolerância e paciência e, principalmente, ser amadas com suas limitações. (LEVINZON, 2015b, p. 20).

Aos poucos “vão se esquecendo” do período de carência anterior à adoção. O medo de um novo abandono, no entanto, está sempre como pano de fundo e é muito importante que os pais adotivos possam lidar com isso para ajudar seus filhos a se sentirem seguros.

Os pais precisam estar conscientes sobre as semelhanças e diferenças que este filho apresentará em relação a eles, pois possuem outras características físicas e uma história própria, anterior ao período de convivência com os pais adotivos. É

importante os pais terem esta consciência para ajudar os filhos a vivenciarem os medos e as incertezas em relação a esta questão, a qual também fortalece o sentimento de pertencimento da criança a esta família. A partir disso, outros elementos que compõem a rotina familiar (disciplina, excessos e escassez) passam a existir (LEVINZON, 2015a).

Tais elementos experienciados na adoção remetem à inquietante estranheza do “ser” esse filho, o que pode ser associado ao conceito de estranho (*Unheimlich*) descrito por Freud. Neste sentido, tal conceito é definido por algo assustador, provocador de medo e horror, e ao mesmo tempo como conhecido e familiar (GHIRARD, 2015).

Assim, Freud (1919/2006, p. 242) apresenta que a palavra ‘*Unheimlich*’ “não deixa de ser ambígua, mas pertence a dois conjuntos de ideias que, sem serem contraditórias, ainda assim são muito diferentes: por um lado significa o que é familiar e agradável e, por outro, o que está oculto e se mantém fora de vista”.

Esse estranho (filho adotivo), ao mesmo tempo que mobiliza angústia de castração, até por representar a infertilidade parental, estabelece uma profunda relação de familiaridade, como se observa nas concepções freudianas de *Unheimlich*.

A condição de estrangeiro na consanguinidade que a adoção instaura é, para Queiroz (2004), o núcleo das dificuldades encontradas pelos pais na relação com o filho adotivo, trazendo dúvidas e incertezas em relação ao reconhecimento deles como pais, à convivência com o fantasma dos genitores do filho e a reabertura da ferida narcísica decorrente da impossibilidade de gerar o próprio filho. (GHIRARD, 2015, p. 93).

À vista do exposto, como na gestação biológica, em que a mãe pode desenvolver a depressão pós-parto (a qual ocorre logo após o nascimento, em virtude de alterações hormonais, mudanças ambientais, fim da gravidez e questões afetivas ligadas ao bebê), também na adoção pode existir a depressão pós-adoção, em que há alteração hormonal, porém ligada às expectativas colocadas no filho e ao choque com a realidade e com os desafios diários de cuidar do filho recém-chegado (LEVINZON, 2015b).

A autora supracitada ressalta, igualmente, a necessidade de se considerar o período de adaptação da criança no novo lar, pois o desenvolvimento das futuras relações depende muito de como ela passou pelo processo de separação, sua idade, as experiências vividas, entre outros elementos. Em face disso, é comum que as

primeiras experiências com a família adotiva sejam acompanhadas por um sentimento de luto, independente se foram experiências desagradáveis ou não aos olhos da criança.

Os pais precisam compreender a existência desses sentimentos pesarosos da criança e não se desesperarem achando que a nova relação está falida, pelo contrário, precisa haver tolerância para que seja possível brotar e nascer essa nova família. “Estar consciente de que esse é um processo passageiro e necessário para o estabelecimento de um vínculo ajuda a superar essa fase com mais tranquilidade” (LEVINZON, 2015b, p. 46).

Quanto menor a criança, mais fácil a adaptação ao novo ambiente. O recém-nascido sente a mudança da presença da mãe biológica, pois ainda no útero tem a compreensão de seus movimentos, entretanto, vivencia menos os impactos da separação, dos maus-tratos, do abandono e do desamparo.

Assim, a vivência do “contato corporal com o bebê auxilia na construção do vínculo” (LEVINZON, 2015b, p. 47). Um bebê necessita primordialmente ser olhado, cuidado e acarinhado com uma presença viva da mãe ou de quem a substitui.

Haudenschild (2015) traz uma significativa contribuição sobre este aspecto quando apresenta o primeiro olhar. Ela mostra a importância do olhar do primeiro objeto psíquico, o que proporcionará a constituição da singularidade do ser, a sua existência e sua continuidade.

A capacidade psíquica da mãe, representante deste objeto psíquico primário, é importante de ser considerada no desenvolvimento emocional do bebê, pois o modo como tal capacidade fica disponível para ele, influencia e se torna referência em sua constituição psíquica.

Para que o sujeito nasça psiquicamente e possa “se ver”, ele precisa inicialmente “ser visto” pelo objeto. Se o primeiro olhar do objeto estiver mediado por identificações projetivas massivas deste, ou se esse olhar faltar, acredita-se que a primeira noção de si mesmo pelo sujeito estará prejudicada desde o início. (HAUDENSCHILD, 2015, p. 145).

Pode-se pensar que o indivíduo a espera de uma comunicação para se constituir psiquicamente depende exclusivamente desse objeto com sua peculiaridade constitucional. Sensivelmente, é importante considerar uma fala da autora supracitada:

Lembro-me da música de Vinícius: “Ter a luz dos olhos teus... Eu acho meu amor só se pode achar, que a luz dos olhos meus precisa se casar...” E penso que todos os “casamentos” posteriores vão depender da consecução do primeiro: entre o olhar da mãe e do bebê. O olhar da mãe para seu bebê é fundante: é ele que revela (ou não) o novo ser que, embora nascido de seu ventre, não é sua extensão. (HAUDENSCHILD, 2015, p. 154).

“É assim que se constrói a base de uma personalidade saudável” (LEVINZON, 2015b, p. 47). Em processos de adoção com bebês um pouco maiores, eles podem necessitar de um tempo mais longo para adaptação, aparecendo, até mesmo, transtornos somáticos, como alterações no sono, gastrointestinais, alergias, entre outros, incluindo o choro constante e ininterrupto sem motivo aparente e, ainda, alterações na alimentação.

Outro aspecto que preocupa os pais refere-se ao “falar a verdade” a respeito da adoção para a criança. Diante disso, Ladvocat (2002) e Levinzon (2015a) acreditam que é necessário introduzir a palavra adoção mesmo que não haja condições cognitivas para compreender. Quando a criança estiver com 3 ou 4 anos é o período que surge o interesse na criança pela origem e é esse o melhor momento para introduzir o assunto. Quando o assunto é proibido, isso alimenta o segredo e as possíveis patologias psíquicas, pois se o assunto fica guardado, desenvolvem-se mitos e crenças.

A maioria dos pais imagina o melhor para seus filhos. “Eles serão felizes, realizados, perfeitos”, isso faz parte das fantasias referentes ao narcisismo saudável, presente no processo de filiação. Os pais apresentam como seu filho é querido, importante e amado. Diante disso, como fazer quando o seu filho tem a vivência do abandono, de perda e falta de cuidado? O sentimento de rejeição é inevitável, o que às vezes fica aparentemente abafado.

Os pais podem amenizar os registros do abandono com carinho, dedicação, atenção, mas, muitas vezes, não conseguirão suprir a falta vivida pela criança em sua história de vida.

Percebe-se a necessidade de acompanhamento dos pretendentes a adoção de forma efetiva e de conhecer as questões ligadas à adoção para que eles possam desmistificar tais processos e, por vezes, é preciso um trabalho psicoterápico para a exploração dos conteúdos latentes e promotores da adoção para o casal adotante.

A seguir, apresenta-se a perspectiva do adotado, ou seja, da criança que experiencia a espera e a adoção propriamente dita e seus processos psíquicos

diante deste desejo, a fim de favorecer a compreensão das construções vinculares que compõem este trabalho. Assim, será realizado um resgate teórico do desenvolvimento emocional do bebê, a partir de uma perspectiva winnicottiana, almejando compreender tal desenvolvimento do bebê diante da experiência de abandono e alcançar, com isso, as possíveis repercussões para a criança adotada.

2.2 O sonho e o desejo do adotado

Paiva (2005) assinala que, nos processos de adoção, o abandono vivido pela criança representa a ruptura do laço afetivo e emocional que se iniciaria com os pais. Isto influencia na construção de sua identidade e no desenvolvimento da sua personalidade. Estas experiências emocionais são fortemente vividas por crianças fruto de abandono real, mas também se pode considerar, neste sentido, o abandono emocional, neste caso, as crianças cuidadas por pais biológicos poderão sofrer os mesmos prejuízos.

As condições de desamparo vividas pela criança produzem registros no psiquismo das mais diversas formas e são reeditadas ao longo da vida. Entretanto, reviver experiências desta ordem causa sentimentos diversos, entre eles angústias e medos conhecidos e desconhecidos.

Winnicott refere-se a tais angústias primitivas como experiências vividas num momento em que não podíamos sequer assinalá-las psiquicamente, as chamadas angústias impensáveis. Aponto aqui para um abandono ou desamparo que todos ‘conhecemos’ de alguma forma, e que buscamos contornar. Assim falar de crianças “abandonadas” toca todos nós, pois conhecemos essa dor. Crianças “abandonadas” somos todos. (PEITER, 2016, p. 50).

Neste sentido, cabe ressaltar que as angústias impensáveis são caracterizadas por traumas nos estágios iniciais do desenvolvimento, ou seja, pela quebra na continuidade de ser do bebê. De acordo com Santos (2011), se trata de uma defesa a uma deficiência ambiental em estado de dependência absoluta do lactente¹², no qual o ambiente não favorece tal continuidade do ser, podendo ser considerada como uma experiência intrusiva. Tal angústia está relacionada a uma

¹² Palavra usada para designar a criança muito nova. Fase em que o lactente precisa dos cuidados maternos; representa o primeiro ano de vida, anterior ao processo de fala (WINNICOTT, 1983b).

falha no lidar materno, ou seja, na proteção e no assegurar o bebê, quebrando a integração do si-mesmo (*self*).

Assim, cabe compreender um pouco mais sobre o que Winnicott (1963/1983d) apresentou como a teoria do amadurecimento emocional, a qual está relacionada às relações de dependência (absoluta, relativa e independência) e à continuidade de ser. Essa compreensão auxiliará nas composições teóricas sobre a adoção, pois serão assinalados, primeiramente, o desenvolvimento emocional do bebê e suas necessidades e habilidades e, em seguida, suas compilações na criança adotada.

Assim, partir-se-á do início do desenvolvimento do bebê, em que há um estado de não-integração, em que o bebê não experiencia um vínculo do corpo com a psique e, também, não tem espaço para compreender algo externo a ele, caracterizado como não-EU. No campo teórico, este é o estado original, ao mesmo tempo, em que vivencia com a mãe cuidado e amor representados fisicamente. “A adaptação à necessidade é quase completa” (WINNICOTT, 1990, p. 153).

Diante disso, o bebê experimenta, nos primórdios do seu desenvolvimento psíquico, um estado de dependência absoluta, no qual ele ainda não percebe a mãe como alguém separado dele, e passa a se desenvolver valendo-se de um ambiente que favoreça o seu desenvolvimento. Neste primeiro momento, Fulgêncio (2016, p. 29) traz a ideia de um “amalgama mãe-bebê” e complementa:

Fica evidente, pois, na sua perspectiva, que é na sustentação ambiental inicial, ou seja, no contato humano do ambiente adaptando-se às necessidades (instintuais e relacionais) dos bebês, que as primeiras integrações psicoemocionais ocorrerão (constituição de uma noção pessoal de tempo, espaço, da experiência de si mesmo, do desenvolvimento da esperança ou fé de que há no mundo algo que pode ser interessante para si, etc.). Para ele, a fase da dependência absoluta, corresponde ao momento em que o lactente não tem meios de perceber o cuidado materno, que é em grande parte uma questão de profilaxia.

Neste estágio de dependência absoluta, espera-se que a mãe atenda a todas as necessidades do bebê e, com isso, ela passe a ser o seu primeiro objeto (mãe-objeto), porém não como algo externo a ele, mas como alguém que permite que ele crie o objeto que ele encontra, possibilitando ao lactente a ilusão de onipotência. (DIAS, 2014). Tal ilusão é possível de ser desenvolvida pela criatividade originária, inerente ao desenvolvimento humano, a qual participa da constituição do que será o si-mesmo unitário. Neste primeiro momento, não se trata de um objeto interno,

Winnicott (1990) o considera como objeto subjetivo, pois é com base na realidade subjetiva do bebê que ele compreende os objetos como sendo ele mesmo, não havendo uma perspectiva ainda de um relacionamento.

Conforme o bebê conquista algumas integrações emocionais e cognitivas, passa a ter pequenas percepções de que nem tudo advém dele, o ambiente passa a ser percebido e inicia-se um segundo estágio do desenvolvimento caracterizado como dependência relativa, em que o lactente pode se deparar com a necessidade de cuidados desta mãe, e aos poucos pode relacionar este fato aos seus impulsos pessoais. É neste período que surgem os objetos e fenômenos transicionais. A esse respeito Dias (2014, p. 226) discorre que:

[...] no início da passagem da adaptação absoluta para a adaptação relativa, os objetos transicionais exercem a indispensável função de amparo, por substituírem a mãe que se desadapta e que, portanto desilude o bebê. A transicionalidade marca o início da desmistura, da quebra da unidade mãe-bebê.

A desilusão, em prol do desenvolvimento, só é possível de acontecer se o bebê vivenciou uma boa estrutura anterior à ilusão, sendo assim ele passa então a deixar a ilusão de onipotência. São as falhas maternas (em quantidade adequada) que favorecem o uso da mente, iniciando um primeiro movimento de separação, uma área nova com espaço para o contato com as primeiras ideias de não-EU ou de mundo externo.

Rumo à independência, o bebê adquire formas para alcançar o desenvolvimento de cuidados reais, ou seja, com base nas experiências de cuidados, introjeta os objetos, obtendo a confiança do ambiente, a fim de alcançar autonomia de SER. Neste sentido, pode-se dizer de uma independência relativa, visto que tal momento pode ser marcado por episódios de dependência (WINNICOTT, 1963/1983d; FULGÊNCIO, 2016; DIAS, 2014).

Dias (2014) retrata que quando há perdas significativas por um período extenso de tempo, o bebê experimenta as tais angústias impensáveis, ou seja, representa a perda do objeto subjetivo e se dissipa a capacidade simbólica do objeto transicional.

Assim, no desamparo (que é vivido pelas crianças adotivas), a criança passa por experiências de perdas significativas, o que implica, segundo Winnicott, que a criança precisará vivenciar o processo de elaboração do luto. Entretanto, crianças muito pequenas não possuem ainda uma organização psíquica capaz de elaborar essa

perda, pois não têm uma relação madura com a separação e, para que o luto possa ser vivido, é necessária a introjeção do objeto, o qual é “submetido ao ódio dentro do ego, decorrente ao reviver do fracasso do objeto por ele ter desaparecido” (PEITER, 2016, p. 52).

As separações precoces de seus objetos primordiais (mãe) se projetam, no plano das fantasias, como um abandono psíquico. Desta forma, refere-se não apenas à experiência do abandono real, mas a todo o entorno frente às separações ou descontinuidade que compuseram representantes psíquicos às separações das pessoas que cuidavam desta criança, em especial, quando muito pequena. Isso também se pode ampliar quando se trata dos cuidados à criança de maneira insuficiente, proporcionando as mínimas condições de acolhimento e, com isso, dificultando a promoção da constituição psíquica.

Este vazio, vivido pelo abandono, é parte da repressão primária que promove o desinvestimento libidinal deste objeto de amor e deixa marcas inconscientes na forma de “buracos psíquicos” (GREEN, 1980, p. 152 *apud* PEITER, 2016, p. 53), ou seja, o desinvestimento materno é sentido como algo desastroso, pois o bebê sente esse movimento como fruto dos seus impulsos e sentimentos onipotentes neste período, o que faz disparar ansiedade e defesas específicas.

Essas defesas vão compor seu psiquismo por meio do desinvestimento no objeto materno e de uma identificação com esta mãe ausente (mãe morta). De um modo muito primitivo, identifica-se com esse objeto materno, com o intuito de possuir um objeto não igual, mas sendo ele mesmo o próprio objeto, por meio da identificação.

Green (1980 *apud* PEITER, 2016) coaduna com as ideias de Winnicott diante do fato de a criança se identificar com uma figura materna ausente e estabelecer com esta figura pseudoidentificações que acabam por desenvolver uma estrutura psíquica de falso *self*¹³.

Neste sentido, vale ressaltar que o falso *self* se caracteriza como uma defesa ao *self* verdadeiro do indivíduo, independentemente de suas características e atribuições. Porém, pode ser classificado em alguns tipos de organização. Neste sentido, por um lado é importante destacar que o falso *self* se apresenta de forma real, como se fosse uma composição psíquica soberana ao indivíduo e que de fato o

¹³ Terminologia utilizada por Winnicott pela primeira vez em 1949, cujas compreensões estão apresentadas no corpo deste trabalho. Entretanto, vale ressaltar que o “falso *self*” já foi utilizado anteriormente em psiquiatria, filosofia e literatura, mas adquire espaço para ampliações e contornos mais específicos com Winnicott, em sua obra (NAFFAH NETO, 2007).

caracterizasse como tal. Entretanto, aparecem falhas, pois em vários momentos da vida se espera uma pessoa inteira, mas nesta formação há carências essenciais que continuam ocultas no *self* verdadeiro. Também pode, de forma menos extrema, proteger o *self* verdadeiro em condições ambientais não favoráveis, considerando a criação de sintoma como um valor significativo (WINNICOTT, 1960/1983a).

Em um campo voltado para a saúde, o falso *self* busca encontrar recursos para que o *self* verdadeiro possa originar, caso essa busca falhe, o falso *self* precisará reorganizar novas defesas para auxiliar na proteção do verdadeiro *self*. Sua composição é oriunda de identificações com figuras significativas ao longo da vida. Muitas vezes, o falso *self* se apresenta por meio de comportamentos adaptáveis, de forma polida e socialmente aceito (WINNICOTT, 1960/1983a).

Esse falso *self* se desenvolve com base na relação da mãe com o bebê, sendo importante considerar o comportamento desta mãe na dupla, pois trata-se do estágio das primeiras relações objetais, ou seja, de dependência absoluta, necessitando de uma mãe que o envolva fisicamente e psiquicamente, podendo ocupar o espaço mental dela. Neste sentido, é importante verificar se esta mãe responde a esta necessidade onipotente do bebê, a qual foi apresentada acima.

Neste sentido, abre-se um espaço para considerar se haverá, então, uma mãe suficientemente boa, que irá corresponder às onipotências do bebê, de modo a garantir sua repetição, encontrando sentido nisso. Se isso ocorrer, brota-se um *self* verdadeiro, que passa a se fortalecer na medida em que a mãe permite nutri-lo desta maneira (onipotente) (WINNICOTT, 1960/1983a).

O referido autor ainda acrescenta:

A mãe que não é suficientemente boa não é capaz de complementar a onipotência do lactente, e assim falha repetidamente em satisfazer o gesto do lactente; ao invés, ela o substitui por seu próprio gesto, que deve ser validado pela submissão do lactente. Essa submissão por parte do lactente é o estágio inicial do falso *self*, e resulta na incapacidade da mãe de sentir as necessidades do lactente. (WINNICOTT, 1960/1983a, p. 133).

Assim, a criança que viveu um desamparo a partir do abandono físico, ou seja, que experienciou uma mãe não suficientemente boa, precisa vivenciar a experiência de luto para que possa desenvolver um sentimento de pertencimento em uma nova família. Nessa perspectiva, “Ozoux-Teffaine sustenta que a realização de um luto pela figura materna arcaica é imprescindível para que a inscrição de um novo processo de filiação possa ocorrer” (PEITER, 2016, p. 56).

Nos casos de adoção, o luto das figuras parentais originárias ajuda a criança a reconstruir, ou melhor, a oportunizar a reconstrução da relação com os novos pais, porém isso só é possível quando os sentimentos de desamparo e suas marcas psíquicas tiverem sido amparados, despertando para o desejo de filiar-se (OZOUX-TEFFAINE, 2004 *apud* PEITER, 2016).

Para tanto, há questões a serem repensadas quanto à elaboração do luto, pois, dependendo da profundidade do trauma e do desligamento objetal, há pouca esperança para retorno da libido e o desenvolvimento de um novo ligamento/ investimento objetal nas próximas/outras relações afetivas.

Bento (2008) alerta que o intervalo vivido pela criança entre o abandono da mãe biológica e a entrada em uma família substituta ou mesmo no retorno a própria família, pode influenciar nas vivências de privação afetiva. Quanto a essa questão, Winnicott (1956/2012) apresenta contribuições importantes sobre a privação afetiva, pois durante o desenvolvimento emocional, quando o bebê vive experiências positivas em relação ao ambiente, estas experimentações favorecem o desenvolvimento psíquico. Em contrapartida, caso essa criança seja privada deste nutriente afetivo por longo período e as experiências positivas demorem a retornar, a criança experienciará uma falha (BENTO, 2008).

Winnicott (1956/2012, p. 138, grifos do autor) esclarece que “uma criança *sofre privação* quando passam a lhe faltar certas características essenciais da vida familiar. Torna-se manifesto um certo grau do que poderia ser chamado de ‘complexo de privação’”. Contudo, as experiências de privações afetivas possuem uma relação direta com as tendências antissociais.

O autor salienta, ainda, que diante das tendências antissociais existem duas direções a serem seguidas: a do roubo e a da destrutividade. Na primeira, a criança fica em busca de algo, na tentativa de preencher uma falta; na segunda, a criança busca uma estabilidade emocional que permita sentir-se segura, livre para transitar em seu desenvolvimento.

Um sintoma antissocial muito comum é a avidez estreitamente relacionada à inibição de apetite. Se estudarmos a avidez encontraremos o complexo de privação. Em outras palavras, se um bebê é ávido, existe um certo grau de privação e alguma compulsão para buscar uma terapia para essa privação através do meio ambiente. O fato de que a própria mãe está disposta a satisfazer a avidez do bebê facilita o êxito terapêutico na grande maioria dos casos em que essa compulsão pode ser observada. A avidez num bebê não é a mesma coisa que voracidade. (WINNICOTT, 1956/2012, p. 143).

Quando a criança possui uma mãe que garante o seu acompanhamento até que alcance o pleno reconhecimento do objeto diante de um momento de experiência instintiva, ocorre, gradualmente, o desenvolvimento de um sentir-se envolvido. Contudo, quando há a perda da mãe neste período, a criança vivencia uma experiência contrária, ou seja, a perda desta mãe neste momento do envolvimento provoca uma anulação do seu processo de integração, inibindo e/ou dissociando sua vida instintiva em relação aos cuidados disponibilizados.

Em casos da adoção, alguns dos comportamentos representados pela criança neste novo ambiente podem incluir a hostilidade, pois a criança sente-se amedrontada em relação à construção de novos vínculos juntamente com a vivência de privação afetiva em que o ambiente não se apresenta seguro para ela. Em outros momentos, a criança sente medo de “atrapalhar” e vai desenvolvendo o falso *self*, pois sente que não pode desagradar para que não corra o risco de ser “dispensada” novamente, geralmente em razão de uma fragilidade psíquica.

O ambiente familiar será por vezes testado pela criança para que possa senti-lo e, assim, se apropriar dele. Em adolescentes pode aparecer a transgressão, visto que isso é parte do desenvolvimento da criança que passou por abandono e desamparo. Neste caso, é importante que os pais adotivos possam conter os sentimentos de ódio que aparecerão. Até para que a criança e/ou o adolescente possam compreender que seus ataques (comportamentos agressivos) não destroem o outro, sentimentos que possivelmente ocupam sua fantasia (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013).

“Segundo a teoria winnicottiana, que considera que o amor não existe sem o ódio, a provocação visa a gerar o ódio, em uma tentativa da criança de sentir-se amada, de solidificar sua sensação de pertencimento” (OTUKA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2013, p. 94).

Por ser um lugar “do estranho”, os comportamentos divergentes na adoção, que fogem do ideal, são subjugados pelos pais, o que, na verdade, são comportamentos também vividos por filhos biológicos, entretanto levam a caminhos de ambivalência dos pais e dos filhos, o que possibilita um medo do abandono novamente.

Nessa esteira de reflexões, Pinea e Sei (2015) apresentam que o ambiente tem uma importância fundamental no desenvolvimento emocional, visto que falhas significativas no cuidado com a criança, a falta de suporte para a adaptação necessária em relação às suas necessidades primitivas são aspectos que influenciam

diretamente o amadurecimento psíquico do indivíduo. A ausência deste ambiente facilitador pode gerar complicações em relação à sua singularidade, às experiências emocionais, à construção de um ego e a existir enquanto “senhor de si”.

Segundo Jorge (2015), proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento do bebê possibilita a construção de seu verdadeiro *self*, para tanto a mãe adotiva, que apresenta bom desenvolvimento dos seus conflitos emocionais, pode garantir à criança a entrega necessária para o seu desenvolvimento psíquico.

A função da mãe cuidadora é essencial para o amadurecimento psíquico do bebê, visto que mantém um ambiente mais seguro, mais monótono, rotineiro, com afastamentos menos prolongados, porém se a ausência se estende ou se ocorre o rompimento total do vínculo, pode haver consequências no desenvolvimento dos vínculos da pessoa com o mundo, sofrendo implicações na sua construção psíquica (PEITER, 2016).

Ao mesmo tempo, ao pensar o desenvolvimento da capacidade criativa do bebê, considera-se que o ambiente, em alguma medida, pode sufocar os processos criativos, mas não os destruir inteiramente. Muitas vezes, por medo da dor, algumas pessoas ignoram o desejo pelo novo e ocultam sua capacidade criativa (JORGE, 2015).

É necessário considerar a impossibilidade de uma destruição completa da capacidade de um indivíduo humano para o viver criativo, pois mesmo no caso mais extremo de submissão, e no estabelecimento de uma falsa personalidade, oculta em alguma parte, existe uma vida secreta satisfatória, pela sua qualidade criativa ou original a esse ser humano. (WINNICOTT, 1971/1975, p. 99).

Para as crianças que foram adotadas, as rupturas, separações, vivências com cuidadores (passando por vários braços maternos) e escolas são vividas de forma mais complexa, pois, dependendo do processo elaborativo desta criança que viveu ligamentos e desligamentos nas relações de acolhimento, será possível compreender o desenvolvimento das próximas relações e separações (PEITER, 2016).

Winnicott (1956/2012) explica que quando se trata de crianças que viveram experiências de privação, a questão em si não é a perda, mas o período pelo qual a criança vivenciou tal situação, pois ela pode não ter desenvolvido ainda recursos suficientes capazes de reagir de forma madura, ou seja, se está diante de um ego em formação. Este ego ainda não está maduro o suficiente para experienciar tais

situações de perda e viver o luto. Assim, as privações afetivas vividas e as separações mobilizam angústias que precisarão ser elaboradas a partir do luto.

As rupturas trazem consequências na formação de nossos vínculos. Freud descreve em Luto e Melancolia, a necessidade de desinvestir a libido do objeto perdido, sendo descatexizadas aos poucos para que futuramente possa ser reinvestido, até que a libido esteja disponível para novos investimentos. Quando encerra o processo de luto, há disponibilidade de ego para catexizar novamente outros objetos. (PEITER, 2016, p. 52).

A adoção traz, em si,

[...] uma passagem em que o objeto materno originário se perdeu. As inscrições iniciais poderão encontrar expressões diversas. Os elos entre os registros desse objeto, compostos pelos elementos do olfato, tato, audição, sofrerão uma espécie de fratura. Esta fratura produz uma dificuldade de recaptura desses registros (SILVA, 2001, p. 56 *apud* PEITER, 2016, p. 51).

Segundo Winnicott (1956/2000), o cuidado materno tem uma importância fundamental para o desenvolvimento do ego do bebê, pois auxilia na aquisição de recursos psíquicos para que o conteúdo instintivo (*id*) possa pertencer ao ego e este bebê possa se tornar um ser diferente/separado da mãe e, assim, constituir seu *self*, ou seja, apresente um modo de sentir-se subjetivamente, sentir-se real.

Quando a criança apresenta maus tratos ou abuso, há uma dificuldade no vínculo com pais adotivos, sendo considerada uma defesa psíquica para proteger-se de outros contatos dolorosos e de rejeição. Nestes casos, o contato físico causa repúdio por causa dos traumas vividos pelo abuso. Mesmo vivendo em situação degradante, a criança pode nutrir o desejo de “voltar para casa”, com fantasias de que a mãe voltará para buscá-la, mesmo sendo ambiente ruim (LEVINZON, 2015b).

A criança pode fazer uso de mentira, roubo, impulsividade como sintomas para essas questões que ainda não estão acomodadas psiquicamente, causando medo e dificuldade de confiar no outro. É necessário construir pouco a pouco um ambiente que ela perceba como seguro e confiável, isso auxilia na elaboração das perdas e decepções de seu passado.

Neste sentido, o contato com as origens, com a história de adoção, pode ser parte de uma organização psíquica para o adotado. Sobre a relação das origens, Levinzon (2015b, p. 78, grifo da autora) traz as seguintes considerações:

Ontológico ao humano, o conhecimento sobre as origens é parte do percurso psíquico que visa montar uma história pessoal acerca da inserção do sujeito no mundo. No entanto, esse conhecimento não é formado apenas pelos dados históricos, mas é construído por meio de uma tessitura de sentidos, onde as *lembranças* exercerão uma função fundamental. (LEVINZON, 2015b, p. 78, grifo da autora).

Quando se pensa a importância da origem na composição psíquica da criança, promovem-se reflexões no contexto da adoção. Neste sentido, Ghirard (2015) discute sobre a história que é construída com base em vivências afetivas, e que vai se moldando frente às fantasias e não necessariamente aos dados factuais. A compreensão da origem é tão decisória que passa a delinear a experiência adotiva, uma vez que sua origem está externa ao contexto familiar. Isso incita diversos sentimentos nos adotantes, compondo suas fantasias, angústias, entre outras manifestações que atravessam suas relações parentais e de filiação.

Winnicott (1955/1997a) apresenta um aspecto relevante sobre o conhecimento da origem, ressaltando que crianças necessitam possuir pais confiáveis, que poderão apresentá-las a verdade e caminhar em busca desta. Além disso, precisam de pais que possam compreender suas necessidades de vivenciar sentimentos apropriados às situações reais da vida, pois elas são muito habilidosas e capacitadas a desvendar fatos e lidar com eles. A existência de um “mistério” pode ser o propulsor de muitas fantasias perturbadoras, o que pode gerar grandes problemas.

Assim, acrescenta-se o olhar para a curiosidade, quando Levinzon (2015a) aponta para a importância da busca do conhecimento, pois a criança possui, no registro inconsciente, marcas do abandono que são sentidas apenas por ela, não tendo representação simbólica disso. Desta forma, os pais precisam tratar sobre esse assunto com a criança, para que esse fato não prejudique no desenvolvimento emocional do seu filho.

Diante disso, preza-se pela revelação da história de vida da criança, para que possa ser conversado abertamente sobre este assunto com toda a família, de forma a desmistificar os sentimentos fantasiados pela criança e também pelos pais adotivos quanto à situação da adoção.

Mesmo depois de revelar sobre a adoção, as questões vinculadas ao abandono/separação podem estar presentes no desenvolvimento e no imaginário das crianças.

Crianças que elaboram sentimento de perda e de luto, algumas vezes se veem diante deles novamente quando vivem novas perdas, de amigos, de familiares, de um animal querido. Situações de separação como férias, também podem desencadear insegurança e medo de perder as pessoas com quem a criança está ligada. (LEVINZON, 2015b, p. 77).

Diante do exposto, não se pretende esgotar, nem resolver o trauma, mas trazer novos significados.

Como salientam Levinzon (2004) e Lisondo (1999), crianças adotadas que passaram por descontinuidades relativas a separações precoces, eventualmente, abandono, podem manifestar o desenvolvimento do falso *self* em diferentes graus, como defesa contra angústias originadas nesse descompasso. (PEITER, 2016, p. 69).

Muitas vezes essas crianças desenvolvem este recurso de falso *self*, conforme apresentado anteriormente, como uma reação a invasões ambientais de forma a se adaptarem mais rapidamente. É uma saída para pessoas que viveram intensas separações, assim utilizam o próprio aparelho mental para estabelecer “seus” cuidados maternos (WINNICOTT, 1960/1983a).

Contudo, a saída do acolhimento institucional ou da família acolhedora para a família adotiva implica novos rompimentos, perdas e separações necessárias de serem elaboradas, pois reviverão os abandonos em relação a família de origem. Porém, a adoção oportunizará o desenvolvimento da sua continuidade de ser, ou seja, de um desenvolvimento da experiência subjetiva ligada a uma “mãe suficientemente boa”.

3 VÍNCULO MATERNO E ADOÇÃO: COMPOSIÇÕES TEÓRICAS NA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ

Este capítulo faz um percurso teórico em busca da compreensão sobre a relação de maternagem e suas implicações na relação mãe-bebê, como se dá esse desenvolvimento e os reflexos deste processo no desenvolvimento psíquico de mães e, em especial, de mães adotivas.

Nesse contexto cabe a colaboração de Gradwohl, Osis e Makuch (2014) sobre a diferença entre maternidade e maternagem. A maternidade se refere, pela tradição, a um laço de sangue entre mãe e filho, ao passo que a maternagem está ligada à relação afetiva, ao vínculo que se compõe entre mãe e filho e suas relações com o cuidado e o acolhimento a este filho por sua mãe.

Muitos autores não estabelecem esta distinção referente ao conceito de maternidade e maternagem, trazendo-os como sinônimos. A finalidade do presente estudo é compreender e expandir as análises com o olhar voltado para a maternagem de acordo com a percepção de Gradwohl, Osis e Makuch (2014).

Assim, propõe-se contemplar algumas ideias sobre a construção dos vínculos maternos e, após esse momento, compreender as suas manifestações nos processos de adoção.

3.1 Implicações inconscientes no desenvolvimento do “ser mãe”

De Felice (2006), em sua obra “Vivências da Maternidade”, traz composições significativas para a compreensão dos aspectos inconscientes que reverberam para compor o desenvolvimento da maternagem em mães. Optou-se por fazer um breve recorte de sua obra a fim de contemplar os estudos pertinentes à presente proposta, além de inserir autores que ampliarão algumas concepções apresentadas.

As experiências emocionais em mulheres que serão mães, segundo De Felice (2006), são contornadas pelo modo como a mãe internalizada atuará dentro delas, trazendo, assim, as suas expressões da maternidade, as quais compõem as relações mães-filhos diante dos fatores inconscientes e originários do psiquismo materno.

Há um imperativo de ser mãe. Elas falam de um afeto que parece estar disponível, desde os primeiros tempos, desde suas infâncias quando elas pensavam que fossem “grandes”, elas teriam um filho. Nós podemos

chamar isso de “paixão maternal”, uma expressão usada por Kristeva (n.d) para descrever um impulso arcaico transmitido de mãe para filha. (QUEIROZ, 2018, p. 144).

Há uma influência significativa do inconsciente da mulher em relação à vivência da maternidade, pois as fantasias inconscientes da menina em relação ao corpo da mãe e à ligação que ela faz quanto aos bebês imaginários e, depois, os bebês reais, baseiam-se nas relações primitivas com o objeto internalizado (DE FELICE, 2006).

A autora ainda expõe que, “Assim, desejos inconscientes são realizados por meio do filho, relações objetais internas são reproduzidas no vínculo com ele, angústias primitivas e conflitos não resolvidos são atualizados e projetados na relação com a criança.” (DE FELICE, 2006, p. 17).

A história de vida da mãe pode impactar o desenvolvimento da condição de materno, pois os seus aspectos psíquicos, oriundos de sua história como filha, precisam ter sido reprimidos e/ou elaborados para que não estraguem as possibilidades de vivência do novo e do diferente, sendo importante o movimento de ressignificar os conteúdos passados para que estes não fiquem se atualizando no desenvolvimento presente e rompendo com as possibilidades de contar uma nova história (ROTENBERG, 2018).

Quando o passado se presentifica a todo o tempo, ele impede a tarefa de ser pensado, transformado, o que acaba transmitindo para outra pessoa esta condição, ou seja, o filho passa a ser o representante de uma história que não é a sua. E, espera que esse possa decodificar essas vivências, mas caso ele também não consiga, possivelmente adoecerá. Neste caso, o filho fica tão cheio de conteúdos psíquicos que não foram processados pelo outro que acaba experienciando um vazio de si mesmo e dificultando a experiência de um *self* verdadeiro.

Corroborando este pensamento, De Felice (2006) também menciona que algumas mães vivenciam a experiência de maternidade de modo a realizar as fantasias onipotentes e narcísicas. Neste caso, o filho tem uma função de corresponder às expectativas da mãe não sendo possível desenvolver autonomia, vida própria, sendo o objeto ideal e uma parte do ego da mãe. Isso pode acarretar ao filho danos psicológicos.

No Complexo de Édipo e de Narciso (Rotenberg, 2016), explica-se que quando os pais estão em uma posição narcisista fanática, em vez de funcionar como espelho constitutivo imaginário que reflita o filho, este deve

refletir aos seus pais um olhar que devolva para eles a sensação de plenitude, de que “restauram as falhas de seus próprios pais”, isto é, que são pais perfeitos! Desmentida da castração por um lado, falta de elaboração dos traumas infantis e dos herdados. O filho fica capturado na necessidade de completude materna. (ROTENBERG, 2018, p. 92).

Muitos aspectos psíquicos são trabalhados pela vivência da maternidade, tais como: a sublimação, na qual tendências instintivas sexuais se transformam em amor maternal; os aspectos narcísicos de ser amado desencadeiam no amor incondicional; os aspectos masoquistas irão desencadear os sacrifícios maternos e também a relação edípica é reeditada neste contexto. Ou seja, essas experiências emocionais vividas ao longo de sua história serão influentes no desenvolvimento da maternidade (DE FELICE, 2006).

O ser mãe implica reativar diversos aspectos do seu psiquismo, tanto os aspectos mais saudáveis quanto os mais patológicos. Quando traz aspectos saudáveis, não significa que haverá ausência de angústia ou sofrimento, uma vez que esses fatores compõem o desenvolvimento humano, e isso não é diferente na maternidade.

Rotenberg (2018) volta a acrescentar que a vivência passada precisa ter representação-palavra para que não precise herdar uma história ou mesmo viver repetindo um passado, mas que possa deixá-lo apenas em memória, não atualizado no presente, pois a mente, a qual armazena toda a história vivida, os conteúdos reprimidos e ressignificados, garante a condição de continuidade existencial e aproveita suas experiências, utiliza-se de seus recursos psíquicos para ampliar os novos conteúdos a serem vivenciados, permitindo a vivência de novas e diferentes situações. “Às vezes, a mente está mais habitada pelo inconsciente mudo, inconsciente herdado, transmitido transgeracionalmente, impedido de processar as vivências pessoais” (ROTENBERG, 2018, p. 94).

A saúde emocional e os recursos psíquicos da mãe são os fatores que promovem a boa relação entre mãe e filho, isso não representa ausência de sofrimento, dor, angústia, mas promove recursos para a vivência real da maternidade (DE FELICE, 2006).

Entretanto, se for possível introjetar a boa mãe como objeto interno presente em seu mundo mental, se torna possível a conquista da segurança interna, do caráter, da capacidade de permanecer confiante e com credulidade, além de amadurecimento.

“Já quando não há a presença de uma ‘boa mãe’ no mundo mental desta mulher, predominam sentimentos de hostilidade, desconfiança e insegurança, sendo despertados sentimentos de angústia e culpa frente à maternidade” (DE FELICE, 2006, p. 192).

A maternidade promove, em algumas mães, transformações importantes referentes às experiências emocionais vividas e introjetadas, possibilitando uma transformação, parcial, “de suas fantasias infantis, dos seus conflitos originais, de antigos modelos incorporados e crenças imaginárias” (DE FELICE, 2006, p. 67). Diante disso, a mãe vai se modificando, adquirindo maior segurança quanto às angústias e ansiedades antigas, promovendo um crescimento emocional. Estes casos são vividos pela mulher como uma “experiência emocional corretiva”¹⁴, sendo terapêutico e curativo” (DE FELICE, 2006, p. 67).

A partir da ideia psicanalítica de que entre a pulsão e o objeto, está o desejo e a fantasia, buscamos acessar o desejo de um filho, que se configura por uma identificação com a maternidade expressa pelo seu campo fantasmático. O desejo de filhos, para psicanálise, está relacionado com os fantasmas infantis e com o complexo de Édipo, estando ligado à sexualidade desde sua infância, na relação primária com a mãe. No entanto, esse desejo segue caminhos diferentes para homens e mulheres, sendo estas influenciadas por fatores culturais na ênfase dada ao ser mãe. O desejo de ter filhos pode estar vinculado ao desejo narcísico de imortalidade do Eu, ou seja, uma maneira de se aproximar da imortalidade e de transmitir a herança genética para os descendentes. (RIBEIRO, 2004 *apud* STELIN *et al.*, 2011, p. 176).

“No entanto, quando a mãe faz da criança um objeto exclusivo de seu desejo, ou o bebê se torna um objeto de necessidade materna a serem satisfeitas, a criança permanece como um ‘lactente prolongado’, atado a uma mãe infantilizante e ansiógena” (DE FELICE, 2006, p. 136).

Queiroz (2018) acrescenta que há diferentes modos de perceber a “função materna”. Diversos teóricos na psicanálise postulam considerações sobre esse aspecto, os quais convergem na ideia de que a tal função organiza o desenvolvimento psíquico da criança. A experiência afetiva mãe-bebê é base para todas as outras experiências externas que este bebê terá em sua vida. Compreende-se que esta relação primitiva é, ao mesmo tempo, importante e recheada de amor e ódio.

¹⁴ “Experiência emocional corretiva” é caracterizada por uma oportunidade de a pessoa reparar a história pregressa traumática com seus objetos originais. Isso pode acontecer por meio de um processo psicoterápico ou mesmo mediante as experiências vividas pelo indivíduo (ALEXANDER; FRENCH, 1956 *apud* DE FELICE, 2007).

Por essa razão, a autora prefere falar em “paixão maternal”, uma paixão no sentido em que as emoções (de apego e de agressividade em relação ao feto, ao bebê, à criança) se transformam em *amor* (idealização, projeto de vida no tempo, dedicação etc.) com seu correlato de *ódio*, mais ou menos atenuado. É preciso uma transformação da libido. É preciso que a mãe sublime sua paixão ambivalente e permita ao filho criar uma linguagem própria. A “mãe suficientemente boa”, para Winnicott, seria aquela que permite ao *infans* criar o espaço transicional capaz de lhe permitir pensar. Assim, a mãe suficientemente boa é aquela que sublima sua paixão ambivalente. (QUEIROZ, 2018, p. 144, grifos do autor).

É importante destacar a ambivalência como um aspecto vivido na maternidade. Algo inerente a esse momento, coexistindo experiências de amor e ódio simultaneamente na relação com seus filhos, desencadeando um sentimento de culpa materno. Há sentimentos de raiva e ressentimento da mãe em relação ao filho, pois, muitas vezes, existe um conflito de necessidades, os da criança e os da própria mãe, o que defronta com as exigências e expectativas sociais sobre a maternidade.

No entanto, a mãe tem de ser capaz de tolerar seu próprio ódio e sentimento de rejeição em relação ao filho, lidar com a angústia e a culpa decorrentes, pois se a ambivalência for recusada e vivida como inaceitável, poderá converter-se em atitudes masoquistas. (WINNICOTT, 1982 *apud* DE FELICE, 2006, p. 19).

Queiroz (2018) evidencia que o movimento de sublimar e elaborar a “paixão maternal” é possível de ser realizado em trabalho analítico ou até mesmo em autoanálise, sem a necessidade de gestação ou parto, como acontece nos casos de adoção, que será ampliado um pouco mais neste trabalho.

Como se pode notar, há aspectos inconscientes determinantes para o desenvolvimento da maternagem em mães, o que possibilita pensar e indagar as forças que garantem o “ser mãe” e suas representações psíquicas na relação mãe-bebê. Frente a isso, pretende-se, também, expor os elementos que compõem essa função materna, ou seja, as condições que garantem o desenvolvimento deste processo.

3.1.1 Contribuições sobre a maternagem e as condições maternas para tal

Para o desenvolvimento das condições de maternagem, Winnicott (1983b) traz grandes contribuições baseadas em suas vivências como psicanalista, psiquiatra e pediatra. Fornece aportes teóricos enriquecedores referentes à

construção do vínculo mãe-bebê, o que favoreceu tanto o conhecimento sobre este assunto para um vasto público como a prática psicológica. Além de Winnicott, há muitas outras contribuições teóricas a esse respeito, contudo, grande parte de seu aporte teórico foi utilizada para construir os olhares do presente estudo.

Primeiramente, considerou-se importante ressaltar que, para Winnicott (1988/2018), não existe um bebê sem uma mãe e nem uma mãe sem um bebê. Ademais, é preciso considerar, para a compreensão dessa relação, alguns elementos como: o ambiente, o período de gestação, o nascimento e, especialmente, a figura da mãe (ARANTES, 2018).

Winnicott (1956/2000) traz um conceito importante sobre as condições necessárias para a função de maternar, a qual ele nomeou como “mãe suficientemente boa”. Este conceito já foi abordado sucintamente e, neste momento, propõe-se uma breve ampliação, articulando-o com o conceito de “mãe não suficientemente boa”.

Primeiramente, é importante considerar que a “mãe suficientemente boa” é aquela que irá compreender as demandas do seu bebê, não apenas as físicas como também as suas necessidades psíquicas. Esta junção possibilita à mãe a condição de maternagem.

Ao se aprofundar um pouco mais na denominação de “mãe suficientemente boa”, percebe-se que este conceito está ligado àquela mãe que permite a vivência onipotente do bebê, garantindo esta experiência por diversas vezes. Brota-se um *self* verdadeiro a partir do olhar inteiro desta mãe ao bebê. Já a “mãe não suficientemente boa” é aquela que não permite tais comportamentos e vivências do bebê, impondo suas necessidades para que este se submeta, dificultando o desenvolvimento do *self*, ou até compondo um início do falso *self* (WINNICOTT, 1960/1983c).

Para Stelin *et al.* (2011, p. 173), “uma mulher não se configura primordialmente como mãe, a função materna é um processo de construção, ou seja, fundamentalmente produto de uma operação psíquica”.

Além dos processos inconscientes vividos pela mulher e a sua história pregressa com sua mãe, é preciso considerar também outros fatores que são compostos a partir da gestação ou mesmo do parto.

Winnicott (1960/1983c) se propôs a verificar as alterações que ocorrem na mulher quando está gestando um bebê ou logo depois que o teve. Inicialmente ocorrem basicamente mudanças fisiológicas, a considerar em primeiro lugar o fato

de sustentar o bebê em seu útero. A expressão utilizada socialmente como “instinto materno” é algo a ser analisada, visto que a mulher de fato muda o seu modo de se ver e ver o outro a partir da experiência de gestação pelas alterações fisiológicas, o qual varia de acordo com a saúde mental de cada mulher, considerando que há um universo psíquico e que este também sofre alterações. “De várias formas ela é encorajada por seu próprio corpo a ficar interessada em si própria. A mãe transfere algo de seu interesse em si própria para o bebê que está crescendo dentro dela” (WINNICOTT, 1960/1983c, p. 52).

Por meio de tal identificação com este bebê, pode se desenvolver uma sensibilidade maior quanto às necessidades dele, denominada de identificação projetiva, a qual permanece por um determinado tempo após o parto, perdendo aos poucos seu valor. Winnicott (1956/2000) denominou essa experiência de “preocupação materna primária”, que se apresenta como algo significativo neste processo de construção da maternagem, chegando a ser uma doença “saudável” em que a mãe e o bebê se misturam em prol do desenvolvimento dele, processo denominado de dependência absoluta. Em um segundo momento, essa mãe sai desse processo de adoecimento para o outro estágio do desenvolvimento, ou seja, o estágio de dependência relativa.

No contexto desta preocupação materna primária, quando há uma experiência satisfatória da maternidade, é possível que a mulher regrida para adaptar-se a essa nova condição. Winnicott (1956/2000) ainda acrescenta que este estado de doença, conforme apresentado no parágrafo anterior, se não estiver sendo vivenciado neste período do desenvolvimento inicial da vida do bebê, pode ser assinalado como uma perturbação psicopatológica de tipo esquizoide¹⁵. A mãe saudável vive essa experiência até que o bebê a libere.

Muitas mulheres são com certeza boas mães em todos os outros aspectos, e levam uma vida rica e produtiva, mas não tem a capacidade de controlar essa “doença normal” que lhes possibilitaria a adaptação sensível e delicada às necessidades do bebê já nos primeiros momentos. Ou conseguem fazê-lo com um filho e não com o outro. Tais mulheres não

¹⁵ Winnicott se refere à personalidade de tipo esquizoide quando a pessoa desenvolve um falso *self* patológico, o qual se caracteriza como uma introversão, um recolhimento interno com um relacionamento ligado ao mundo interno. Para esse desenvolvimento, o indivíduo experienciou um ambiente instável no qual, às vezes, atendeu a suas necessidades, às vezes não, permitindo o viver de alguns poucos momentos de ilusão de onipotência e, contudo, poucas construções de objetos subjetivos. Diante deste processo de desenvolvimento, o falso *self* se instala a fim de proteger o *self* verdadeiro, o qual tem pouco contato com a realidade (MIURA *et al.*, 2011).

conseguem preocupar-se com o seu bebê a ponto de excluírem quaisquer interesses, de maneira normal ou temporária. É possível inclusive imaginar que com algumas dessas pessoas ocorra uma “fuga para a sanidade”. Algumas delas têm certamente outras preocupações importantes, que não abandonam muito prontamente, ou talvez não consigam deixá-las de lado até terem o seu primeiro bebê. A mulher que se caracteriza por uma forte identificação masculina sentirá essa parte das funções maternas a mais difícil de realizar, e uma inveja do pênis reprimida deixa muito pouco espaço para a preocupação materna primária. (WINNICOTT, 1956/2000, p. 402).

Considerando ainda a preocupação materna primária, se a mãe alcançar esta condição, o bebê será capaz de compreender o mundo interno de maneira mais adequada, em virtude de suas satisfações terem sido atendidas, originando a fantasia para este de que o mundo externo corresponde às suas próprias capacidades em criar (MARSON, 2008).

Stellin *et al.* (2011) estudaram o período de gestação, o qual se caracteriza como parte importante da configuração materna, pois há a possibilidade desta mãe fantasiar seu bebê. Entretanto, em suas pesquisas realizadas com 13 gestantes sobre as condições psíquicas que a mulher desenvolve ao ser mãe e os fatores que influenciam para esta construção, verificaram certa dificuldade das mães em se reconhecerem mães quando ainda não conhecem fisicamente seu/sua filho/a e não sabem qual o sexo do bebê. Isso dificulta o modo de pensar o bebê e criá-lo em seu pensamento, o que pode trazer fantasias de morte e ambivalências na maternagem. O desenvolvimento físico do bebê na barriga da mãe vai permitindo um encontro maior com a realidade materna.

Os referidos autores salientam que na gestação a mãe passa a ter uma representação psíquica do bebê, o qual, inicialmente, é considerado um estranho, algo a ser compreendido ainda por ela.

No final da gestação, surge a possibilidade de transformar o estranho em familiar, atribuindo características a esta criança por meio da projeção e idealização (Aragão, 2004). O tempo da gravidez é necessário para que uma mulher, em seu tempo psíquico, constitua-se como mãe. (STELLIN *et al.*, 2011, p. 179).

Como a criança supre uma falta materna ao nascer, fruto do narcisismo desta mãe, é necessária uma atenção para que este bebê possa se tornar um indivíduo, não sendo carregado pela função que a mãe quer que ele desempenhe; ao mesmo tempo esse bebê imprime uma identidade nesta mãe. Ambos precisam renunciar o

investimento narcísico que fazem um no outro, provedor da relação mãe-bebê. Desta forma, ressalta-se a necessidade de separação após o quarto mês de vida.

A função materna está relacionada à identificação da mãe com o bebê, mas também com a condição desta enxergá-lo como outro, ter a possibilidade de vivenciar a presença e a ausência, como também alienação e separação.

Podemos supor que para o exercício da maternidade é necessário que a mulher disponha de recursos psíquicos específicos. Para além de um papel social, há uma singularidade psíquica de se inserir nesse lugar de mãe. Os cuidados físicos com o filho podem existir e serem realizados a contento; no entanto, esses cuidados devem ser investidos de desejo. A fantasia se configura como campo de estudos da psicanálise, sendo fundante do sujeito, como o investimento que a mãe faz no filho para outorgar-lhe a condição de sujeito. (STELLIN *et al.*, 2011, p. 183).

Diante dos cuidados necessários da mãe com o bebê, pode-se destacar a importância e a necessidade de vivência do *holding* e do *handling* no favorecimento do desenvolvimento psíquico do bebê e do vínculo mãe-bebê.

Quando se faz referência ao *holding* se está retratando um período do desenvolvimento infantil em que o lactente não se separou de sua mãe, possuindo um *self* inteiramente ligado aos cuidados dela, ou seja, ainda em um processo de dependência absoluta no seu desenvolvimento psíquico.

Desta forma, o *holding* tem a função de proteger o bebê dos movimentos fisiológicos, a partir de uma sensibilidade materna de reconhecer no bebê suas necessidades de contato, o qual é favorecido pela preocupação materna primária. Com isso, a mãe pode distinguir a temperatura do corpo do bebê, a escuta deste, uma percepção visual mais aguçada, além de uma sensibilidade à queda (em razão da experiência gravitacional), amparando-o nos movimentos, cuidados e nas percepções ambientais, a fim de possibilitar seu desenvolvimento psíquico e físico. O lactente não vê a existência de outra coisa, que não seja ele mesmo. A esse respeito, Winnicott (1960/1983c, p. 50) acrescenta:

O *holding* inclui especialmente o *holding* físico do lactente, que é uma forma de amar, é possivelmente a única forma em que uma mãe pode demonstrar ao lactente seu amor. Há aquelas que podem sustentar um lactente e as que não podem; as últimas produzem rapidamente no lactente uma sensação de insegurança e um chorar nervoso.

Quando não há o cuidado materno satisfatório, fica uma falha no desenvolvimento do ego do bebê, gerando um enfraquecimento deste ego, o que

resulta numa vivência de aniquilamento. Em situações extremas, o lactente tem a sensação de estar vivo apenas quando experimenta situações de forte irritabilidade e no resgate destas relações, sendo um contraponto a continuidade de ser, ou seja, de um fortalecimento de ego (WINNICOTT, 1960/1983c).

Winnicott (1945/1982) descreve *holding*, *handling* e apresentação de mundo como fenômenos básicos de uma maternagem suficientemente boa, favorecedora da constituição do *self* do bebê. O *holding* é, neste artigo, colocado como a sustentação física e psicológica nos braços e na subjetividade materna, o que favorece a constituição do bebê como unidade; o *handling* é descrito como o manuseio corporal da criança nas atividades de troca, banho, favorecedor da personalização ou localização do *self* num corpo próprio; a apresentação de mundo seria o fenômeno responsável pela possibilidade de o bebê criar o mundo a partir de sua apresentação em pequenas doses, o que favoreceria a experiência do *self* num tempo e espaço compartilhados. (MEDEIROS; AIELLO-VAISBERG, 2014, p. 52).

Nessa linha de pensamento, Granato (2006, p. 34) expõe que no *holding* a mãe oferece ao bebê um colo físico e psicológico que, considerando seu estado de não integração inicial, favorece o caminho para a integração (física e psíquica) “ao ser sustentado e protegido das intrusões do mundo externo. O colo materno carrega ritmos, texturas, cheiros, e tensões que podem adaptar-se, criar ou invadir o processo de constituição do *self* do bebê”. Ela também apresenta o *handling*, como o manejo dos cuidados físicos com o bebê, por exemplo: na amamentação, no tocar o bebê, trocar as fraldas, acariciá-lo, banhá-lo, mudá-lo de posição, entre outros. Essas ações permitem a integração psicossomática, pois a psique se desenvolve com base nas imaginações dos contatos corporais. “A manipulação do corpo do bebê, que se dá através do toque que não interrompe o ser em continuidade, traça contornos do *self* e faz do corpo a morada do eu, propiciando assim a experiência de personalização” (GRANATO, 2006, p. 35).

Contudo, compreender a função materna e as condições da mulher para tal é algo importante, que deve ser ampliado pela esfera afetiva, considerando que essa tarefa é desempenhada pelas mães ao longo dos tempos de forma muito significativa, as quais conseguem sentir as necessidades mais precoces e primitivas do seu bebê, trazendo satisfação por senti-lo satisfeito e atendido. Esta identificação é que promove a proteção e o acolhimento do bebê às suas necessidades, auxiliando-o no seu desenvolvimento e na capacidade de existir. O bebê passa a apresentar o desenvolvimento de um *self* verdadeiro que vai se constituindo por meio de sua relação com esta mãe, que é descrita por Winnicott (1960/1983c) como “devotada”.

Em meio a esses processos de favorecimento da integração do *self* do bebê, também é importante considerar a apresentação de objeto como um elemento que compõe o cuidar do bebê. Neste sentido, a apresentação de objeto é o modo como a realidade externa é filtrada pela mãe a fim de atender às necessidades e habilidades do bebê, possibilita a recriação do mundo considerando a tolerância do bebê ao que é externo a ele. Promove o desenvolvimento do relacionamento interpessoal, compartilhando realidades e efetivações do *self* (GRANATO, 2006).

Assim, a ‘mãe suficientemente boa’ corresponde ao desenvolvimento do *holding, handling* e a apresentação de objeto como experiências, ou melhor, funções maternas para o desenvolvimento da maternagem em mães, de uma forma geral, o que auxilia na construção do vínculo afetivo entre mãe e bebê.

3.2 “Ser mãe” diante do processo de adoção: alguns pensamentos

O caminho teórico – para compreender como a psicanálise vai compondo o desenvolvimento da maternagem em mães e suas implicações nas relações com seus filhos – foi construído com base na gestação e no parto. Entretanto, valendo-se de outras composições teóricas sobre a adoção, propõe-se pensar na maternagem em mães adotivas. Nessa perspectiva, como compor esta relação e amparar os estudos diante desta realidade?

Assim, tomando-se por base as ideias previamente construídas neste capítulo, são explorados os aspectos que fazem confluência ou não da maternagem adotiva em relação ao desenvolvimento da maternagem de mães que experienciaram o desenvolvimento biológico da gestação e do parto.

A teoria winnicottiana traz significativas contribuições para se compreender os processos de adoção, além das construções realizadas anteriormente sobre as condições maternas. Apresenta-se, a seguir, algumas dessas construções entre outros autores que ampliam esse olhar para as condições de maternagem.

Primeiramente, cabe apresentar as reflexões de Queiroz (2018, p. 139):

Sabemos que o processo de filiação é muito complexo. Ter um filho não se resume ao fato de procriar, de engravidar. É preciso considerar dois desejos, que não são a mesma coisa: o de engravidar e o de ter um filho. Eles são distintos. Como nos ensinou Dolto (1998), toda criança além de ser concebida, deve ser adotada pelos seus pais. Isso significa dizer que a filiação não é apenas uma questão de corpo ou de filiação biológica. Cada sociedade tem seu próprio sistema de parentalidade e de filiação, e trata-se de um sistema de lugares e de posições, de relações ordenadas pela lei.

Partir-se-á, então, da teoria do amadurecimento emocional, apresentado por Winnicott (1983b), para se pensar os processos de adoção e a relação com a maternagem. Desse modo, a adoção será considerada nestes três momentos: dependência absoluta, dependência relativa e independência relativa.

Nesta primeira fase, sabe-se que é necessária a vivência da preocupação materna primária, que não é alcançada pela mãe adotiva, como acontece com a mãe biológica, mas há a possibilidade desta mãe adotiva se aproximar desta experiência baseada em algumas condições. Tais condições dizem respeito, primeiramente, ao fenômeno da gravidez, o qual esta mãe não experienciará fisicamente, porém mesmo sem passar pela gestação esta mãe pode viver um estado temporário de preocupação exclusiva, se identificando com o bebê sonhado dentro dela. Este processo é possível que aconteça em virtude de sua história como mulher, diante das funções maternas que ela pode possuir, referente aos núcleos inconscientes que puderam ser desenvolvidos a partir das vivências maternas internalizadas (GOMES, 2006; WINNICOTT, 1956/2000).

Outra condição importante é o fato de os pais sentirem-se preparados para a chegada da criança e, neste sentido, o tempo de espera pode facilitar ou dificultar o preparo destes pais e o desenvolvimento da relação afetiva. A espera longa por este bebê pode trazer complicações para este processo.

Se a espera pelo bebê for demasiada, ela atrapalha o estado de sensibilidade no qual os pais se encontram quando resolvem adotar, e é esse estado que facilitará a identificação deles com o bebê. O processo deve respeitar a disposição da mãe, que é e deve ser passageira. (GOMES, 2006, p. 53).

“As pessoas vão se preparando para a ideia da adoção, e a criança que querem é aquela que chega no momento em que atingiram a fase certa. É o equivalente a estar grávida – um estado de sensibilidade” (WINNICOTT, 1955/1997a, p. 137).

A amamentação do bebê adotado é a segunda questão a ser trazida, pois esta mãe alimenta seu filho mesmo por meio da mamadeira e, a partir disso, vai estruturando a relação afetiva com ele.

Winnicott (1955/1997a) coloca que a alimentação da mãe com seu filho é uma experiência prática de amor entre duas pessoas, favorecendo com isso a integração da mãe com o bebê e o auxílio de integrá-lo no ambiente e na sua relação com a

psique e o seu corpo, na constituição do seu ser. Como este leite será derivado de uma fonte externa que não o seio desta mãe, o cuidado e a disponibilidade da mãe no momento que alimenta este bebê possibilitarão o desenvolvimento desta relação tão singular. O fato de esta mãe adotiva estar inteiramente disponível às necessidades deste bebê promove o desenvolvimento do *holding* e *handling*, permitindo condições para a vinculação mãe-bebê.

A mamadeira é um recurso que supre e ajusta o desenvolvimento deste processo de amamentação com o bebê adotivo. “A mãe adotiva não impõe sua presença ao bebê, e ele pode confiar que o alimento sempre chegará da mesma maneira” (GOMES, 2006, p. 53).

A amamentação e o desmame são fatores fundantes para uma construção sólida da adoção, entretanto, é sempre importante considerar a história pregressa da criança quanto à alimentação, pois pode ter sofrido inúmeras e exclusivas experiências referentes ao *holding* nos primeiros contatos, os quais podem influenciar nas experiências de adoção. Para exemplificar esse fenômeno, Winnicott (1988/2018, p. 23) apresentou a experiência de um bebê adotivo com seis semanas que havia tido um contato com a alimentação de maneira mais fria:

[...] a mãe descobriu que a bebê tinha um modelo derivado de uma experiência prévia. Esse modelo era relacionado apenas à situação de alimentação. Para alimentar a bebê, ela tinha de colocá-la no chão ou em uma mesa dura e, sem contato físico de nenhum tipo, segurar a mamadeira. (WINNICOTT, 1988/2018, p. 23).

Outra experiência significativa é a relação com o desmame, que, se a mãe puder manter um ambiente estável, favorecerá o desenvolvimento do bebê e de sua segurança em relação ao meio, pois, se a mãe perceber o momento certo de iniciar tal processo, o bebê poderá compreender suas primeiras experiências de desilusão, em que capta que os movimentos não são necessariamente formados, exclusivamente, por suas vontades e demandas. O bebê então vai percebendo a realidade externa e que os objetos vão se tornando menos dependentes dele, iniciando com isso o estado de “dependência relativa” (GOMES, 2006).

Na dependência relativa, Gomes (2006) relata que há uma diferença quando se olha a adoção pela relação primitiva entre pais adotivos e filhos adotados e pela relação entre pais biológicos e filhos biológicos. Neste sentido, Winnicott (1953/1997b) assevera que para as crianças adotivas sempre existirão os pais que

as conceberam e que são inatingíveis e desconhecidos, além do fato de o relacionamento real com os pais adotivos não se aproximar das experiências primitivas vividas com os genitores, trazendo alusões quanto à necessidade de conhecer suas origens, o que os leva a procurar veementemente estes pais biológicos ou mesmo dados de sua história quando maiores.

Mesmo diante de tal experiência e dos pais adotivos não terem esta referência primitiva sobre o desenvolvimento da criança, estes pais podem usufruir de suas sensibilidades, valendo-se de um *holding* adequado e, assim, experienciar contatos muito profundos com a criança adotada, aproximando-se de um contato mais íntimo e permitindo que esta criança se sinta segura, acolhida e pertencente a esta família.

Outra questão retratada por Gomes (2006) sobre a dependência relativa é o sentimento de gratidão, em que muitas vezes a criança expressa raiva, ódio, tristeza em relação a seus pais, mas, para a criança adotiva, essa expressividade se origina de maneira diferente:

As crianças perderam uma mãe e passaram a ter outra, e só poderão amá-la à medida que puderem também odiá-la. E reunirão a mãe boa e a má quando esta suportou a raiva durante o tempo necessário para que a criança pudesse então passar pelo estágio do “concernimento”. (GOMES, 2006, p. 55).

Esse estágio de concernimento é considerado como um eu unitário que está se estruturando para integrar seus impulsos, a fim de caminhar rumo à integração do eu, ou seja, a ser uma pessoa inteira. “No início desta etapa, os impulsos até então externos à pessoa do bebê, e invasivos se ele não for ajudado a haver-se com eles – passam a ser integrados, a ter sentido e a ser avaliados em suas consequências” (DIAS, 2014, p. 248). Neste sentido, o bebê sente-se preocupado pela impulsividade, a qual compõe sua excitação, trazendo um sentimento de preocupação com sua intensidade e extensão de seus impulsos, podendo alcançar o outro e feri-lo, alcançando, aos poucos, que ele é “dono” de suas ações e agressões. Com base em tais percepções, “começa a surgir um sentimento de culpa e de responsabilidade com relação à destrutividade que é inerente à impulsividade instintual” (DIAS, 2014, p. 248).

Neste sentido, se o ambiente é favorecedor no suportar o ódio projetado pelo bebê, este indivíduo passa a desenvolver recursos ligados a remendar (reparar) os

estragos feitos pela impulsividade e ele começa a confiar no esforço construtivo, passando a suportar a culpa, alcançando o amor instintual. Em caso de bebês que ficam em instituições, como são várias pessoas que tecem os cuidados a eles, muitas vezes o bebê perde a possibilidade de reparar os danos causados, pois não tem o tempo junto à mesma pessoa para poder remendar, isso também pode acontecer com mães que têm cuidados impessoais e mecânicos (DIAS, 2014).

Considerando a última fase do processo de amadurecimento, denominado de independência relativa, cabe à criança a vivência do complexo de Édipo, pois, quando chega a vivenciar tal experiência, compreende-se que já está no estágio de um eu integrado, como pessoa inteira, por meio da integração dos instintos e pelo desenvolvimento da responsabilidade em relação aos seus impulsos instintuais. Quando a criança passa por este processo, alcança um estado de saúde psíquica suficiente para vivenciar as dificuldades oriundas da vida instintual, estabelecendo relações triangulares e interpessoais (DIAS, 2014; GOMES, 2006).

A criança que foi adotada não terá problemas em relação à sua vida instintual se a mãe adotiva adaptou-se constante e permanentemente aos diferentes momentos de seu desenvolvimento. Mas, por se tratar de uma adoção, são relevantes os aspectos relacionados à confiabilidade que a criança terá no mundo (que foi abalada no momento da separação da mãe biológica) e, desse modo, nas relações com a família, nos relacionamentos amorosos e na continuidade e estabilidade do lar. (GOMES, 2006, p. 56).

Rotemberg (2018) provoca reflexões ao tratar da importância dos questionamentos dos desejos inconscientes para a adoção, pois argumenta que não é possível designar ao adulto a condição de progenitor e à criança a condição de filho. A autora entende a adoção como

[...] um processo de gerar um encontro afetivo e íntimo, como é a construção de mundos compartilhados no qual, ao mesmo tempo, acontece o paradoxo de alojar a diferença. Isto é, que os adultos considerem ao filho como outro, como sujeito e, ao mesmo tempo, ter uma conexão tão profunda, criando apego seguro que possibilite encontro afetivo e a captação de suas necessidades. (ROTEMBERG, 2018, p. 89).

Quando se considera que a adoção é um ato jurídico, compreende-se aí que o desenvolvimento do processo afetivo e da relação originária de filiação estará danificado, pois é importante considerar que este bebê que foi entregue à adoção vivenciou uma ruptura da mulher que o gestou, assim, tal situação ainda não foi

possível de ser “pensada” pelo bebê, ou seja, essas experiências precisam ser metabolizadas por ele, a fim de preservar seu psiquismo e ampliá-lo para novas experiências emocionais.

Essa mulher que se propôs adotar precisa acolher essa criança, pois “o ninho possui um vão, um espaço que contém, mas se está cheio não pode acolher, não pode alojar. O bebê, nesse caso, encontra-se com uma sensação de vazio, de não ter um lugar” (ROTEMBERG, 2018, p. 92).

Queiroz (2018), conforme mencionado no início deste tópico, explica que o desejo de engravidar e de ter um filho é tido como sinônimo, entretanto há uma diferença significativa entre ambos, pois não necessariamente a mulher que deseja engravidar nutre o desejo de ser mãe. Neste sentido, quando se fala em adoção, é importante que o desejo de ser mãe esteja à frente no seu movimento interno, para que possa haver espaços psíquicos no real acolhimento desta criança e, com isso, haja o desenvolvimento da maternagem.

Importante destacar que, para chegar à adoção, as mulheres muitas vezes passaram por inúmeros procedimentos de tentativa de engravidar, em razão da infertilidade, que é o maior mobilizador dos desejos de adoção, conforme já abordado neste trabalho. Diante disso, é importante destacar que o desejo de ser mãe se mantém, mesmo tendo experimentado a vivência da renúncia da gravidez, e a castração do desejo de procriar.

Muitas mães utilizam-se da “paixão maternal” para olhar o filho, enfatizando a necessidade da barriga, do filho como príncipe e rei em vez de fazer outro uso desta paixão, de forma a trazer os riscos e benefícios deste sentimento para a relação mãe-bebê. Sobre essa “paixão maternal”, Kriviera (*apud* QUEIROZ, 2018 p. 145) diz que “desbiologiza o laço à criança.” No caso da adoção, na qual a filiação biológica é inexistente, esses riscos e benefícios se enaltecem, por isso a equipe técnica que trabalha nos processos de adoção precisa ficar atenta, pois pode minimizar tais riscos. “O fato de não estar implicada a filiação biológica libera, de certa forma, nas mães a expressão dessa paixão: seja pela paixão de ter um filho, seja fazendo desse filho o depositário dessas ambiguidades (indo de extrema projeção ao traço perverso)” (QUEIROZ, 2018, p. 145).

Pode-se dizer, afinando o conhecimento dessa paixão plena de loucura e de sublimação, que há uma “selvageria maternal”, expressão empregada por Dufourmantelle (2016-2001, p. 18), certamente arcaica e pré-histórica, mas

que constitui o espaço de excesso. “Um espaço-tempo pré-edipiano, um território de pulsões caóticas e violentas”. A selvageria não diz respeito somente a crueldade, ela designa a vida, ela é o que faz com que uma mãe seja capaz de praticar o infanticídio, mas também de sacrificar sua vida pelo filho; isso significa que na maternagem se vive dois sentimentos igualmente forte de ódio e de amor, o que levou Lacan a forjar o termo “amódio”. Contudo, cada mulher porta em segredo juramentos que a ligam à sua mãe. Juramentos mortíferos ou liberadores que desenham um destino e que podem fazer irrupção nesses momentos de tornar-se uma mãe. (QUEIROZ, 2018, p. 147).

Um aspecto abordado anteriormente sobre a devolução de crianças torna-se importante de ser lembrado aqui, visto que o mesmo amor que esta mulher tem, que até justifica que o processo de adoção pode ser modificado em ódio por razão da impossibilidade de gravidez. Isso se refere a um aspecto narcísico arcaico. Neste sentido, pode haver uma dificuldade destas crianças se ligarem às mães adotivas, impossibilitando a aproximação com os pais adotivos.

Ressalta-se, aqui, a necessidade de se compreender essas implicações dos processos inconscientes e dos recursos psíquicos que estas mães possuem para o desenvolvimento da maternagem e, em especial para a adoção. Como observado, existem inúmeros elementos e fenômenos que compõem esta condição, não sendo possível considerar o “ser mãe” como algo instintivo na formação da mulher, como algo inato e que está ligado exclusivamente e naturalmente ao feminino. Assim, esses aspectos abordados nas entrevistas realizadas com as mães adotivas foram analisados, permitindo que a pesquisadora tivesse a oportunidade de se afetar e, com isso, vivenciar ricas experiências de vida e de condições maternas.

4 PERCURSO DA PESQUISA

A pesquisa foi organizada com o intuito de colaborar e explorar o universo materno, juntamente com a expansão dos trabalhos sobre a adoção. Assim, todo o trajeto percorrido foi estruturado para envolver os conteúdos e elementos que compõem modos de perceber a mãe e seu bebê adotivo.

Para tanto, este capítulo traz os questionamentos referentes às subjetividades maternas diante dos processos de adoção, os recortes metodológicos realizados para o desenvolvimento deste estudo, a fim de possibilitar outros olhares deste processo psíquico e social e, por fim, o modo como foram compostas as análises dos dados, perante a pesquisa realizada.

4.1 Justificativa

O universo materno se tornou, ao longo dos anos, alvo de constantes questionamentos, dúvidas, angústias e medos experimentados pelas mães, pais, família e sociedade. Sobretudo, o ideal materno ficou alojado no imaginário coletivo e a sombra desse ideal ressoou e desaguou na relação mãe-bebê.

Percebe-se, nos contatos diários e na experiência com a clínica psicológica, o quanto as mães sonham por conhecer o “manual da boa mãe e de como ter um bom filho”, diferentemente do que Winnicott (1988/2018) traz ao mencionar a “mãe suficientemente boa”. A desconstrução do ideal de filho parte das fantasias maternas, e é considerada outra questão significativa no desenvolvimento materno que fica à espera do filho perfeito. E, neste caminho, encontra-se também mães que vivenciam experiências de ódio e culpa pelo filho, por diversos núcleos psíquicos que dificultam a construção do vínculo mãe-bebê, outras ainda se confundem nos sentimentos experimentados e acabam por dificultar as aproximações com este.

Diante disso, também se compreende a relevância de se conceber o desejo de gestação e o desejo de maternidade como algo diferente um do outro, uma vez que a gestação implica uma programação fisiológica que permite a todas as mulheres (salvo questões específicas de cada uma, que podem impossibilitar de algum modo a gravidez) a condição de gestar um bebê. Entretanto, isso não denota que gestar e parir garante o lugar de ser mãe. Ao passo que, para maternar um

bebê, é importante que exista o desejo para tal e essa condição pode de fato trazer o *status* de mãe (DUCATTI, 2004).

O ser mãe, portanto, compõe particularidades advindas de suas representações maternas e de seu lugar de filha, permitindo a compreensão dos movimentos psíquicos para construção da maternagem.

Cramer (1997) enfocou a transmissão da visão de feminilidade e de maternidade de mães para filhas e afirmou que são transmitidas representações do papel materno que sempre carregam imagens do relacionamento passado entre mãe e filha de uma geração anterior. (DE FELICE, 2006, p. 209).

Diante disso, propôs-se olhar especialmente para esta composição materna frente às experiências de adoção, em que esta mãe exercerá os desejos em ter um bebê ou uma criança a partir de uma gestação que não será experimentada pelas mudanças no próprio corpo, passando por uma experiência psíquica de “sonhar o bebê/criança”. Ao mesmo tempo, esse bebê/criança terá experimentado também outro corpo e outras fontes de desejo.

Essas reflexões instigam o pensamento sobre o desenvolvimento do vínculo mãe-bebê, a respeito do qual Lebovici (1987) apresenta construções pautadas na experiência de gestação biológica, trazendo considerações significativas a respeito do parto, que é denominado como parte do elo desta relação. Assim, a experiência do parto representa a separação física deste bebê, além de compor a dor pelo corte mental. Entretanto, após o nascimento, esse bebê ainda é vivido como uma extensão desta mãe.

Diante desta afirmação de Lebovici (1987), cabe indagar sobre os processos vinculares da mãe com seu bebê, em face das experiências de adoção, com ênfase nesta mãe desejante de um bebê e a não vivência de um parto biológico.

Compreende-se, igualmente, que tanto as mães biológicas quanto as mães adotivas passam por processos de adaptação com o/a bebê/criança. Tais períodos são caracterizados pelo enfrentamento do desconhecido e dos cuidados necessários com o/a bebê/criança, sendo adotivos ou biológicos, e, além disso, tanto um quanto a outra possuem especificidades que precisam ser estudadas.

Na concepção biológica, os pais também idealizam a criança que irá atender às suas expectativas. Na concepção adotiva, os aspirantes à adoção, enquanto esperam sua criança, também fazem fantasias e

expectativas sobre o filho que desejam. Os vínculos entre pais e a criança são construídos tanto na maternidade biológica quanto na adotiva. Portanto, eles são fruto da convivência familiar e não somente da gestação e nascimento. (LADVOCAT, 2002, p. 30).

Diante disso, as análises aqui propostas foram embasadas em referenciais teóricos de Lebovici, Winnicott, Bowlby, Felice e outros teóricos que compõem as primeiras relações mãe-bebê e de Levinzon, Hamad, Lisondo, Ladvocat, Peiter e Weber que abordam as relações teóricas sobre a adoção.

Neste sentido, este trabalho visou contribuir, valendo-se de produções científicas, no auxílio às mães (que estão no processo inicial da adoção, que pensam em adotar ou mesmo que já adotaram), trazendo novas formas de compreender as relações mãe-bebê e fortalecer o processo de maternagem, a fim de agregar respostas às angústias e indagações silenciosas que perpassam o seu imaginário.

Esta pesquisa também teve como foco ampliar visões sobre as práticas adotivas, com o intuito de esclarecer as vivências maternas, além de ressaltar a realidade da mãe adotiva. Por meio deste estudo promoveram-se ampliações às práticas jurídicas do processo de adoção, agregando novos conceitos para favorecer os grupos de apoio aos pais em processo de adoção e, em especial, despertar para o desenvolvimento psíquico das mães.

Além disso, pensou-se, também, em promover crescimento sobre este tema para a comunidade científica, visto que foram encontrados estudos sobre adoção e sobre a maternidade, entretanto, não foi possível ter acesso ao estudo sobre o desenvolvimento da maternagem na adoção a partir da perspectiva psicanalítica. As buscas realizadas em repositórios virtuais – como SciELO, Pepsí, Google Acadêmico – e as pesquisas em materiais bibliográficos no período de 2010 a 2018¹⁶, permitiram identificar materiais ricos e de grande relevância sobre esses elementos separadamente, porém, com a integração desta proposta, foram poucos os estudos encontrados até o momento, o que levou a pesquisadora a se debruçar ainda mais para compreender e explorar esse campo teórico.

Por fim, a proposta deste trabalho emergiu da experiência vivida em um caso clínico de adoção pela pesquisadora, em atendimento psicológico. Este conteúdo

¹⁶ A pesquisa neste período ocorreu de maneira sistemática, entretanto outras pesquisas em outros anos também foram realizadas e revelaram poucos materiais nesta área de pesquisa.

provocou o questionamento sobre as construções das relações parentais e a repercussão na vida emocional da criança adotada e da mãe adotiva. Sendo um assunto pouco discutido nos grupos de estudos e de convivência da pesquisadora, houve o interesse, a partir de então, em imergir em pesquisas sobre esta problemática.

Assim, despertou o interesse da pesquisadora em estudar os processos adotivos e suas representações no desenvolvimento psíquico das mães com o objetivo de compreender suas condições de maternagem, com base no referencial teórico psicanalítico. Nessa perspectiva, preocupou-se, também, em explorar sucintamente o universo da criança adotiva para compor o campo de análise.

4.2 Objetivos

4.2.1 Objetivo geral

Contribuir para a compreensão da constituição do vínculo mãe-bebê nas experiências de maternagem em mãe adotivas.

4.2.2 Objetivos específicos

- Analisar como se dá a vinculação da mãe com o filho adotivo diante das suas primeiras experiências com ele.
- Identificar as razões que mobilizaram o desejo de adoção.
- Verificar as extensões das dificuldades na maternagem após a adoção.

4.3 Método

Para o desenvolvimento desta pesquisa optou-se pela abordagem qualitativa que, segundo Silveira e Córdova (2009), volta-se para a análise da realidade, com o intuito de compreendê-la e explicá-la de forma dinâmica, frente aos movimentos e às relações sociais. Desta forma, foram abordados os significados, os motivos, as crenças, os valores e as atitudes, com o propósito de aprofundar o olhar para essas relações, processos e fenômenos.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 32).

Corroborando a ideia de que esta abordagem tem o foco no processo de desenvolvimento dos fenômenos sociais, optou-se, neste estudo, por utilizar o método psicanalítico, proposto inicialmente por Freud. Tal método abordou o inconsciente como uma extensão do mundo da razão ao alcance das emoções, ou seja, a presença do funcionamento inconsciente sob a racionalidade. Isso possibilita um encontro mais próximo com a realidade (BARROS, 2004).

O autor supracitado defende que o objetivo do trabalho psicanalítico, ao analisar um indivíduo, não está direcionado prioritariamente à mudança de comportamento, pois não parte de um elemento valorativo do analista, mas sim, de uma neutralidade, a qual é condição para que a transferência possa se desenvolver e permitir o acesso às fantasias inconscientes que cercam determinadas ações.

“A função terapêutica da psicanálise se exerce através da interpretação que consiste numa constante investigação do significado das fantasias inconscientes. A interpretação só é efetiva se promove um *insight*” (BARROS, 2004, p. 24).

Assim, Herrmann (2004a) assevera que a psicanálise busca investigar o sentido humano nas pessoas, nos grupos, na sociedade e nos desenvolvimentos culturais, por meio da interpretação dos fenômenos apresentados. Este método de analisar o homem subsidia, com base teórica e técnica, a compreensão das relações vivenciadas no mundo.

Quando se faz referência, neste estudo, ao método psicanalítico, resgata-se a base psicanalítica freudiana para investigar os processos mentais, valendo-se de uma clínica extensa, a fim de atender às demandas contemporâneas, ultrapassando o atendimento clínico clássico.

Neste sentido, vale destacar que a clínica extensa se refere a uma ampliação da aplicação do método psicanalítico, utilizando-o também em diversos contextos sociais, a fim de estendê-lo para análises da sociedade e cultura (HERRMANN, 2001b).

[...] mas a forma do trabalho clínico pode ser extraída e purificada, dela resultando um método de investigação e cura, que tanto se aplica à análise padrão, como à clínica extensa e ao estudo – também *clínico*, em sentido lato – da psique cultural. Desta forma, mesmo os tratamentos de consultórios podem vir a transformar-se em trabalhos acadêmicos, assim como o método interpretativo pode ser estendido, com toda a propriedade, a seu âmbito inteiro de direito, ao sentido psíquico do mundo. (HERRMANN, 2004b, p. 62, grifo do autor).

Herrmann (2001a) explana que a Psicanálise foi desenvolvida a fim de compreender a psique humana, marcada por sua forma investigativa de trabalho. Freud trouxe composições teóricas sobre o método psicanalítico que levou o homem ao autoconhecimento e conseqüentemente à cura. Ampliou expondo que as investigações deveriam ser realizadas no dia a dia, pois é neste cotidiano que acontecem as relações.

Assim, o método psicanalítico tem como base a investigação e, em especial, acopla o processo interpretativo que traz a sua grande contribuição para as análises psicológicas nos mais diversos contextos. Tal método interpretativo não se reduz aos trabalhos analíticos dos consultórios, ele se estende para compreensão dos fenômenos da cultura de uma forma ampla, expandindo os conteúdos inconscientes, trazendo novos conhecimentos, maior sentido e contato com a realidade (HERRMANN, 2004b).

4.3.1 *Lócus* do estudo

Inicialmente, realizou-se um contato com o Fórum de Presidente Prudente - SP, localizado na Avenida Coronel José Soares Marcondes, número 2201, Vila Euclides, com o intuito de disponibilizar o projeto de pesquisa para ser avaliado e, posteriormente, validado. Após a análise do projeto, respeitando os aspectos éticos da instituição, aguardou-se a indicação de mães que atendessem ao perfil da pesquisa e que se disponibilizassem a participar do estudo.

Recorreu-se ao fórum como intermediário dos contatos das participantes, em virtude de se garantir pesquisas com adoções em processos legais e como um caminho para o encontro destas mães com filhos adotivos com até 3¹⁷ anos de idade.

¹⁷ É importante destacar que as mães indicadas possuíam filhos de 2 anos e 3 meses até 4 anos e 8 meses na data da pesquisa. Diante deste público disponibilizado pelo fórum, foi realizado um ajuste no objetivo geral da pesquisa, que a princípio almejava compreender o período de adaptação destas mães com seus bebês e, para tanto, seria importante que as crianças estivessem no máximo com 3 anos de idade. Procedeu-se, então, a inclusão desta demanda como parte do objetivo atual de compreender a construção da maternagem nestas mães adotivas.

Foi sugerido para as mães o desenvolvimento do estudo em uma sala de atendimento psicológico localizada na Rua Claudionor Sandoval, número 989, Jardim Paulista, na cidade de Presidente Prudente - SP, em virtude de ser um local acessível para as participantes. Entretanto, houve a demanda de três mães para que os encontros fossem realizados em suas residências, por causa da dificuldade de deslocamento e da necessidade de cuidar de seus filhos. Neste caso, apenas uma mãe se dirigiu à sala de atendimento supracitada.

Todas as participantes da pesquisa residiam nas proximidades de Presidente Prudente - SP, o que favoreceu o encontro delas com a pesquisadora.

4.3.2 Participantes da pesquisa

O Quadro 1, a seguir, traz a descrição das participantes desta pesquisa.

Quadro 1 - Participantes da pesquisa

Nome da mãe	Idade da mãe	Nome do(a) filho(a)	Idade do(a) filho(a)	Tempo de Adoção	Idade da criança quando adotada
Sônia	50 anos	Rafaela e Glória	3 anos e 3 meses	2 anos e 3 meses	9 meses
Estela	34 anos	Gi	2 anos e 4 meses	1 ano e 9 meses	6 meses
Dolores	55 anos	Júlia	4 anos e 7 meses	2 anos e 7 meses	2 anos
Juliana	Não foi perguntado	Laura	3 anos e 11 meses	2 anos e 11 meses	1 ano

Fonte: A Autora.

Para o desenvolvimento do estudo foram convidadas quatro mulheres/mães que estavam, no momento da coleta de dados, com os filhos adotados com até 4 anos de idade.

As mães adotivas, na faixa etária variável de 34 a 55 anos, foram indicadas pelo fórum (cf. informações no item 4.3.1). Inicialmente foram encaminhados quatro contatos de mães previamente consultadas pela Psicóloga da Vara da Infância e da Juventude, a fim de explicar o objetivo da pesquisa e verificar o interesse delas em participar do projeto.

Em seguida, a pesquisadora entrou em contato via telefone com cada uma das mães, expondo brevemente o tema do trabalho, seus objetivos e convidando-as

para contribuir com a pesquisa, além de esclarecer todas sobre os aspectos éticos da pesquisa. Todas as mães aceitaram prontamente o convite e a pesquisadora avisou sobre um segundo contato telefônico para o agendamento do dia e da hora para o encontro e a realização dos procedimentos propostos no projeto.

Neste período, entre o primeiro e o segundo contato, uma destas mães estava com o telefone indisponível para ligação, o que levou a pesquisadora a estabelecer novo contato com o fórum para atualização deste número. A partir de então, a Psicóloga solicitou que fossem alteradas duas mães, em virtude de outra pesquisa que seria realizada com a participação delas. Desta forma, informou dois novos contatos, os quais poderiam ser realizados diretamente pela pesquisadora. Nestes dois novos contatos, como não havia um prévio esclarecimento sobre o projeto pelo fórum, as mães optaram por retornar em outro momento, somente após o contato com o fórum de sua referência. Assim, ao retornar as ligações, ambas aceitaram participar da pesquisa.

Então, no segundo momento de contato telefônico, todas as participantes agendaram com a pesquisadora de acordo com as suas disponibilidades. Houve duas alterações de data e hora por parte das participantes.

Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo A) e se disponibilizaram a participar da coleta de dados (procedimento do Desenho-Estória com Tema e entrevista semiestruturada).

Cabe salientar que as participantes da pesquisa não foram identificadas em nenhum momento deste estudo. Desse modo, foram utilizados nomes fictícios, eleitos pela pesquisadora, a fim de preservar a identidade de todos os envolvidos.

4.3.3 Instrumentos

Para este estudo foram desenvolvidos os procedimentos do Desenho-Estória (D-E) com Tema e uma entrevista semiestruturada para coleta de dados, os quais se encontram a seguir descritos.

4.3.3.1 O Desenho-Estória com Tema e seu percurso histórico

O D-E com Tema originou-se a partir do D-E proposto por Walter Trinca, em 1972, o qual se caracteriza por uma técnica de investigação psicanalítica da

personalidade, utilizada com o intuito de compreender de forma clínica os desenhos livres associados às estórias. “O D-E e os recursos dele derivados são compostos por dois processos básicos: a forma gráfica e a verbal de expressão. Ou seja, trata-se de técnicas baseadas no conceito de apercepção temática” (TARDIVO, 2013a, p. 339).

Para Trinca (1997), o procedimento Desenho-Estória serve como estímulo de apercepção temática, o que se dá pela associação dos processos expressivos motores, o desenho e os processos apreciativos dinâmicos, as verbalizações. Este procedimento destina-se à investigação de aspectos dinâmicos da personalidade, principalmente quando se apresenta um comprometimento emocional. Proporciona um meio de incentivar a expressão e a comunicação de conflitos e perturbações presentes em determinados momentos da vida da pessoa. (PRUDENCIATTI; TAVANO; NEME, 2013, p. 281).

“Pode-se considerar que o D-E consiste em um procedimento semiestruturado, que tem por base a associação livre e por finalidade revelar os conteúdos psicodinâmicos, pondo em evidência os focos nodais do inconsciente” (TRINCA; MARTÃO, 2013, p. 220). Neste sentido, é importante destacar que não se trata de um teste psicológico, nem mesmo de um instrumento padronizado para investigar a personalidade, mas de um procedimento que possibilitará melhor compreensão desta dinâmica, a fim de identificar os fenômenos que interferem no desenvolvimento psíquico do sujeito (AMIRALIAN, 2013).

O D-E se desenvolve por meio de unidades de produção, sendo cada unidade composta por um desenho livre, e após o término do desenho é solicitado ao participante que conte uma estória com base na produção realizada; em seguida promove-se o “inquérito” e, por fim, é solicitado que o participante dê o título. No momento do inquérito são explorados os aspectos latentes que precisam ser compreendidos, as novas associações, representações, os desfechos e aprofundamentos necessários para a compreensão e completude da análise (TRINCA, 2013b).

Neste sentido, ampliando este procedimento de Walter Trinca, Aiello-Vaisberg desenvolve o Procedimento de Desenho-Estória com Tema, considerando uma interlocução com a transicionalidade, pautando-se no referencial teórico

winnicottiano do Jogo do Rabisco¹⁸, tal procedimento se torna valioso na compreensão do imaginário coletivo (AIELLO-VAISBERG; AMBRÓSIO, 2013).

As autoras supracitadas ainda acrescentam:

Aqui, cada solicitação feita se apresenta já como um rabisco, que visa provocar, no sentido etimológico do termo, a expressão subjetiva do outro, indivíduo ou coletivo, de modo a colocar em marcha o método psicanalítico da associação livre e da atenção flutuante, mesmo quando um tema é focado. Os desenhos-estórias, e todas as manifestações de conduta que os acompanham, serão vistos, neste contexto, como “rabiscos-respostas”, por meio dos quais cada participante poderá se presentificar como pessoa, mais ou menos integrada, mais ou menos dissociada, segundo seu amadurecimento pessoal e segundo as defesas de que lança mão como estratégia de sobrevivência emocional. (AIELLO-VAISBERG; AMBRÓSIO, 2013, p. 283).

Considerando o conceito de transicionalidade, vale destacar a sua importância na compreensão deste procedimento, desta forma, Aiello-Vaisberg (1995, p. 119) aponta:

O conceito winnicottiano de transicionalidade (Winnicott, 1951) pode ser aqui de alguma ajuda no que se refere ao entendimento dos processos subjetivos subjacentes ao uso dos procedimentos projetivos, como já adiantou Shentoub (1981), ainda que restringindo-se ao TAT. Assim, do ponto de vista psicanalítico contemporâneo, é possível explicar o processo projetivo de modo transicional, entendendo-se a apresentação do procedimento como uma forma sofisticada de brincar, de modo que o seu paradigma não é mais o teste psicométrico mas a hora ludodiagnóstica e o jogo do rabisco. As perguntas são transicionalmente formuladas, feitas através de imaginação simbólica, e as respostas também são dadas da mesma forma.

Aiello-Vaisberg (2004b) expõe que este procedimento é caracterizado como apresentativo-expressivo, ao invés de denominá-lo projetivo, pois se trata de uma perspectiva transicional. Assim, considera-se apresentativo pelo fato de ser proposto pelo terapeuta e expressivo por se tratar de uma expressão singular do ser do paciente em determinado momento e situação.

A autora explica como se estrutura tal procedimento, contudo, é solicitado que se desenhe algo de acordo com um tema específico, por exemplo, “*desenhe uma*

¹⁸ Jogo do rabisco é um método criado por Winnicott com o propósito de estabelecer contato com um paciente criança, em que ele, de maneira flexível, solicita um jogo/brincadeira junto à criança, a qual a partir de um rabisco às cegas do terapeuta, solicita que ela diga se parece com algo ou se pode transformá-lo em algo, em seguida, o outro realiza a mesma situação de forma invertida (WINICOTT, 1994).

peessoa gorda, um hospital, um menino de rua, uma criança-problema, uma escola, o fórum, etc.” (AIELLO-VAISBERG, 2004a, p. 242, grifo da autora), após a finalização do desenho, pede-se para que a pessoa vire a folha e invente uma estória sobre seu desenho. É um procedimento que pode ser utilizado em todas as idades, individualmente ou em grupos. E as produções podem ser utilizadas para a elaboração das experiências emocionais.

Após cada desenho-história, dupla produção gráfico-discursiva, produzierei aqui textos a partir de fantasias associativas que foram evocadas. É como se as produções, como metáforas, tivessem o dom de chamar por outras metáforas. [...] conceito que está sendo usado, nesse contexto, como equivalente à realidade do campo psicanalítico. Em nenhum momento há a ilusão ou a pretensão de se estar acessando o sentido verdadeiro de cada produção, que, a rigor, é sempre uma obra aberta gerando novos sentidos. Insisto: isto não quer dizer que toda e qualquer fantasia associativa caiba, como nem todo som pode caber numa invenção musical. Trabalha-se portanto, com um critério de harmonia e coerência, que advém, principalmente, do fato de essa ser uma comunicação entre humanos que tentam se compreender e se comunicar emocionalmente no nível da dramática da vida. Não se usa, portanto, critério de verdade que implique adequação entre interpretação e um objeto independente a que supostamente se refira. Afinal, os desenhos-histórias ainda estão acontecendo enquanto houver alguém que entre em contato com eles. (AIELLO-VAISBERG, 2004a, p. 245).

Desta forma, neste trabalho, foi proposto o desenvolvimento de duas produções gráficas com suas consignas. A primeira consigna foi “Uma mãe cuidando de um bebê”, em que foi solicitado a todas as participantes da pesquisa que produzissem um desenho e, após a sua realização, contassem uma estória e, ao final, atribuíssem um título. Em seguida, foram realizados alguns apontamentos a fim de favorecer a compreensão dos conteúdos apresentados e expandir a análise dos dados.

Após a conclusão do inquérito da primeira consigna, foi solicitado às participantes que realizassem a segunda produção com a seguinte consigna: “Você cuidando do bebê que você adotou”. Seguiram-se novamente os passos anteriores, com estória, título e inquérito, contemplando as ideias propostas por Walter Trinca e Aiello-Vaisberg.

4.3.3.2 Entrevista semiestruturada

A etapa seguinte contemplou a entrevista semiestruturada, que contou com a elaboração de algumas perguntas direcionadoras com o objetivo de levantar dados

com base nas experiências vividas pelas mães adotivas sobre as repercussões emocionais, o modo como ficou representada a adoção para cada uma delas, além de informações sobre como compreendem a função dos papéis parentais nos primeiros contatos com a criança adotiva.

De acordo com Bleger (1980/2015), a entrevista é utilizada como estruturante do método clínico, sendo acrescida à função investigativa da ciência em psicologia. Por ser caracterizada como técnica, possui procedimentos e regras específicas para sua estruturação, o que garante a aplicabilidade do conhecimento científico. Neste sentido, o direcionamento é para a entrevista psicológica, com enfoque investigativo e com o intuito de promover o trabalho de pesquisa e resultados científicos.

Para a realização da entrevista, Bleger (1980/2015) postula algumas regras para o seu desenvolvimento, entretanto o objetivo não é obter dados completos da pessoa, e sim dados do comportamento da pessoa de forma inteira, ou seja, ele acredita na importância de não estabelecer apenas um campo de escuta, mas que o entrevistador possa vivenciar a experiência de entrevista e observá-la, a fim de compreender diversos fenômenos apresentados.

Importante considerar que o campo da entrevista é dinâmico, ou seja, pode sofrer alterações ao longo do processo, dependendo da realidade imposta.

A chave fundamental da entrevista está na investigação que se realiza durante o seu transcurso. As observações são sempre registradas em função de hipóteses que o observador vai emitindo. Esclareçamos melhor o que se quer dizer com isso. Afirma-se, geralmente de maneira muito formal, que a investigação consta de etapas nítidas e sucessivas que se escalonam, uma após a outra, na seguinte ordem: primeiro intervém a observação, depois a hipótese e posteriormente a verificação. (BLEGER, 1980/2015, p. 19).

Para Fontanella, Campos e Turato (2006), quando se trata de pesquisa clínica qualitativa, utiliza-se como instrumento de pesquisa a entrevista aberta ou semidirigida (também denominada como semiestruturada), a qual contém perguntas abertas.

No presente estudo foi utilizada a entrevista semiestruturada, considerada por Manzini (1991) como um instrumento composto por um roteiro de perguntas principais que podem ser acrescidas por questionamentos que visam esclarecer e/ou complementar a compreensão do conteúdo apresentado. Para o referido autor, este modelo de entrevista favorece dados mais livres sem o direcionamento a respostas condicionadas e padronizadas.

“[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152 *apud* MANZINI, 2004, p. 2), além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

Este modelo de entrevista, com perguntas abertas, favorece a adaptação do roteiro para o alcance de dados significativos para a pesquisa, neste sentido, pode incluir ou enfatizar determinado elemento que pode aparecer de forma espontânea pelo entrevistado ou mesmo para ampliar o conteúdo da pesquisa (FONTANELLA; CAMPOS; TURATO, 2006).

Os autores supracitados ainda reforçam o caráter dinâmico deste tipo de entrevista, acrescentando que iniciam muitas vezes com uma pergunta disparadora, a fim de investigar e encorajar o desenvolvimento de ideias, além de ser necessário que haja a compreensão dos entrevistados de forma clara sobre as perguntas para que atinjam o objetivo central nos fornecimentos das informações.

A pergunta não deve se referir a um assunto ambíguo, nem deve endereçar-se a um tópico sobre o qual o entrevistado não tenha habilidade emocional ou cognitiva para falar. A frase usada para focar o problema não deve ser muito geral, nem muito específica, impedindo desenvolvimentos que não tenham sido de interesse do entrevistador. Obviamente, a pergunta disparadora está relacionada diretamente ao objetivo geral da pesquisa. (FONTANELLA; CAMPOS; TURATO, 2006, p. 5).

A entrevista foi realizada individualmente no local citado anteriormente (item 4.3.1 Local do Estudo). Foram reservadas duas horas para a coleta de todas as informações da entrevista, entretanto, o tempo máximo de contato com as participantes foi de 1 hora e 45 minutos. As entrevistas foram gravadas em áudio para posterior transcrição na íntegra, a fim de subsidiar a análise dos dados.

O roteiro da entrevista semiestruturada contemplou as seguintes questões:

- 1) Como surgiu seu interesse para a adoção?
- 2) Como você tomou conhecimento da chegada do(a) seu(sua) filho(a)?
- 3) Quando você entrou em contato com seu(sua) filho(a), quais foram os seus sentimentos?
- 4) Como foi o processo de adaptação?
- 5) Você está há quanto tempo com o(a) seu(sua) filho(a)?

- 6) Qual o sentimento que você tem hoje frente ao processo de adoção? (caso esteja há mais de seis meses com a criança).

4.3.3.3 Narrativa Psicanalítica

A narrativa interativa foi adotada no processo de escrita e análise dos dados. Neste sentido, entende-se que por meio do narrar o psicanalista consegue acessar a experiência emocional e também comunicá-la, além disso, apresenta um potencial elaborativo de sua matéria-prima – o viver. Considerando a espontaneidade do narrar, compreende-se que esta possibilita a organização, o planejamento e o sentido à experiência emocional (GRANATO; CORBETT; AIELLO-VAISBERG, 2011).

O gênero narrativo é conhecido desde a antiguidade e origina-se com a epopeia, a partir da qual houve uma variação da narrativa, tais como a novela, os contos, as fábulas, entre outras. Cabe salientar que o objetivo desta produção era contar os acontecimentos e representar as histórias de sua época de forma real ou fictícia, em vários formatos, ou seja, podendo ser extensa ou mesmo curta, prosa ou versos. Independentemente do modo como se reproduzia, a relevância está na transmissão da informação a partir de relatos (GRANATO, 2004).

Granato (2004) e Ribeiro (2007) apresentam uma analogia referente ao psicanalista-pesquisador, trazendo uma consideração feita por Benjamin (1936) sobre o narrador-artesão; e, neste sentido, apresenta-se o narrador, o artesão e o psicanalista, os quais se utilizam de matéria-prima do passado para confeccionar seus trabalhos. E apresentam este passado como algo que parte do vivido, da experiência emocional sentida, considerando aqui o acontecer humano, ligado um no outro como uma trama que conduz para a conduta humana. Assim, no contato com o outro, recebe-se a matéria-prima vivida, a qual caracteriza o começo de um trabalho artesanal:

[...] onde histórias são tecidas por mãos que preservam a habilidade de lidar com seus objetos de maneira criativa e delicada, confeccionando o novo a partir do antigo, neste esforço paradoxal de conservar e transformar a natureza daquilo que lhe foi dado, segundo a si mesmo. Dessa artesanaria, pode surgir um vaso, um entalhe, uma colcha, uma escultura, uma história e uma narrativa psicanalítica. (GRANATO, 2004, p. 17).

Diante do olhar psicanalítico sobre os fenômenos da vida e considerando que no processo de narrar os encontros humanos e suas afetações há um potencial

elaborativo, desenvolveu-se o procedimento da narrativa interativa como uma forma de narrar estes contextos e estes elementos tão ricos e de trocas intersubjetivas, aproximando pesquisador e pesquisado “na produção de um conhecimento que se assente sobre a dramática humana” (GRANATO; CORBETT; AIELLO-VAISBERG, 2011, p. 160).

Considerando que a personalidade do pesquisador participa da produção dos dados de sua pesquisa, propomos a co-construção de uma história fictícia – doravante denominadas narrativas interativas, aqui compreendidas como produção imaginativa que emerge da interação dos campos de sentido afetivo-emocional do pesquisador e do pesquisado (Granato, Corbett & Aiello-Vaisberg, 2011), à semelhança do jogo do rabisco winnicottiano (Winnicott, 1964/1989) e sua qualidade dialógica. (GRANATO; AIELLO-VAISBERG, 2013, p. 22).

Benjamin (1936/1992 *apud* RIBEIRO, 2007) considera que na narrativa não há um objeto a ser descrito ou informado e não há a intenção de apresentar o fenômeno puro, pois o narrar passa pelo processo afetivo e sensível do narrador, através do seu olhar é que ele apresenta e se constrói.

Diante disso, a análise da pesquisadora partiu dessa premissa da narrativa psicanalítica, na qual atravessa seus olhares sobre a matéria-prima viva do outro, neste caso, considera-se como matéria-prima as vidas destas mães adotivas que se disponibilizaram a ser afetadas e a afetar a pesquisadora, na produção de novas narrativas.

4.3.4 Coleta e construção de dados

Foram realizados dois contatos telefônicos com as participantes da pesquisa, as quais foram previamente contatadas pela psicóloga do Fórum. O primeiro contato ocorreu para apresentação da pesquisadora e para explicação do trabalho a ser realizado e seu objetivo, além de verificar o interesse de cada participante, sendo que todas se disponibilizaram imediatamente. O segundo contato ocorreu para agendamento do dia e hora para o encontro e subsequente coleta de dados. Ao serem questionadas sobre os horários, três mães informaram que trabalhavam e seria preciso adequar o encontro em horário alternado ao trabalho.

Das quatro mães entrevistadas, todas se apresentaram junto com seus filhos adotivos. Entre elas, apenas uma estava com a filha mais velha (10 anos), também

adotiva, e a deixou em uma mesa realizando tarefa de escola, não participando da conversa. Esta mãe preferiu realizar o encontro na sala de atendimento psicológico.

Os procedimentos aconteceram de acordo com o descrito no item 4.3.3 (Instrumentos). Entretanto, houve a participação de crianças no momento da coleta de dados de duas mães, as quais expuseram todas as falas na frente dos seus filhos, com exceção da mãe supracitada e de outra mãe que deixou a criança no quarto com o pai. A pesquisadora antes de iniciar as atividades questionou as mães quanto à participação da criança e todas disseram que não havia nada para ser escondido delas, tudo já era conhecido por elas.

Este acontecimento trouxe um impacto na pesquisadora, visto que havia perguntas que eram mobilizadoras de conteúdos inconscientes, os quais eram expostos sem constrangimento e apreensão diante da criança.

Houve momentos da entrevista em que algumas mães paravam as atividades que estavam realizando para cuidarem de seus filhos, como: dar banho, escovar os dentes, trocar de roupa, alimentação e higiene íntima.

Após a finalização da entrevista, a pesquisadora agradeceu a disponibilidade para o encontro e realização da pesquisa.

A importância dos procedimentos éticos para o desenvolvimento da pesquisa é estritamente significativa e relevante. Por esta razão, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética sob o número de Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 76916617.2.0000.5401; para a devida aprovação mediante o Parecer nº 2.546.955 (Anexo B). Somente após a aprovação da pesquisa, as atividades a campo foram iniciadas.

4.3.5 Procedimentos para análise dos dados construídos

Para cada um dos casos analisados foi elaborada uma breve caracterização, expondo-se os dados gerais, a fim de auxiliar na compreensão dos instrumentos utilizados (Desenho-Estória com Tema e entrevista semiestruturada).

Quanto ao Desenho-Estória com Tema, expôs-se o primeiro desenho (que continha a seguinte consigna: “Uma mãe cuidando de um bebê”) e a estória deste desenho na íntegra. O mesmo procedimento foi adotado para o segundo desenho (cuja consigna foi: “Você cuidando do bebê que você adotou”).

Após a apresentação dos dois desenhos e de suas histórias, elaborou-se uma síntese da entrevista realizada com a mãe. Por fim, promoveu-se o levantamento de alguns pensamentos, tomando-se por base a abordagem psicanalítica, como intuito de compreender parte dos fenômenos apresentados.

Em seguida, este formato de apresentação dos dados foi reproduzido para os outros três casos, de modo a expor os resultados deste trabalho.

Após a exposição citada acima, construiu-se um capítulo referente à integração dos resultados. Neste capítulo, realizou-se uma análise baseada no método psicanalítico, com a construção de alguns olhares sobre a maternagem em mães adotivas, incluindo análises referentes ao estudo teórico proposto neste trabalho. Para tanto, as análises foram divididas nas seguintes categorias: “O processo de adoção”; “A chegada da criança”; “Reconhecendo-se como mãe” e “O cuidado como expressão de afeto”.

5 RESULTADOS

Para compor os resultados da pesquisa, serão apresentadas quatro análises de dados referentes aos encontros com as mães adotivas. Lembrando que os nomes dos filhos, pais e da mãe foram alterados a fim de preservar suas identidades e suas histórias.

Em um primeiro momento, elaborou-se uma breve caracterização da participante em questão e do ambiente onde foi realizada a entrevista e o D-E com Tema. Em seguida, apresenta-se uma síntese da entrevista, os desenhos realizados a partir das consignas (1 - “Uma mãe cuidando de um bebê”; 2 - “Você cuidando do bebê que você adotou”) e suas respectivas estórias.

Ao final de cada caso efetuou-se uma breve análise dos dados e, após a apresentação das quatro produções, foram construídas categorias para estabelecer compreensões mais sistemáticas dos conteúdos.

5.1 Sônia

5.1.1 Caracterização

No primeiro contato, via telefone, houve uma disponibilidade imediata em participar da pesquisa. Após o segundo contato para o agendamento de dia e horário, Sônia ressaltou que seria necessário que o encontro fosse realizado em sua casa, no período da manhã, em virtude dos cuidados que precisava ter com suas filhas (duas meninas gêmeas) e com o trabalho.

Como a pesquisadora chegou ao local da pesquisa com alguns minutos de antecedência, pois o desconhecia, pôde perceber que Sônia estava limpando a área da frente de sua casa.

O encontro se deu na cozinha da casa, na presença de um cachorro com bastante idade e debilitado e ao som de muitos latidos que, por vezes, adentravam na conversa, dificultando a escuta. Sônia relatou possuir três cachorros adotados e ressaltou sobre o intenso interesse e cuidado que dispensa a eles.

A coleta dos dados se deu em um encontro de uma hora e meia.

Sônia é casada, trabalha com o marido (53 anos) em uma empresa, seu período de trabalho antes da chegada das filhas era de carga horária completa, com

oito horas diárias e, após a adoção, reduziu sua carga horária para o período da tarde, em virtude da rotina que impôs a todos na casa por conta da adoção.

Ficou na fila de adoção por quatro anos. Mora em casa própria e ressaltou, em vários momentos da entrevista, a análise do fórum referente às condições de moradia para entrada na “fila” de adoção.

No início do encontro, percebeu-se certo desconforto da participante quanto às conversas iniciais, o qual foi amenizado quando a pesquisadora explicou sobre o sigilo das informações. Neste momento, foi possível perceber que a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o contato se estabeleceu de forma mais confortável e livre. Além do sigilo, foi ressaltada a preservação da identidade de todos os envolvidos com a utilização de nomes fictícios.

Sônia estava com muito receio de ser identificada, visto que foi necessário sair de todas as suas redes sociais e de qualquer tipo de exposição em razão da localidade dos genitores das filhas. Isso representou certo grau de apreensão inicial.

Durante a aplicação do D-E com Tema, no processo do desenhar, houve constantes questionamentos se alguém veria seu desenho, e uma dificuldade em contar a estória, após a finalização do desenho. Em relação ao segundo desenho, o tempo para o início da atividade (período de latência) foi maior e em vários momentos gesticulou e falou sobre o que gostaria de estar desenhando.

Após o término do primeiro momento, caracterizado pela realização dos desenhos e o contar a estória, iniciou-se a entrevista em formato de conversa, a qual foi sentida inicialmente pela pesquisadora como uma preocupação de Sônia com o que estava sendo dito, numa tentativa de blindagem das possíveis análises negativas que pudessem ser realizadas naquele momento pela pesquisadora.

No decorrer da entrevista, houve o desejo de apresentar as crianças para a pesquisadora, relatando que já havia passado da hora delas acordarem e, a partir de então, não foi possível construir novos questionamentos, pois as crianças preencheram todo o espaço.

Neste momento, Sônia foi trocá-las, alimentá-las e relatou, então, que uma delas tinha uma dificuldade com a fala, não tendo nenhuma comunicação verbal, apenas resmungos. Para suprir as necessidades desta filha, a mãe sugestionava alguns desejos da criança, na tentativa de identificá-los.

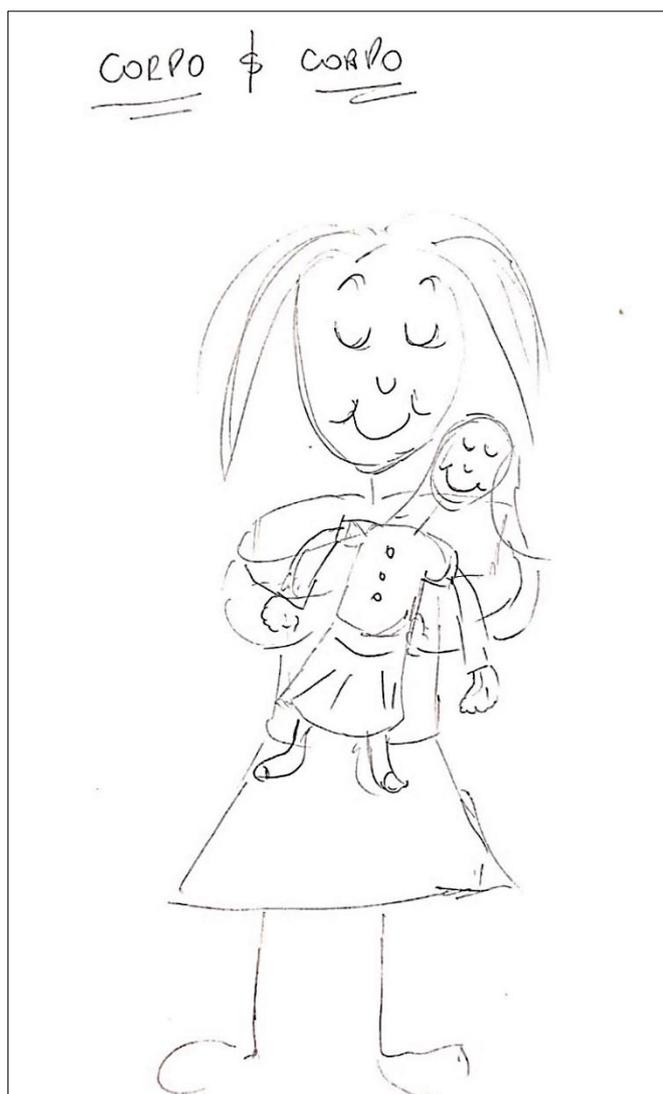
Chamou a atenção da pesquisadora os cuidados e a atenção disponibilizada às filhas e a preocupação com a saída da rotina estabelecida, e com isso, o desejo de encerrar a entrevista não havendo espaço para novos questionamentos.

Houve uma sensação de saturação do tempo de exposição da história, momento em que havia começado a aparecer os aspectos negativos da maternidade.

5.1.2 Procedimento Desenho-Estória com Tema

a) Primeira unidade de produção: “Uma mãe cuidando de um bebê”

Figura 1 - Primeiro desenho de Sônia no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da Autora.

Quadro 2 - Primeira estória de Sônia no D-E com Tema

Título: Corpo a Corpo**Estória:**

Uma história? ... ah eu acho que a criança tem muito... sei lá, pelas minhas elas gostam muito de colo...vixe, até então eu estou assim toda...toda dolorida [risos], e eu acho que o contato corpo a corpo assim mãe e filha é muito importante..., uma coisa é você por no carrinho e ficar chacoalhando a criança, outra coisa é você pegar no colo e dar carinho...eu acho que é isso, acho que mãe não é mãe a distância, mãe tem que ser mãe presente, e o contato de mãe e filho corpo a corpo acho que dá muita segurança pra criança e demonstra também que... que esse contato vai trazer muito contato pra ela, segurança, equilíbrio, disciplina, alguém que ela possa ter confiança, mesmo que nos momentos assim que você tem que corrigir, que você tem que ensinar, mas isso mostra que com o calor do próprio corpo a criança sinta que ali que tá...que ela pode depositar assim, a vida dela... confiança, que é uma pessoa que está ali não só presente de corpo mas assim, de contato mesmo, de sangue... (Como que você acha que esse bebezinho está se sentindo?) Amado [risos], feliz, eu até desenhei ele dormindo sorrindo e, a mãe eu acho que está com tanto sono também que acaba entrando no mesmo esquema. (Como que você acha que esta mãe está se sentindo, nesse lugar de cuidar dessa criança, desse bebê?) Ah... ela está se sentindo recompensada, ela vê que a criança está respondendo aquilo que ela está querendo propor pra ela, está se sentindo feliz também... muito feliz.(Como que você colocaria um título pra essa estória?) Um título... é... eu colocaria... "corpo a corpo".

Fonte: Arquivo da Autora.

b) Segunda unidade de produção: "Você cuidando do seu bebê que adotou"

Figura 2 - Segundo desenho de Sônia no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da Autora.

Quadro 3 - Segunda estória de Sônia no D-E com Tema

Título: Cuidar é Saudável**Estória:**

[enquanto desenha] *Fazer um desenho das duas... ai ai (pode ser do jeito que quiser fazer, é uma representação de você cuidando do seu bebê) Humm, e agora como é que eu faço isso? [risos] Meu Deus... o que que eu faço aqui... nossa é difícil de desenhar isso, eu não sou boa pra desenhar. [fala enquanto desenha, com pausas tentando gesticular para que saia no desenho da mesma forma como no real] Como que faz pra dar comida... eu queria por dando comida... olha aqui eu não sei fazer não... é como se estivesse dando comida, ela aqui com a boquinha aberta e eu com a colher... e ai... dando comida pra ela, eu não sei fazer... é como se estivesse dado comida... é que eu queria fazer com o olho aberto mas eu não sei fazer olho aberto... e ela com a boquinha aberta aqui assim...e elas estão bochechudas também, tão gordinha... emagreceram um pouquinho, ficaram meio doentinha, mas agora estão engordando de novo... ah eu acho que é isso, dando comida, mas eu não sei fazer dando...(Você poderia contar uma história desse desenho?) Contar uma história... sei lá, eu acho que na hora de cuidar... cuidar mesmo, trocar, dar banho, dar comida... é... até brincar, é uma forma de cuidar... e ... é uma coisa que eu gosto de fazer, que é cuidar, eu gosto de ver bem...(Você gosta?) Gosto! E alimentação é uma coisa assim, que pesa bastante, porque elas estão em fase de crescimento e a gente percebe quando a gente adotou elas eram bem bochechudas aí vai crescendo e vai emagrecendo, mas eu gosto de ver elas assim, bem e quando elas estão comendo é um sinal de que estão bem também, porque você pega as vezes que estão doentes não quer comer ah... você quer morrer, porquê já está doente e não quer comer... é perigoso, mas elas são tão fortes que mesmo doente elas comem (risos) Comem! Nossa, come que, nossa, todo mundo fala “Sônia e aí?”, aí eu falo “não, só dessa última vez que não quiseram comer porque estavam com inflamação na garganta, então comiam e vomitavam” porque dava aquela sensação de tosse... (As duas?) não... foi uma. Pegou uma gripe muito forte que atacou bastante o pulmão quase pneumonia, mas é assim... uma ficou doente na outra semana a outra fica, e a outra não ficou assim tão ruim, pegou uma gripe mais levezinha, melhorou mas de repente deu uma recaída de uma vez, aí que não comia nada mesmo, nossa e eu ficava desesperada, porque precisa comer, precisa estar bem... e a fome é um sinal que o organismo está bem, então eu acho assim, a parte de alimentação é uma parte que mostra que você está cuidando delas e eu faço elas não comerem besteira, de ter uma saúde, ter uma alimentação saudável, isso é um cuidado que eu estou vendo que muitas mães até hoje não tem, dá muita besteiras pros filhos comerem e é uma coisa que todo mundo falava assim “Sônia você não dá isso?” “não” “Você não dá chocolate?” “não” “Não dá refrigerantes?” “não” “Não dá doce?” “não” “O que suas meninas comem?” e eu “arroz, feijão, fruta, legumes, carne, peixe, água, suco” e estão fortes né, se você ver o tamanho delas... Alimentação é uma coisa que a gente, eu e meu marido a gente preza assim pra caramba, porque se elas tiverem essa coisa de comer saudavelmente na infância, depois provavelmente não vão ter problemas, pode até depois mais tarde querer comer as besteiras da vida, mas não estão sendo criadas em cima de lanche e McDonald essas coisas assim, a gente dificilmente, uma vez ou outra leva pra não falar que não foi, pra não ser uma criança também... né... é tudo em casa e é eu que faço, eu que faço almoço e janta, eu que faço tudo, então a gente cuida muito dessa parte da alimentação delas, e é por isso que elas estão assim, estão bem e... eu acho que é isso...(Como que você acha que essa criança está se sentindo? Essa bebê aí no seu desenho.) Com a boca aberta (risos)... com fome... (risos) (E essa mãe?) Essa mãe... essa mãe está feliz de estar vendo ela com fome... Pra poder nutrir, pra poder alimentar...*

(E como que você colocaria o título?) *O título? ... [difícil entender a fala de Sônia por conta dos cachorros, tanto pessoalmente como na gravação, e Sônia escreve "Cuidar é Saudável"]*.

Fonte: Arquivo da Autora.

5.1.3 Síntese da entrevista

Como havia uma entrevista semiestruturada previamente organizada, o início desta conversa se deu com a primeira pergunta, a fim de ser um disparador. Desta forma, a pesquisadora trouxe a seguinte indagação: “Como surgiu seu interesse pela adoção?”, a partir desse momento as outras perguntas direcionadoras foram sendo costuradas ao longo da conversa, sem compor interrupções sistemáticas.

Sônia inicia sua fala contando sobre seu interesse em engravidar e as tentativas frustradas pelas *“formas naturais”*, começando a surgir as preocupações e as investigações sobre o que estaria acontecendo e quais as dificuldades para tal. Assim, iniciou os tratamentos com várias tentativas sem sucesso. Na sequência, seu marido iniciou o tratamento também, sem retorno positivo. A partir de então procuraram uma clínica especializada em fertilização em outra cidade, a qual identificou uma *atrofia das trompas* sem nenhuma possibilidade de engravidar naturalmente, apenas por intermédio de *fertilização*.

Diante disso, iniciou as fertilizações e, após duas tentativas, optou por encerrar tal procedimento, em razão do alto custo e das dores que são ocasionadas, como diz Sônia: *“é a coisa mais horrível do mundo... nossa, é uma coisa muito dolorosa, tanto pro corpo quanto pro psicológico, é muito doloroso, muito, muito mesmo... eu até que fui bem...”*.

Após a decisão de encerrar as tentativas de fertilização, ficaram alguns anos quietos, porém começaram a pensar *“poxa vida... o que vai ser da gente, porque você começa a pensar na velhice, quem é que vai cuidar de nós na velhice (risos)... não, não, eu estou brincando, mas assim, pelo fato de querer ter né...”*. Sônia disse querer ser mãe, pois gosta muito de crianças, tanto ela quanto o marido e, com isso, pensaram na adoção *“gente, tem tanta criança nesse mundo precisando, vamos adotar? Vamos, vamos adotar, porque eu acho que a gente... não é pra gente ter, das formas naturais, mas não impede que a gente tenha, vamos atrás!”*. Deram início, então, aos procedimentos legais no fórum de sua cidade, concluindo o pedido de adoção. Ela apontou para os aspectos burocráticos e a demora de tal processo,

“entrevista com psicólogo, faz curso, faz uma coisas lá... até sair o certificado... aí saiu o certificado e colocou o nosso nome agora na lista nacional de adoção”. E, com isso, o aguardo até que o fórum entre em contato. Essa espera levou uma média de quatro meses e, por fim, estavam cadastrados.

Esperaram um ano e dois meses até que o fórum entrou em contato para verificar o interesse do casal na adoção e analisar novamente o perfil de interesse. Sônia expõe o preenchimento do perfil como *absurdo*, pois sente isso como se estivesse realizando a compra de um produto. Relatou que ocorreram diversos debates com o fórum questionando as possibilidades de mudança: *“mas gente, eu não quero comprar um filho”, entendeu? Eu quero... ter uma criança independente do que ela é, se é branca, preta, se tem doença, se não tem... não importa, a gente quer ter isso na nossa casa”*.

Neste momento, reavaliaram o perfil que havia no sistema, apresentando que estava descrito que seus interesses eram de uma menina com até 4 anos de idade e o fórum disse que esta não era a realidade dessas crianças que estavam para adoção, que a maioria era acima de 4 anos de idade. Diante desta situação, aceitou *“abrir”* o cadastro, *“então tá, então coloca aí, quatorze, quinze, dezesseis, pode colocar”*. Houve, ainda, o questionamento quanto à possibilidade de adoção de grupo de irmãos, crianças com deficiência, usuários de drogas, fruto de estupro e de mães usuárias de drogas, os quais aceitou acrescentar também.

Sônia apresentou uma crítica ao iniciar sua fala sobre a demora em realizar a adoção, dizendo que os técnicos do judiciário deveriam alertar os pretendentes quanto às dificuldades da adoção, sendo importante que eles contem para os interessados que se o cadastro for muito restrito o tempo de espera é muito maior. Esse conhecimento, Sônia começou a ter por meio das palestras que ela frequentou, dos contatos com outros candidatos a adoção e dos grupos de apoio, conforme ela mesmo relata: *“depois tem os grupos de apoio, aqui tem um grupo de apoio muito forte, o pessoal lá do (Nome do grupo), é maravilhoso aquele grupo, então eles reúnem todos que querem fazer adoção e aí eles vão conversando, vão falando, vão mostrando a realidade entendeu?”*. Esses encontros possibilitam um conhecimento maior sobre os aspectos que não são apresentados pelo judiciário.

Depois de quinze dias que havia *“aberto”* o cadastro, os fóruns de diversas cidades (cadastro nacional) começaram a telefonar sobre crianças disponíveis para

adoção em face do cadastro apresentado, porém eram de cidades distantes *“ligô gente de tudo quanto é lugar”*, sendo caracterizado como dificultoso, visto que precisariam se deslocar para essas outras cidades, os quais teriam que abdicar do trabalho para irem (o casal) até a criança, pois são necessários alguns encontros para o *namoro*, até que houvesse tido tempo suficiente para ver se a criança e o casal tiveram afinidades entre eles. Sônia enfatiza que o interesse da criança é crucial para a determinação de aceite. Diante disso, tinham vontade de ir para todos os lugares de onde recebiam as ligações.

Assim, surgiram, neste período, duas crianças (gêmeas) e, a partir de então, a equipe técnica entrou em contato e questionou o interesse do casal, pois muitas pessoas não têm interesse na adoção de irmãos, sendo caracterizado como *dispendioso*. O fórum trouxe a dificuldade que estavam tendo com a adoção de irmãos e que haveria a possibilidade de ninguém adotá-las, então, o casal aceitou. Eram duas meninas com 9 meses de idade.

Iniciaram todo o processo necessário, primeiramente tiveram o contato com a psicóloga que apresentou a história das crianças e as fotos delas, porém não permitiram o contato físico, inicialmente, *“e, você quer ir conhecer, você não quer ficar com muito papo, chega de papo... já faz quatro anos que a gente está conversando...”*.

Foram quatro anos para efetivar a adoção. Isso trouxe, na fala de Sônia, novos questionamentos quanto à quantidade de pessoas interessadas na adoção e a quantidade de crianças para adotar, não tendo razão para haver tantas crianças no acolhimento institucional: *“dizem que tem menos crianças pra adoção e mais gente pra adotar”*. Para Sônia, os cadastros são limitados, por isso fica com este volume de crianças esperando para adoção. E esses limites são impostos em razão dos mitos que se construíram sobre a adoção de crianças que não sejam bebês, gerando medo em adotar crianças maiores e não conseguir a adaptação necessária, chegando à devolução destas crianças, *“quer adotar uma criança perfeita, né! E não vai ser, de forma nenhuma, não vai, nem os que nascem com a gente não é!”*.

No momento da adoção, Sônia apresenta que muitos não vão abertos para receber a criança, vão *bloqueados*. Ressalta, em vários momentos, a necessidade de abertura do cadastro, pois, caso contrário, as possibilidades são bem restritas.

Sônia tem interesse em novas adoções, porém irá aguardar um tempo para o crescimento das filhas, pois precisarão entrar na fila novamente e realizar todo o procedimento.

Para conhecer melhor o campo da adoção, Sônia, por intermédio de um movimento religioso, realizou um trabalho em um bairro *carente* de sua cidade. Nessa atividade pôde compreender todo o envolvimento do Conselho Tutelar, as retiradas de crianças de seus lares, os sofrimentos gerados tanto nos pais quanto nas crianças. O objetivo deste grupo era realizar tentativas de resgatar o ambiente familiar para que as crianças não fossem retiradas de seus pais e Sônia, ao mencionar este trabalho, apresenta o modo como percebe a condição de ser *mãe* “*mas ela é mãe, ela é a mãe... aí o que a gente fez, a gente fez um trabalho de recuperar o pai e a mãe, para que o Conselho Tutelar devolvesse, entendeu?*” Houve dois casos em que conseguiram a recuperação dos pais. Esse trabalho também foi realizado em uma escola municipal com a proposta de realizar uma recuperação no bairro “*fizeram um trabalho assim, trabalha a criança na escola e ao mesmo tempo recupera a família, entendeu? Trabalho de escola e família, aí funciona, aí funciona... então eles abriam a escola à noite pra levar os pais pra fazer esse trabalho de recuperação, de como encaminhar eles pra uma recuperação, porque não é só pegar também o pai e jogar numa casa pra se recuperar, não é fácil... não é fácil*”.

Durante todo esse período, Sônia estava na fila de adoção, porém sem que as pessoas soubessem, apenas seus parentes mais próximos, pois da mesma forma que há cobranças para engravidar, há cobranças para saber se já havia saído a adoção. “*A gente vê que cria uma expectativa, como se você estivesse grávida, sabe aquela coisa quando você casa: ah, quando você vai ter filho?*”.

Referente ao trabalho realizado no movimento religioso, que perdurou por dois anos, ela buscou compreender como era o outro lado, a partir da destituição do poder familiar, a dificuldade da retirada dos pais, desta forma, justificou-se a demora do processo e pôde *testemunhar* nos grupos dos quais participava como era essa realidade, pois as crianças que são disponibilizadas para adoção vêm do *abandono*.

Sônia conta a importância de compreender a carga que estas crianças carregam, pois poderiam ter vindo até ela crianças maiores, ou seja, crianças que já vivenciaram experiências *horríveis*.

Em um determinado momento, houve o questionamento da pesquisadora quanto ao sentimento que Sônia experimentou quando as meninas chegaram, e ela respondeu: “*Nossa, foi assim uma coisa... no começo dá até um pouco de medo,*

porque... aí e agora? O que nós vamos fazer? Como ela vai ser?”, e a partir do telefonema até a chegada das filhas foi rápido, pois em alguns dias já estavam mobilizando as documentações para as crianças passarem o Natal com a família, em razão do recesso do fórum e, como eram bebês, relataram que não seriam muito demorados os trâmites. Assim, iniciaram rapidamente o namoro, “Foi paixão à primeira vista assim, foi a coisa mais maravilhosa do mundo, e aí quando trouxemos pra casa aqui, no começo eu falei meu Deus do céu a gente não dormia né, porque elas tinham o quatinho delas e a gente tinha o nosso e a gente queria ficar com elas e não sabia se elas iam conseguir dormir, e não conseguiram, e a gente também não... é uma experiência assim, única! É como se você estivesse... nascido de você mesmo, de ter alguém assim pra você cuidar, pra você ... e elas são muito carinhosas assim, as duas, muito, desde o começo, mesmo sem saber... e foi ... foi indo, a gente foi conhecendo, elas foi conhecendo a gente, eu acho assim, é que nem ter mesmo, porque não vem manual de instrução né ... então quando nasce de você, também não tem”.

Quanto à adaptação mãe e filhas, quando a pesquisadora faz essa colocação, Sônia aponta como “paixão à primeira vista” e, na sequência, aborda o cuidado das psicólogas em relação ao registro de foto de tudo que acontece nos primeiros encontros, como a troca de roupa, a mamada, o banho e disse que as crianças reagiram bem.

Sônia apresentou a família acolhedora como família de apoio em razão de serem muito pequenas, não sendo abrigadas em instituições de acolhimento. E relata querer viver novamente a experiência de encontro com as filhas, sendo para ela uma experiência boa.

Sente-se desconfortável apenas com alguns questionamentos de pessoas da rua, como por exemplo: “são suas filhas?” ou ‘são suas netas?’, em virtude da diferença de idade do casal com as filhas, *então...é como a sociedade encara... é triste, é triste, mas a gente tem que superar né...”.*

Há uma preocupação com a velhice e a pouca idade das filhas e isso traz uma tristeza para Sônia. Porém não exclui a satisfação em ter e estar vivendo esta experiência, em que, atualmente, *tudo gira em torno delas*, em que a mãe não pensa mais nela mesma, “*você fica de lado... não que você fica de lado, eu não soube me expressar, mas assim, é... como é gratificante, você poder tirar... pelo menos eu consegui salvar duas vidas*”, acrescenta dizendo que “*é uma vida, e essa vida*

merece ser feliz, ninguém merece ser infeliz, e você tirar a criança desse sistema, dessa impunidade, dessa coisa horrorosa que elas passam é... [ficou emocionada e começou um breve choro] é algo assim, que enche a gente de alegria, eu não choro de tristeza eu choro de alegria, de estar podendo fazer alguma coisa, e de ser mãe, que é a coisa que eu mais desejava na vida, de ter essa oportunidade de ser mãe, de ter uma família, de ter filhos, é uma coisa que... todo mundo fala”.

Sônia conta que as pessoas dizem que ela nasceu para ser mãe, porém não sabe se isso é verdade, mas gosta muito desta *função* “*eu amo ser mãe, eu amo cuidar, eu amo ver elas crescendo cada dia fazendo uma coisa diferente, um dia faz uma coisa diferente e no outro dia outra, então você vai acompanhando isso*”. Sônia considera ser muito gratificante a experiência e recomenda que as pessoas não esperem muito tempo, e que não se iludam, pois o tempo está passando e muitas vezes o pensamento é de juntar dinheiro, entretanto quando a pessoa se depara com o que estas crianças vivem, e com o que elas precisam para viver, se torna incoerente, pois muitas vezes elas vivem em condições muito precárias, com apenas “*um shortinho, chuveiro, quando tem, muitas vezes é frio e as refeições são escassas*”.

Ainda acrescenta que as meninas, hoje, a acompanham em tudo, em todos os afazeres, pois elas precisarão compreender que Sônia tem uma vida da qual elas fazem parte, apesar de existirem algumas privações necessárias em razão da chegada das crianças.

Sônia não quis colocar as crianças na escola, sendo um pensamento seu de muito tempo, de que ela iria cuidar de seu filho, “*não tenho coragem, a criança não sabe nem falar, e eu vou dar pra outra pessoa cuidar né? Eu vou fazer um esforço e eu vou ficar junto, e é isso que eu estou fazendo*”.

Sônia leva as filhas no trabalho e lá elas dormem um período significativo, após acordarem, “*volto à função de mãe... sendo tudo maravilhoso*”.

Ao ser inserido novamente um questionamento quanto à adaptação entre mãe e filhas, Sônia coloca que não houve uma adaptação imediata, pois precisaram conhecê-las, e para isso criou uma rotina para segurança delas e para si mesma, tendo horário para todas as atividades, “*tem horário pra levantar, horário pra dormir, horário pra comer, pra tomar banho, tomar mamadeira, brincar*”, com isso as crianças foram se adaptando e reconhecendo o casal como pais. Neste período ocorreu

também a mudança de nome delas, mas até então não a chamavam pelo nome, desde a chegada ao fórum, pois não sabiam quem iria adotar e se gostariam de trocar o nome, o qual traz uma representação identitária para a criança, e assim foi feito por Sônia, o que representou um tempo para que as meninas pudessem reconhecer seus nomes. Os pais preservaram bastante as crianças não as levando para muitos locais públicos, *“eles orientaram a gente pra não levar muito em festa, em coisas assim, fica mais entre vocês e a família, avós, irmãos, primos, mais família, sempre família, e foi o que a gente fez, aí elas se deram muito bem...”*.

A mudança de nome ocorreu em virtude de briga judicial, pois a genitora não queria entregar as crianças, assim Sônia achou melhor cortar o vínculo por meio do nome também.

[Sônia apresenta as crianças para a pesquisadora, por estar no horário de acordá-las, para que pudessem dormir novamente à tarde, em seu trabalho, assim começou a alimentá-las, trocá-las, e pegá-las, não havendo espaço para continuar a entrevista, contudo encerrou com a fala transcrita a seguir].

Sobre adoção ela traz a seguinte colocação: *“é algo assim, maravilhoso, eu acho que é mais pra nós do que pra elas, é completo, eu me sinto completa, completou a vida delas e completou a minha... e acho que... é isso mesmo, é muita felicidade, é uma questão de completar mesmo, elas completaram a nossa vida, e a gente completou a vida delas, eu acho que a adoção é isso, ‘ah eu vou ajudar’ não, não é ajuda, não tem que ajudar... você tem que completar aquilo que vai faltar na vida delas... é você mudar a história, mudar a minha história e mudar a delas, e juntos vamos construir uma história só, e eu acho que é isso, entendeu? Porque, não é uma caridade, não é uma ajuda... é algo assim... eu acho que é isso”*.

5.1.4 Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral

Sônia carrega consigo elementos voltados à persecutoriedade vivida ao longo dos processos de adoção, desde seu trabalho voluntário até os dias atuais, frente a inúmeras experiências que puderam ser observadas na entrevista, nos desenhos e nas histórias contadas.

Primeiramente, ao realizar o trabalho voluntário, Sônia se identifica com as mães dos bebês que são destituídos do poder familiar, diante de um projeto de vida

que já estava sendo desejado: a adoção. Neste sentido, ambas experienciavam a “perda” do filho.

Neste caso, percebe-se a participação de Sônia e a mobilização para tal trabalho como uma tentativa de *conhecer o outro lado*, mas também de reparar suas fantasias de roubos (também se pode destacar as fantasias de ataques à própria mãe, de roubar seus bebês, oriundas nos estágios iniciais do conflito edipiano), visto que a adoção seria possível a partir da destituição do poder familiar, o que se pode nomear como experiências emocionais de cunho intenso e ambivalente diante dos processos inconscientes. Ao mesmo tempo, o desejo de adoção se sobrepõe às suas fantasias de desejar a destituição do poder familiar.

Todo o processo de adoção, conforme acompanhado anteriormente, desde o momento em que o pretendente reconhece o interesse por tal caminho, é permeado de persecutoriedade, fantasias e ambivalências.

Assim, foi possível observar que o início do processo de adoção com o preenchimento do formulário referente aos interesses desses pretendentes torna-se um mobilizador de angústias inconscientes, não ficando claro aos pretendentes que pode favorecer na vinculação da relação mãe-bebê e nas possibilidades de “dar certo” a adoção, evitando futuras devoluções.

Sônia apresenta, em um primeiro momento, o perfil de criança que deseja adotar, porém, em face da demora em finalizar este processo, descobre que a abertura do perfil aumenta as possibilidades de agilizar a adoção, assim “*libera o perfil*”. Entretanto, compreende-se que a liberação de perfil pode favorecer o andamento da “fila”, mas não significa que facilitará o desenvolvimento do vínculo nesta relação e da “satisfação” do desejo. Sônia não reconhece suas limitações e, movida pelo longo período de espera (quatro anos), opta por ampliar suas possibilidades de ser mãe.

Ao mesmo tempo, percebe-se também que a adoção se consuma em relação às características apresentadas no primeiro perfil, “meninas com menos de quatro anos”, o que permite analisar a importância de respeitar o desejo dos pais, pois, no caso de Sônia, apareceram outras crianças ao longo do percurso que não foram acolhidas pelo casal.

Outro fenômeno que se pôde perceber, refere-se aos períodos de avaliação dos pretendentes antes da adoção, ou seja, há inúmeras avaliações dos candidatos

para a validação do processo, o que para muitos pretendentes intensifica os aspectos persecutórios, o qual pode ser percebido também no encontro com a pesquisadora, ao encontrar a mãe limpando a casa previamente ao encontro que teria com a pesquisadora, apreensiva, inicialmente, quanto à entrevista, como se fosse um procedimento avaliativo, o que foi amenizado ao longo da entrevista, *a priori* pela presença do TCLE.

Sônia apresenta, a todo o momento, esse desejo pela maternidade, o que leva a confirmar as implicações nomeadas anteriormente, visto que, com isso, precisa lidar com suas fantasias inconscientes para que possa viver tal experiência.

Tal desejo pela maternidade foi sendo apresentado na entrevista e nos desenhos, porém notou-se certa fusão neste movimento, como observado no primeiro desenho “corpo a corpo”, no qual se observa mãe e filha desenhadas iguais, sendo a filha uma miniatura da mãe, ambas embaladas em um sono, conforme também foi visto na estória como: “... *eu até desenhei ele dormindo sorrindo e, a mãe eu acho que está com tanto sono também que acaba entrando no mesmo esquema*”.

Destaca-se, aqui, o ideal de mãe que é construído no imaginário desta mulher, a qual idealiza tal condição, dificultando as desconstruções deste lugar, para que possa, com isso, enxergar o bebê como um “outro”, de forma a compreender as reais necessidades dele.

No segundo desenho, observou-se o modo como aparece a relação mãe-filha, apresentando aspectos narcísicos desta mãe, voltada para esse lugar do idealizado, embalada em seus próprios sonhos e desejos, além de permanecer na fusão com a filha. Contudo, uma mãe voltada a si mesma e uma criança sedenta de fome e assustada.

Neste momento, considera-se relevante apontar para o quanto essa mãe está vinculada aos cuidados físicos de nutrição, sendo necessário manter as filhas saudáveis (“gordinhas”, “bochechudas”), como garantia de cuidados efetivos e reais, tornando-a boa mãe. Isso faz olhar para esse lugar do desejo, que por vezes a tem deixado “sonolenta”, voltada para seus aspectos narcísicos, os quais a distanciam da promoção de outros tipos de cuidados, como os de ordem mais subjetiva, que poderão amparar as necessidades psíquicas deste bebê fruto de um abandono.

Sônia vivenciou a experiência de espera para a adoção como um processo gestacional, com o interesse de tornar o mais próximo possível do natural. Isso

possibilitou experimentar a condição de preocupação materna primária que é vivida como uma identificação primitiva às necessidades reais destes bebês, entretanto, pôde-se notar que aspectos narcísicos acabaram se sobrepondo em determinados momentos, impossibilitando a vivência integral deste importante momento do desenvolvimento, o qual favorece a vinculação mãe-bebê.

Foi possível notar que, dentro do processo de fusão mãe-bebê, encontra-se uma dificuldade materna em se desprender das crianças para resgatar sua vida e permitir o desenvolvimento individualizado dessas crianças, as quais vivem integralmente com a mãe, por meio de uma “dedicação exclusiva” a elas até no dia da entrevista, não permitindo a entrada das filhas na escola ou em outros grupos. Isso possibilitou pensar sobre a dificuldade acentuada da fala de uma das filhas e a permissão para o desenvolvimento e crescimento delas, o que impulsionaria ao desenvolvimento das condições maternas de Sônia e o enfretamento da realidade da adoção, com as idas à escola, a outros grupos e em relação às próprias filhas.

Sônia, assim como todas as mães, carrega consigo sentimentos onipotentes, o que intensifica seu ideal de ego, como o fato de ter salvado duas vidas e a necessidade constante de as filhas “reconhecerem-na” por meio do sentir-se amada por elas. Além de um desejo de romper com a história pregressa das filhas, a partir de uma troca de nomes, o que na fantasia, aproxima de um nascimento por meio de um parto natural e de um rompimento com a experiência de que suas filhas tiveram uma mãe biológica.

Foi possível compor algumas ideias centrais sobre o desenvolvimento da maternagem nesta mãe e as implicações no vínculo a ser desenvolvido entre mãe e filhas, os quais serão mais discutidos na integração dos casos e nas categorizações dos elementos que se objetiva estudar.

5.2 Estela

5.2.1 Caracterização

O primeiro contato com Estela (34 anos) foi por telefone – a partir do contato prévio realizado pela psicóloga do judiciário –, e ela prontamente se disponibilizou a participar da pesquisa. Explicou sobre a necessidade de ser em sua residência aos sábados, visto que tinha uma rotina de trabalho até às 18h durante a semana. Foi

estabelecido um novo contato para agendamento do dia e horário que a pesquisadora pudesse encontrá-la para realizar os procedimentos do D-E com Tema e a entrevista.

A pesquisadora compareceu em dia e horário combinado, porém não havia ninguém na casa. Passado alguns minutos, ao entrar em contato novamente por telefone, Estela pediu para aguardar um pouco, pois estava em local próximo à sua residência. Chegaram Estela, seu marido (32 anos) e sua filha.

A entrevista aconteceu na sala da casa de Estela. Seu marido chegou e saiu, sendo questionado à pesquisadora se ele precisaria participar do processo de entrevista, sendo esclarecido que não seria necessário. Entretanto, a pesquisadora apontou a preocupação de a criança presenciar toda a conversa e os questionamentos que porventura fossem realizados, então Estela disse não haver nada que não pudesse ser conversado na frente de sua filha, pois ela vivenciava todas as conversas.

Estela solicitou que fosse aguardado um pouco até que ela organizasse as compras, observando, contudo, uma apreensão e “correria” com as coisas que estavam acontecendo, sendo uma sequência de ações disparadoras de tensão.

A entrevista fora agendada no sábado às 14h, desta forma, iniciou-se por volta das 14h40. As atividades que despertaram a atenção da pesquisadora inicialmente foram: a colocação de um colchonete no chão, para a criança almoçar, a improvisação do almoço para a filha (semipronto) e a entrega do prato para a filha que se sentou no colchonete para se alimentar.

Iniciou-se, então, a conversa e passados cerca de 40 minutos, surtiu na pesquisadora um incomodo e apreensão pelo fato de a criança ouvir toda a conversa, até que em um determinado momento, a criança ergueu seu vestidinho e abaixou a calcinha no meio da sala, agachando para fazer “cocô”. Neste momento, Estela observa a cena e busca um pinico para que Gi fizesse suas necessidades fisiológicas próximo à cozinha. Esses fatos geraram na pesquisadora um estranhamento, a ser considerado na análise dos dados.

Após passar um período de acomodação de todas as atividades de Estela e do marido sair para jogar futebol, iniciou-se a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo o aceite de Estela. A partir deste momento, deu-se início ao procedimento do D-E com Tema e em seguida à entrevista semiestruturada, que

foi sendo realizada sem marcadores específicos, surgindo questionamentos em forma de diálogos a fim de cumprir com os objetivos da pesquisa. Um dado significativo percebido pela pesquisadora foi referente à necessidade de um espaço de fala, em que ao solicitar o desenho e a estória do procedimento D-E com Tema, Estela narrou suas vivências de modo intenso, não criando uma estória específica, mas contando sua estória de vida com sua filha. Esses elementos encontram-se descritos mais adiante, no item 5.2.2 a e b.

Estela trabalha na área de vendas e, como trabalha perto de sua residência, tem se organizado para cumprir algumas atividades com a filha. Já o marido, que trabalha em uma distância maior, possui mais dificuldades de estar presente em horários diversificados, como também no horário de almoço.

5.2.2 Procedimento Desenho-Estória com Tema

a) Primeira unidade de produção: “Uma mãe cuidando de um bebê”

Figura 3 - Primeiro desenho de Estela no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da Autora.

Quadro 4 - Primeira estória de Estela no D-E com Tema

Título: Ser Mãe

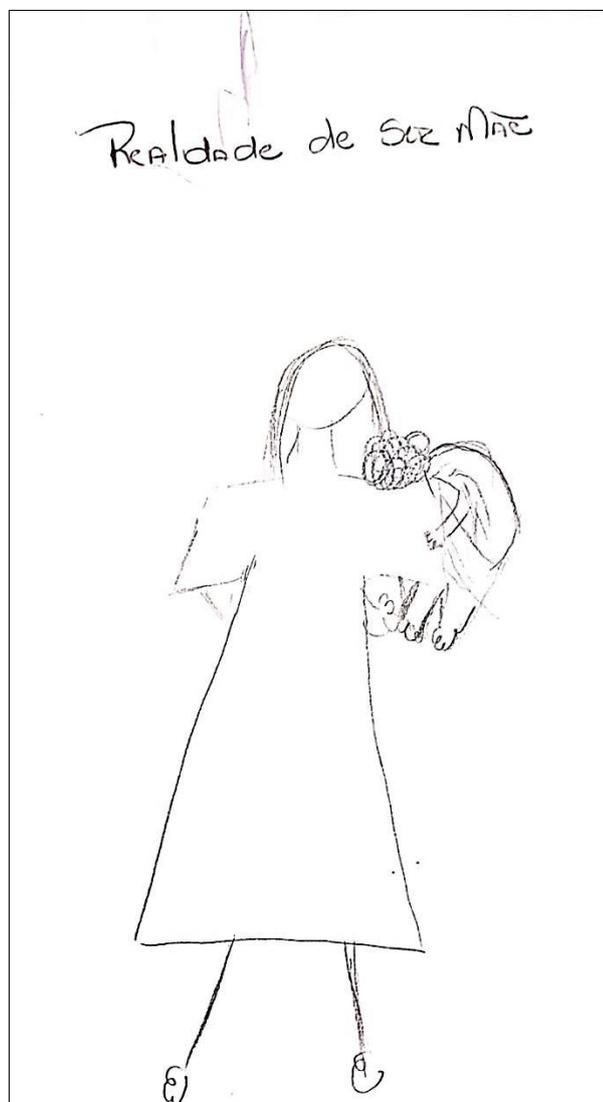
Estória:

[enquanto desenha] Eu vou... fazendo, acho que é a fase que a gente está vivendo agora, aqui ela está indo pra escolinha, e agora que eu e a Gi estamos mais assim, tornando mãe e filha... porque, assim, no começo, desde que ela chegou ela ficou... lógico, todos os dias comigo, mas só que durante o dia ela ficava com a minha sogra... e aí minha sogra cuida de um jeito... minha sogra, eu não sei o que aconteceu, ela colocou na cabeça dela que a Gi é filha dela... isso complicou muito, porque... a Gi

quando ela chegou pra mim ela veio com uma rejeição muito grande de mãe... então, foi muito difícil no começo porque ... tudo pra ela... ela me via como a pessoa má, entendeu? E assim, eu acho que muito também ajudou eu ficando um pouquinho, sabe... só vendo ela à noite, porque... chegava durante o dia, todo mundo mimava ela, quando eu não estava, à noite quando eu chegava do serviço, era a hora de eu corrigir, entendeu? E na hora de eu corrigir eu ficava como uma pessoa má, e aí eu tive assim, que mudar toda a minha rotina, colocar ela na escolinha à tarde, aqui de manhã fica uma pessoa cuidando dela, eu tenho mais tempo pra ficar com ela porque, de manhã, às vezes... muitas vezes ela já acorda 7 horas, eu fico uma hora ainda com ela antes de ir pro serviço... e, venho no almoço, eu que dou banho, eu que dou comida, eu que levo na escola... então a gente, agora que está tendo essa proximidade maior, até porque a gente... foi muito difícil no começo... muito mesmo. Todo esse processo e eu acho assim que a fase que a gente está, eu estou me sentindo mais mãe da Gi agora. Pronto eu acho que é isso. (Você poderia contar uma estória do seu desenho?) Então, a história é essa que eu estava até falando de... que a proximidade minha, agora que eu consigo... que, como que eu posso dizer, que parece uma boberinha, eu vim na hora do almoço vim dá comida pra ela, mas é super importante eu vim dá banho... eu vim faze! Não pagar pra ninguém fazer, porque a moça que fica de manhã, eu falo que ela fica só pra conversar com a Gi e só pra brincar com ela... porque EU quero dar banho, EU quero dar comida, eu quero conversar assim né... na hora da comida, na hora do banho e... assim, até a gente chegar na escola a gente vai conversando, a gente vai brincando entendeu? Até chegar lá e assim... é... chega até dar dó de deixar, você quer trazer né, porque... é muito diferente do que como a gente estava fazendo... de ir cedo. O Junior ia cedo deixava ela lá na minha sogra... ela ficava com a Gi e aí voltava, o Junior voltava do serviço e pegava ela lá. É, o dia inteiro, e assim, eu ia na hora do almoço, mas assim, quando chegava lá, a Gi não vinha de jeito nenhum, de jeito nenhum, a Gi assim... de longe ela já falava que não queria, que ela não queria por perto né, ela já ia no colo de todo mundo menos do meu e... até nos finais de semana eu comecei até a cortar de ir lá porque eu não estava conseguindo pegar ela no colo, o Junior ficava bravo comigo, falava assim “você tem que pegar ela” eu falei assim “pra ela vim chorando, pra ela...” porque eles também não me ajudavam entendeu? Nessa parte, então... foi dolorido, mas teve que ter essa quebra também, foi muito necessário... é... difícil mesmo, porque teve que ter uma quebra na família, por causa disso, porque... assim ... minha sogra não aceitou, ela não aceita que a Gi fica com outra pessoa aqui, que a Gi vai pra escola, que ela fala que a Gi tinha que ir pra escola, mas... foi necessário e pra mim está sendo ótimo, ótimo mesmo. Melhorou muito, muito, muito... a Gi me respeita, me vê como mãe agora, sabe? Qualquer coisa que acontece ela corre pra mim, que era isso que... EU sou o porto seguro dela, né? E ela não vinha correndo pra mim de qualquer coisa que acontecia... e isso... eu falava assim “Nossa eu lutei tanto pra ter um filho... e isso está me fazendo mal desse jeito!” e agora, agora que está bom. (Quanto tempo vivendo esta fase?) Ah, tem um mês mais ou menos. É bem recente, mas assim, já sinto a diferença... nossa é muito grande, e bem melhor de tudo, a gente está sofrendo assim, porque a gente teve que dar uma distanciada, mas foi necessário, porque... do jeito que tava não dava pra continuar... então a fase que eu estou vivendo melhor é essa agora de escola, porque eu achava que escola ela ia sentir muito a minha falta como... eu já fui pra escola e sentia muita falta da minha mãe, creche eu sentia muito... eu falo até hoje, eu tinha dó, mas agora eu vou lá, eu vejo que é necessário pra ela, ela está aprendendo muita coisa, ela se desenvolve muito bem, ela está cantando, tá contando, ela conta história pra mim... então isso é necessário, eu tenho certeza que... eu achei que seria difícil eu deixar ela, mas ... (Você poderia colocar um título para sua estória?). Um título... eu não sei... pode ser um ... um amadurecimento ... “ser mãe” ... porque... é agora que eu estou vivendo como mãe... eu acho que é isso “ser mãe!”.

b) Segunda unidade de produção: “Você cuidando do seu bebê que adotou”

Figura 4 - Segundo desenho de Estela no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da Autora.

Quadro 5 - Segunda estória de Estela no D-E com Tema

Título: Realidade de ser mãe
Estória: <p>[enquanto desenha] <i>Eu acho que... eu não sei fazer, mas... estou fazendo a Gi dormir ou alguma coisa assim. (Como você contaria a estória desse desenho?). Desse desenho... que assim, é... como pra toda mãe eu creio, eu acho... o que eu vejo hoje... é... uma mãe fala assim, quando o bebê está sendo gerado dentro da barriga... ela já vem tendo aquela experiência, ela já vai sentindo, porque é uma transformação, eu falo que... homem se torna pai sim... mas não com essa quebra assim igual de mãe, entendeu? Porque assim, a mãe vai se transformando, vai... né? Ela vai sentindo o bebê... tem toda essa transformação... com tudo isso ainda</i></p>

muitas delas têm depressão pós-parto ou alguma coisa assim né... e a Gi na minha... no meu caso... a Gi... ela apareceu muito rápido... por tudo que a gente ouviu falar, a gente ficou muito pouco tempo na fila... e aí... a Gi apareceu, mas assim... todo esse tempo que a gente fez curso... a gente fez... teve muito acompanhamento psicológico... tudo isso... mas, isso tudo ainda não é o suficiente... não substitui uma gestação... entendeu? Então na hora que a Gi chegou foi... porque assim... eu virei mãe do dia pra noite... a Gi chegou a gente já começou a fazer as visitas, a aproximação e foi muito rápido e a Gi já veio... já veio e ... eu lembro que a primeira vez que a gente foi buscar ela pra dormir... o Junior tinha uma reunião na igreja e ele foi no lar, me buscou e deixou eu aqui... sentada... me trouxe, eu coloquei ela assim, eu olhei pra ela e falei assim, mas o que eu vou fazer pra ela de comida? Sabe?... perdida, perdida... e foi uma noite que ela não dormiu, porque ela estranhou tudo... com razão... ela é muito apegada com o Junior... e aí dormiu a noite inteira assim, em cima dele, o pouco que ela dormiu ela dormiu em cima dele, mas ela acordou muito e aí... eu não dormi nada a noite, no outro dia de manhã eu já estava com ela no colo assim, e aí... preparando mamadeira, já pensando no almoço, o que eu ia fazer no almoço e já pensando na mamadeira da tarde... e já pensando como fazer ela dormir de tarde e se dormir um pouquinho você já está lá em cima e pensando na janta... e ... na hora que eu fui pensar em mim, já era 11 horas da noite, eu estava com roupa de dormir desde cedo que eu não tinha tirado ... e assim... essa quebra foi muito brusca, porque na hora que eu entrei, que foi 11 horas da noite pra tomar um banho, de baixo do chuveiro eu começava a chorar e falava assim: “como que eu vou falar, que eu vou devolver ela?” porque ... era esse meu pensamento, porque eu não vou dar conta... porque é uma transformação muito brusca, não que você não vai superar, porque depois você supera... mas, assim, você fala... “gente é um ser que depende de mim pra tudo!” Pra trocar, se chorar tá com uma dor... e a Gi assim... foi uma mudança muito brusca... e aí... é ... eu comecei a entender mais ou menos... mais ou menos né... a depressão pós-parto... assim, porque... você fica “meu Deus e agora, como que eu vou fazer?” porquê... você adotar e falar que vai adotar, é uma coisa ... na hora... porque, assim, você tem todos os acompanhamentos psicológicos, todas as... teorias, eu não tenho muita teoria não de... como que a criança vai chegar, mas eu acho que isso é o normal da vida, porque as mulheres não têm isso, entendeu? Você aprende isso na raça..., mas... foi, muito difícil, muito difícil e aí... como ela era bem pequenininha e já com uma urgência tão grande de mãe... então... aí foi mais difícil ainda, mas... quando a gente vai superando... a gente vai tendo paciência... aí eu... essa fase do cuidado que eu coloquei aqui... eu cuidando dela, foi um aprendizado a cada dia, cada momento... porque... é tudo muito difícil, e tudo muito complexo... (Qual o título que você colocaria para esta estória?) Esse daqui? É... não sei... talvez... a realidade de ser mãe... porque assim, a gente pensa uma coisa, e quando vê é outra.

Fonte: Arquivo da Autora.

5.2.3 Síntese da entrevista

Como se pode notar, parte da entrevista se compôs no procedimento do D-E com Tema, em que houve verbalizações significativas que compuseram as análises.

Foram explorados, também, outros elementos apresentados por Estela ao longo da conversa com a pesquisadora.

Inicialmente, considera-se importante referendar os motivos que a levaram à adoção, e tal decisão foi tomada em face da infertilidade do marido. Diante deste fato, pensaram na possibilidade de realizar a fertilização *in vitro*, mas, por ser um procedimento com valor financeiro alto, preferiram não dar seguimento a esta proposta.

Estela sempre teve o desejo de adoção, desde a adolescência desejava adotar uma criança com deficiência. Em um determinado momento, em que o casal está definindo sobre a adoção, encontraram com uma pessoa que tinha o interesse em dar o filho, um bebê “cego”. Então, chegaram a conviver um pouco com a criança para ajudá-la, dizendo tê-la amado no pouco tempo que estiveram juntos, mas não a “pegaram”.

Como apresentado acima, neste período, o casal estava iniciando o processo de adoção e ao preencher o formulário para análise de perfil não colocaram especificações sobre as características que desejavam na criança. Estela considerou o fato de não haver essa possibilidade quando há a gestação biológica do bebê, ou seja, se fosse de sua barriga não teria também como realizar escolhas e cuidaria da mesma forma de seu filho, independente de suas características ou deficiências, deixando a “*cargo de Deus*”.

Houve vários encontros com os psicólogos enquanto estavam sendo avaliados, em especial encontros com o marido, pois o acharam triste e quieto durante o andamento do processo, o que possibilitou “trabalhar” com ele, na medida do possível, seus reais interesses na adoção, o que favoreceu seu aceite desta realidade. Também chamaram os pais de ambos (de Estela e de seu marido) para checarem as condições reais para adoção de uma criança com deficiência.

Enquanto estava vivenciando as etapas do processo de adoção, em especial na metade do curso de preparação para adoção, já existia a possibilidade de encaminhamento da Gi para o casal, entretanto, ainda estavam sendo avaliados. Assim que o curso finalizou, Estela recebe a ligação do fórum questionando-os sobre o interesse na adoção, com apenas seis dias que estavam efetivamente na “fila” para adoção.

Isso foi um *susto*, pois há uma diferença em esperar um tempo para receber um filho, e de fato tê-lo em sua vida. Desta forma, chega Gi, com o diagnóstico de microcefalia. “*Na hora que você já sabe que ele já tem um problema... é um... calma, deixa eu respirar, deixa eu colocar tudo pra dentro, digerir tudo... eu fiquei assim...*”

passada... eu falava ... você quer ver as fotos? E eu falava na hora não, quero ver as fotos sim! E aí até então as fotos delas tinha língua azul ... era a primeira vez que tinham dado um pirulito azul, e tava todo azul e eu falava “realmente ela tem um problema, muito grave... eu estava tão assustada, ela não tinha cabelo nenhum e o olho dela é grande, eu não vejo mais isso, mas... o olho saltava muito mais, porque ela não tinha cabelo, e eu falava não, realmente ela tem problema”.

Estela conta que, para Junior, foi imediato o interesse por Gi, e ao conhecê-la solicitaram o prosseguimento das documentações e as idas aos médicos para compreender as reais necessidades da criança em face da deficiência. “A gente se apaixonou por ela no primeiro momento”.

Em uma das idas aos médicos, após a adoção, foram ao neurologista que acompanhou Gi desde o seu nascimento, o qual apresentou aos pais que algo teria acontecido referente ao diagnóstico que possuía de microcefalia, relatando que o mesmo não procede mais, acrescentando que a dificuldade que Gi teria ao longo da vida seria em matemática no período da adolescência. Contudo Estela diz: “doutor isso eu também tenho, pode ficar tranquilo, matemática eu sou horrível então nós seremos iguais. E ele falou assim: Se vocês creem em Deus, esse foi o milagre, porque eu não sei”.

Para Estela, a história de Gi foi um milagre recebido de Deus e algo único em toda a história que ela já havia ouvido sobre adoção. A presença da espiritualidade, de uma crença divina ficou explícita ao longo de suas falas.

Gi advém de genitores usuários de drogas e 5 ou 6 irmãos, todos vivendo em famílias extensas, ou seja, com tias e avós. No caso de Gi, foi para uma família acolhedora, “a mãe, na verdade, estava tão desesperada pra consumir o crack... depois que teve ela no hospital... que tentou arrancar o umbigo dela, tentou puxar o umbigo dela... pra ela sair logo”.

Estela nutre um sentimento de gratidão pela genitora de Gi, em razão de ter permitido a ela a oportunidade de ser mãe, desta forma não sente raiva e outros sentimentos desta ordem.

Gi, inicialmente, viveu em uma família acolhedora com duas mulheres que, após a definição da adoção por Estela e Junior, sofreram com a separação. Estela sentiu que havia um interesse delas na adoção de Gi, porém aos poucos foi ocorrendo uma separação e as duas mulheres foram vivendo o luto pelo

afastamento de Gi e construindo um novo formato na relação a partir de uma convivência esporádica entre elas (Gi e família acolhedora).

A mãe apresenta que a experiência com a filha adotiva a completa, considerando-a *perfeita*. Apenas não pôde ter, em razão de não ter vivido uma maternidade, o “*chá revelação*”¹⁹, mas pôde realizar a festa de aniversário do primeiro ano de sua filha.

Relata que o fato de não sentir os movimentos da gestação é compensado por sua filha chegar com uma etapa inicial e dificultosa já vencida, como por exemplo, o fato de poder sentar.

O relato da mãe é que Gi é muito *arisca*, demora um tempo para se ambientar em um novo lugar “*ela dá um trabalho, ela fica no colo, ela fica querendo entrar dentro da gente sabe? Mas, depois que se acostuma...*”.

Estela diz que o marido a considera uma pessoa brava, que grita muito e não autoriza a filha a fazer tudo o que quer, ao mesmo tempo, também entende que isso parece assustar sua filha.

A pesquisadora intervém com um questionamento quanto aos sentimentos que teve quando entrou em contato com sua filha. E, a esse respeito, relata que, inicialmente, não foi um vínculo imediato e com sentimento de mãe e filha, “*era um sentimento que eu quero ela pra mim, que eu quero cuidar dela, mas assim... eu me senti mãe a partir mesmo do momento que ela começou a me chamar de mãe, que eu acho que quando ela falou mãe foi o primeiro*”.

Quanto à adaptação, Estela conta que não foi fácil, em decorrência das grandes descobertas que fizeram juntas, consegue agora perceber o olhar, seus sentimentos e suas doenças. Foram duas semanas muito difíceis, sem conseguir dormir. Além da adaptação quanto às privações de prazeres (passeios, festas e mais liberdade para saírem da rotina), precisaram abdicar de muitas outras coisas e viver um período de transformações, tanto psíquicas quanto financeiras.

O período em que Gi esteve com a sogra de Estela (conforme relatado no D-E com tema), em virtude de suas rotinas de trabalho, foi estressante e desgastante, pois precisava esperar um tempo para ela se *acalmar*, chegando à sua casa com Junior *mega revoltada* “*eu ia conversar com ela lá pelas 7 ou 8 horas, você entendeu? Era uma conquista todos os dias, então foi sofrido... até o ano passado,*

¹⁹ Momento em que se desvenda o sexo do bebê em uma festividade.

até um mês atrás... mega sofrido ainda sabe?" Neste período, ao chegar à sua casa, o primeiro contato com a mãe era agressivo (*mostrava a língua*).

A partir desses comportamentos, Estela optou por mudar seu modo de organizar a rotina, procurando uma escola para matricular sua filha e incluindo a contratação de uma babá, o que implicou a necessidade de certo afastamento familiar, para que pudesse compor um convívio mais próximo entre mãe e filha.

Assim, passou a equilibrar amor e regras, pois vivenciaram dois processos de adaptação de mãe e filha, considerando a experiência vivida com o intermédio da sogra.

Além disso, ressalta que o processo de adoção é complexo e que exige um preparo maior, em virtude dos enfrentamentos necessários para adaptação. Estela faz referência ao grupo que prepara os pretendentes à adoção, o qual deveria abordar mais questões, ter um período maior de discussões de temas voltados à adoção e à relação inicial e de adaptação com a criança.

Contudo, Estela tem pensado em uma nova adoção, em um novo cadastro. E, com esse novo desejo, quis também que sua filha estivesse mais perto dela, que pudesse "criá-la".

Ao falar sobre adoção, apresenta a ideia de que a pessoa ou casal que participará de tal processo não encontrará a criança idealizada, *"limpinha dos olhos azuis, loirinha que está lá linda, educada esperando você, não existe isso, a realidade do lar é crianças pobres, crianças mal tratadas, a maioria adolescentes"*.

Também discorre sobre as experiências de rejeição que vivenciou com Gi e que irá vivenciar quando as pessoas falam sobre a adoção e os mitos que foram construídos, por exemplo, *"nossa, você viu? Ele é revoltado, porque ele é adotado"*. *"Qualquer adolescente se revolta, qualquer adolescente é revoltado por ele mesmo"*. Além de vivenciar experiências que supervalorizam Estela e seu marido por terem adotado, como sendo pessoas abençoadas. Nessa perspectiva, Estela acrescenta *"ela que fez um bem pra nossa vida, ela que transformou nosso coração, ela ter vindo foi a melhor coisa! Ela que tá jogando o tijolinho dela pro céu, não é eu não! Eu cuido dela sim, com todo o amor e carinho, mas ela trouxe uma alegria que não tem igual"*.

5.2.4 Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral

Estela apresentou inúmeros elementos importantes de serem vistos para a composição da maternagem. Em um primeiro momento, evidencia-se a dificuldade desta mãe em se aproximar do desamparo vivido por Gi no início de sua vida. Isso pode ser considerado pelas vivências da rejeição de Gi, a qual estava em busca de um lugar no mundo, com a tentativa de possuir um lar, com isso, apresentou-se com toda sua agressividade, a pedido de contenção para sentir-se segura e pertencente a esta nova casa.

É preciso considerar que houve, nesses seis meses de vida de Gi até chegar à Estela, dois rompimentos significativos: o primeiro com a genitora e o segundo com a família acolhedora. Diante disso, Gi vivenciou experiências de desamparo que podem mobilizar elementos agressivos e de teste ao ambiente, porém, como esteve com uma mãe com alguns recursos psíquicos pouco desenvolvidos no momento da adoção, o que dificultou a tolerância às frustrações pela desconstrução do ideal sonhado, a agressividade apresentada pela criança não foi pensada pela mãe e contida a fim de organizar os conteúdos psíquicos deste bebê.

Estela precisava se preparar para investir no bebê, neste sentido, foi uma mãe que inicialmente não conseguiu libidinizar sua filha. Assim, quem exerceu essa função primeiramente foi sua sogra, da qual Estela precisou se afastar para que pudesse conter os elementos invejosos que porventura apareceram nesta mãe, ou seja, uma possível inveja da condição materna da sogra.

Para tanto, a preocupação materna primária de Estela iniciou-se a partir do período que esta mãe pôde se identificar com a filha e se misturar parcialmente, emprestando seu *self* para compor este “outro” em condições de amadurecimento. A respeito desta composição psíquica, ou melhor, deste desenvolvimento psíquico, o vínculo mãe e filha vai tendo espaço para se construir.

Dentro desta questão importante para o desenvolvimento da relação vincular, é importante considerar que Estela teve um *susto* com a chegada de Gi, pois estava finalizando os encontros no grupo de apoio, além disso, havia uma ideia construída de uma demora significativa na “fila” de espera até que esta criança fosse encontrada. Contudo, cabe ressaltar a necessidade de um tempo de preparo psíquico a partir do momento em que o pretendente entra nesta “fila”, visto ser importante a preparação deste para a chegada do filho (a), isso de algum modo

auxilia no desenvolvimento da preocupação materna primária. Considera-se, desse modo, que há um tempo necessário de “gestação” deste(a) filho(a), pois este tempo por vezes é curto demais e não permite o desenvolvimento de condições necessárias para o recebimento desta criança e pode ser também um tempo longo demais, que excede o período de desejo deste(a) filho(a).

Com Estela percebe-se que seus aspectos narcísicos, de estar mais ligada às necessidades maternas e a um ideal de mãe, sobrepujaram ao período em que precisava “aguentar” as agressões, os choros e as rejeições da filha que estava ainda testando o novo ambiente. Diante disso, se afastou das reais necessidades psíquicas do bebê.

Contudo, Estela cita a depressão pós-parto e pode-se nomear a possibilidade desta mãe ter vivido o que Levinzon (2015b) trouxe como a depressão pós-adoção. Levou um tempo para que Estela pudesse resgatar a relação com a filha, a tempo de construir um vínculo mãe-filha. Foi possível perceber, com isso, que ao sair deste lugar adoecido, pôde iniciar um resgate da relação com sua filha, partindo de um lugar de reorganização de suas rotinas e com um novo olhar desta mãe para as necessidades da criança, um olhar mais vivo, promovendo uma aproximação maior do *holding*, o que favoreceu o desenvolvimento do vínculo afetivo.

Havia um desejo desta mãe, desde a adolescência, em ter um filho com deficiência, pois tinha fantasia de que teria um filho amoroso e ligado a ela, exposto em seu discurso quando no ato da entrevista. Isso precisou ser desconstruído na medida em que se deparou com outra realidade, ou seja, a deficiência de Gi traria outras implicações e, com a progressão do quadro diagnóstico, estava com uma criança com poucas limitações, o que pode ter potencializado a vivência da depressão pós-adoção, visto que além da fantasia de uma criança amorosa, encontra Gi com diversos elementos agressivos, fruto das experiências de abandono.

Diante desta situação, no segundo desenho, intitulado “A realidade de ser mãe”, nota-se uma “criança-pacote” sem vida e uma mãe também sem rosto, desvitalizada. Assim, pode-se observar na relação mãe-filha uma vivência do luto pelo filho perdido, pela filha ideal, a filha da fantasia e a desconstrução do ideal de mãe, desta mãe apenas boa, ou seja, um processo novo, uma construção vincular que está se iniciando entre mãe e filha.

Por fim, um elemento a ser considerado pelo desconforto gerado à pesquisadora, é o evacuar de Gi durante o processo de entrevista ao lado dela, na cozinha em um piquete. Esta cena brotou um sentimento de estranhamento na pesquisadora, em virtude de uma representação do movimento materno em conter as experiências de medo, insegurança, que podem ter emergido na criança durante a conversa da mãe com a pesquisadora sobre sua história de vida, em razão, muitas vezes, do intenso processo de visitas jurídicas e conversas sobre sua história. Tal situação pode ter sido um representante do recordar das dificuldades maternas vividas na dupla mãe e filha durante esses primeiros anos de vida. Entende-se, também, que a criança vivenciou desconfortos e medos na presença da pesquisadora e a mãe, em seu processo de reconectar com a criança e um tanto ansiosa com o reviver de suas experiências afetivas, pode ter se desorganizado emocionalmente a ponto de apresentar certa desintegração no processo de cuidado e de continência afetiva.

5.3 Dolores

5.3.1 Caracterização

Dolores foi um dos contatos recebidos pelo fórum em um segundo momento, conforme apresentado no “percurso metodológico”, neste sentido, quando a pesquisadora fez a primeira ligação telefônica para explicar a pesquisa e realizar o convite para participação, Dolores preferiu entrar em contato com o fórum primeiramente e depois voltaria a falar com a pesquisadora.

Após essa checagem com o fórum, se prontificou a participar da pesquisa e foi a única mãe que fez uso da sala de atendimento psicológico disponibilizada pela pesquisadora na cidade em que ela teria acesso. Assim, o encontro se deu neste local.

O encontro foi agendado para uma sexta-feira às 13h30. Quando a pesquisadora chegou ao local, alguns minutos antes do agendado, Dolores já se encontrava aguardando sozinha na sala de espera. Ambas se dirigiram ao local indicativo para a realização dos desenhos e da entrevista, sendo estes processos realizados em uma sala no andar inferior. Ao descer as escadas, passaram por uma menina, em torno de 10 anos estudando em uma mesa no corredor, a qual era a primeira filha adotiva desta participante, entretanto, em nenhum momento houve

algum tipo de troca, sendo assim, passaram direto, como se fosse uma pessoa “desconhecida”.

Iniciado o procedimento do D-E com Tema, ela avisou que estava um tanto apressada em virtude de outras atividades que precisava desempenhar no mesmo dia, mas ficou o tempo necessário para a pesquisa.

Houve certa dificuldade em estabelecer um contato mais próximo com a participante e, em alguns momentos, a entrevista pareceu um tanto repetitiva, pois a pesquisadora colocava alguns questionamentos aos quais Dolores respondia de modo a não demonstrar compreensão ou significado, tecendo respostas desconectadas com o campo dos sentimentos, trazendo ampla racionalidade ou atributos divinos.

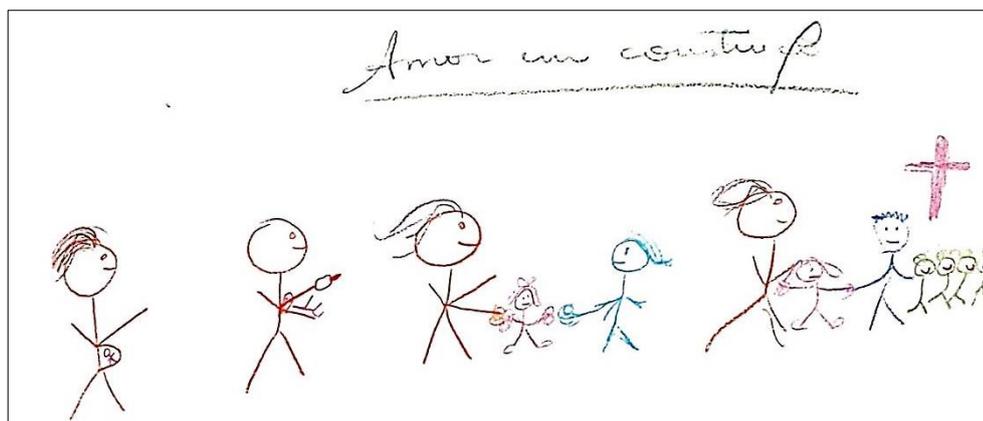
Ao encerrar a entrevista tiveram um reencontro com a garota que aguardava a mãe na mesa fora da sala e um tanto distante do local onde foi realizada a pesquisa e se dirigiram até o andar superior, Dolores se dirigiu a frente e a menina atrás, apressando-a.

Dolores (55 anos) é profissional da saúde aposentada, atuante em especialidade infantil, casada, possui duas filhas biológicas (29, 22) e duas filhas adotivas (10 e 4). Teve um aborto espontâneo durante a gestação da terceira filha, antes da chegada das filhas adotivas, porém estava na fila de adoção desde a primeira filha biológica. Sobre o marido, diz estar casada há 37 anos.

5.3.2 Procedimento Desenho-Estória com Tema

- a) Primeira unidade de produção: “Uma mãe cuidando de um bebê”

Figura 5 - Primeiro desenho de Dolores no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da Autora.

Quadro 6 - Primeira estória de Dolores no D-E com Tema

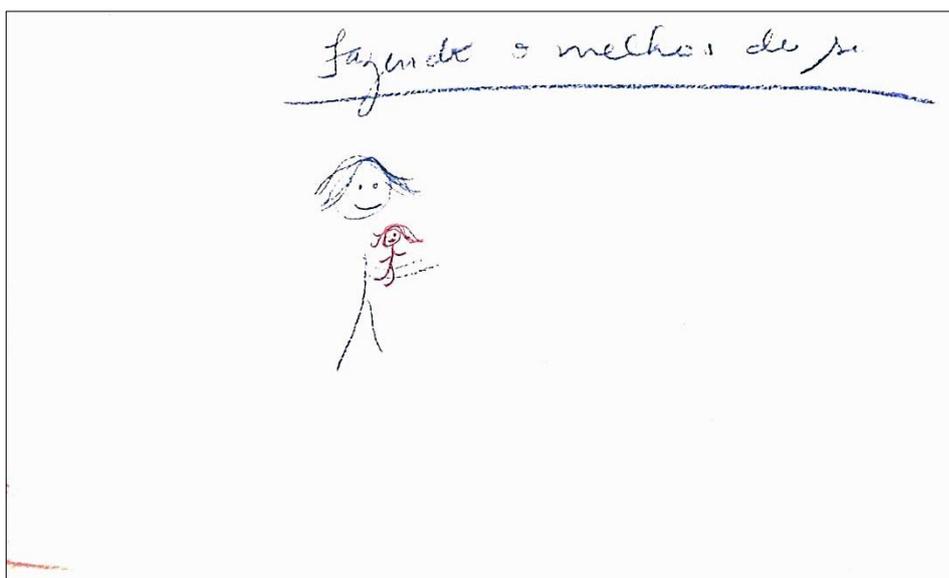
Título: Amor em construção**Estória:**

[Enquanto desenha] *Eu vou mais rapidinho porque também não tenho muito tempo, tenho que arrumar mala, pois sete e pouco tenho que estar em outra cidade. Meu Deus do céu, eu queria outra cor, isso aqui tudo interfere, né? (se referindo que os desenhos serem coloridos interferem na análise do psicólogo). (Você poderia contar uma história desse desenho?) Eu pensei com o bebê dentro da barriga né, desde lá tem os cuidados, porque eu não estou sozinha mais, depois vem os cuidados pós-parto: a mamadeira e tudo que vem disso né, muito remédio e tal. E, na medida que vai crescendo entra a professora, na escola e termina juntos, aqui juntos, aqui o pai, ela é a quarta filha né, com a Julia é cinco, mas eu perdi um... é a quarta filha, que a quinta está junto de Jesus. (Como que o bebê está se sentindo nesse desenho?) Eu acredito que ele esteja muito feliz né, porque... Deus pensou assim né. (E essa mãe?) Eu acredito que sempre teve desejo disso né, que vem de um desejo disso aqui né, tem que ser... o sim da mãe, o sim do pai e o amém de Deus. (Esses filhos são todos irmãos dela?) Sim, são todas filhas. Só mulher. São seis mulheres, tem mais a minha mãe que é viúva, mas não mora na mesma casa. (Como você colocaria o título desta estória?) Um título...é...eu colocaria "amor em construção".*

Fonte: Arquivo da Autora.

- b) Segunda unidade de produção: "Você cuidando do seu bebê que você adotou"

Figura 6 - Segundo desenho de Dolores no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da autora.

Quadro 7 - Segunda estória de Dolores no D-E com Tema

Título: Fazendo o melhor de si
<p>Estória:</p> <p>[Enquanto desenha] <i>É, o bebê é sempre bebê, se a gente começar a dispor o que é adotivo e quem não é já faz diferença... nos meus braços é... (Como que você contaria uma história desse desenho?) Um bebê... o bebê tem que estar sempre próximo dos pais, né? Porque o ambiente é tudo pra um bebê. (E como que você acha que esse bebê está se sentindo aqui nesse desenho?) A gente sempre pensa positivo né, a gente acredita que tudo que a gente faz tenha um propósito positivo, nem sempre acontece, mas o sentimento, o principal é: você tem... sempre que acertar. (E essa mãe, como será que ela está nesse desenho?) Tem tantos sentimentos dentro de uma mãe né, não dá pra você definir... (O que você imagina pelo desenho que você fez?) Ah... eu imagino uma mãe orientando sempre pra frente... orientando, sempre orientando. (Qual o título você daria para essa estória?) Uhum.... "Fazendo o melhor de si".</i></p>

Fonte: Arquivo da Autora.

5.3.3 Síntese da entrevista

Dolores possui duas filhas adotivas, em vários momentos da entrevista ela traz colocações que se confundem sobre qual filha está se referindo, expondo muitas vezes sobre as duas experiências.

O interesse de Dolores pela adoção surgiu em relação à primeira filha adotiva, de 10 anos, que chegou com 11 meses de idade, já Júlia chegou com 2 anos, retratando ser experiências diferentes, oriunda de uma vontade de viver o diferente e o desconhecido.

A segunda adoção, Dolores citou dois motivos: o desejo de ter mais filhos e mostrar para a primeira adoção o quanto ela foi importante. Havia uma necessidade em confirmar para a primeira filha adotiva o interesse deles na adoção, visto que entraram novamente na fila de adoção quando ela tinha 3 anos, demorando quase seis anos até a chegada de Júlia. Nesta época, Dolores estava com 52 anos, e pensou em sair da fila de adoção pelo tempo de espera, relatando estar enfrentando algumas dores de articulação decorrentes de sua profissão, mas após a efetivação da adoção, as dores desapareceram.

Essas dores trouxeram preocupação, visto que a primeira adoção chegou com *"muitos problemas, mas que aos poucos as coisas foram se arranjando, dando tudo certo... pra Deus isso é pouco"*.

Júlia chegou com 2 anos de idade, sendo informada da chegada dela pelo fórum, dizendo que *"quando tem um desejo, as coisas vão acontecendo e a gente*

vai vivendo aos poucos né e Deus vai confirmando, eu não... não posso endossar nada se não colocar Deus na frente, porque se não for ele me dar essa certeza, imagina, eu não tinha adotado nada, ninguém”.

Dolores ressalta sobre suas condições para adotar e diz que *“por mim eu não tenho amor pra dar, nem pra ninguém, Deus é que dá esse amor pra mim e eu passo pra outras pessoas, ser amada por Deus dilata o coração né, e a gente é chamada a fazer essa mesma experiência né, de amor, concretamente, se não... eu não sou diferente do mundo, o mundo é muito egoísta”.*

Quanto à espera na fila de adoção, a participante relatou não ter criado muitas expectativas para não ficar em sofrimento pela espera, sendo uma autorização e concessão divina.

Ao ser questionada sobre o sentimento vivenciado quando tomou conhecimento sobre a segunda adoção, Dolores relatou que: *“só pode vim sentimento bom... eu trabalhei 30 anos com crianças, então, é uma coisa assim... eu falo que é uma vocação, pra gente buscar as coisas boas principalmente no início é a melhor coisa pra dar certo, as diferenças é só com o tempo”.*

A participante considera que a adaptação é mais fácil com a criança menor, pois depende dos pais adotivos, a criança maior depende também da criança, retratando que na medida em que os profissionais veem a simpatia, eles já encaminham, mas quanto mais velhos mais traumas. Ela conta que Júlia chegou com muitos problemas, muitos traumas e carência extrema, dizendo não ter vivido isso com sua outra filha que adotou com 11 meses, *“a segunda adoção veio com problemas assim, concretos de... destruída mesmo, destruída, então no início, na verdade eu perdi 5 quilos no primeiro mês. Não tinha um equilíbrio, né... tanto ambiental como emocional, da história dela, não tinha nenhum, tanto que a voz do meu marido ela gritava, ela gritava, ela aprendeu a amar o pai vendo as irmãs, porque... a princípio, tentou fazer vários contatos, mas não tinha... tinha um desespero da voz masculina”.*

Dolores sentiu que os primeiros contatos foram fisicamente e emocionalmente difíceis, pois precisava ajudar e fazer muitas outras coisas, tendo que inserir a filha no modo como eles pensam *“que é o normal, que é o equilibrado pra mim, pra minha família, na minha visão”.*

Nunca pensou em devolver, pois relata que pode ser confortável em um primeiro momento, mas depois vêm as consequências, pois para adotar é preciso

conhecer de fato como é o processo, e dificilmente será adotada uma criança equilibrada, *“não existe isso, porque a criança só dá aquilo que recebeu né, qualquer um, só dá aquilo que recebeu”*.

Dolores não diferencia o filho adotivo do biológico e acha que inicia errado quem diz que ama mais o filho adotivo, pois é tudo igual. *“Nasceu de outra barriga, mas na medida que Deus me coloca como mãe, eu sou mãe igual, tudo igual, zerou... o que ela trouxe é uma história que ela vai conhecendo aos poucos, mas ela agora está em uma outra história, a história que as biológicas receberam”*. Relata, ainda, que a única diferença são os traumas que, com o crescimento, terão que aprender a conviver, então *“o que a gente passa sempre pras filhas, principalmente pra mais velha, a de 10 anos, é que Deus foi muito bom em rever a história dela, poderia ser muito diferente a história”*.

Sempre conversam sobre adoção em orações matutinas e dominicais em sua casa com todas as filhas e marido. Explica que nessas orações é pedido perdão de pai para filho e vice-versa, os problemas que acontecem são reavaliados e checados se houve violência deles. Nesse momento, é contada a história das duas filhas adotivas e à noite rezam pelo pai e pela mãe que ela conhece e pelo pai e pela mãe que ela não conhece.

Dolores retrata o sentimento sobre o processo de adoção como algo demorado, mas necessário, para que seja algo definitivo para os pais adotivos e para os filhos, além de todo o processo do fórum para compor o desenvolvimento das palestras, o que pode favorecer o amadurecimento dos pretendentes a adoção.

A participante da pesquisa reitera que procura viver na verdade, pois tem percebido, nas comunidades que frequenta (comunidades da igreja católica que não têm especificidade de pais adotivos) que os filhos adotivos têm uma tendência a mentira, e isso se torna outra luta, porque é necessário buscar a verdade quanto mais nova a criança é, depois isso se torna mais difícil. Ela ainda acrescenta que ser mãe é uma luta diária, pois cada um é de um jeito, mesmo vindo da mesma mãe, cada um responde de uma forma.

Quanto às mentiras ela relata que percebe este aspecto de forma diferente nas filhas adotivas em relação às filhas biológicas, e acrescenta: *“eu acredito que tive uma sorte danada... uma benção, porque as meninas são muito sinceras, coisa que eu não fui com a minha mãe muitas vezes, elas são... por mais que a gente não goste do que foi feito elas passam tudo a limpo, falam tudo, isso é natural pra elas, se elas fizerem o*

contrário elas que vão ficar mal, mas é uma coisa natural, porque na verdade a gente sempre fala 'olha, viver na verdade, de mentiras... não existe' não existe, é preferível falar a verdade mesmo que a gente não goste, porque depois a gente vai descobrindo né, em um momento ou outro a gente descobre, então elas sempre cresceram assim, agora elas têm essa experiência, mas eu falo sempre que a gente tem anjo né, vai falando pra ir educando, a educação é isso né, faz parte da educação”.

Sobre o seu sentimento atual como mãe adotiva diz se sentir privilegiada por ter essa experiência, se tornou outra pessoa. Percebe que muitos sentimentos afloram com as dificuldades e que precisa se renovar a cada dia pra poder viver estas experiências, em especial por ser histórias de desamor. Relata tratar todas iguais e quando percebe que essas dificuldades aparecem, procura mudar o jeito de pensar, respeitando o limite de cada uma.

Também discorre sobre os sentimentos emergidos na adoção que *“apesar do meu marido falar que eu sou terrorista, mas isso é o normal de ser terrorista, porque eu falo 'vai comer, tem que comer'... que nem essa última que veio, ela veio com 2 anos e não sabia mastigar ainda, imagina, ver uma criança ter náusea com arroz e feijão, com 2 anos... é complicado né, então tem que ensinar a mastigar, vamos dizer, assim, não é por isso que eu falo que é terrorista, mas eu traço uma meta, tem que fazer então tem que fazer, tem que estudar então vai estudar, não vai estudar então vamos aprender, não quer estudar, não quer ter uma profissão então vamos ser uma boa dona de casa, então, tem que ter critério pra tudo, tudo tem uma disciplina, eu cresci na disciplina e eu não vi nada de errado, vi só de positivo, sabe? Meus pais sempre foram muito firmes naquilo que eles queriam pra gente e eu acreditei nisso, sabe? Isso vai formando uma pessoa que tem vontade de buscar, e aquela que nunca foi estimulada não vai ter muita vontade, vai estar sempre “está bom assim” e não é assim, Deus deu o potencial pra gente ir buscar, a minha criação foi mais assim a do meu marido foi mais assado... então, é um certo equilíbrio em casa, um ajudando o outro, mas a mais terrorista sou eu mesmo”.*

Dolores fala das diferenças entre as filhas biológicas e adotivas, diz que quando as filhas biológicas chegaram na adolescência *“também me enfrentavam”*, ao passo que as adotivas, *“esses tipos de sair do centro, do meu centro, isso já foi desde sempre, porque elas já vieram com um monte de coisa que não era do jeito que a gente pensou, então... essas dificuldades, esses sofrimentos foi bem mais cedo que apareceu”.*

Sobre conhecer a própria história, Dolores enfatiza que as filhas adotivas têm todo o direito, pois *“é um vazio muito grande na nossa vida, tá muito mal definido, mal realizado as coisas, então, pra elas processarem... elas têm que processarem isso devagarinho, e no momento de maturidade quem sabe até encontrar se for possível, mas não sinto desconforto nenhum, há uns anos atrás, a de 10 anos quando eu pego a estrada eu começo a rezar o terço, e... aí então eu estava só com ela no carro, aí eu pensei, fiz as intenções né, falei, ‘você tem alguma vontade, você quer pedir alguma coisa?’ ela nem falou nada, mas a cara dela falou quero, aí eu perguntei ‘o que que você quer pedir pro papai do céu’ e ela falou ‘conhecer a mamãe!’ então eu falei assim ‘então pede, e se Deus quiser um dia você vai conhecer”*.

Dolores acrescenta sobre a experiência da adoção, que *“é muito abrangente, não dá pra você falar é bom ou é ruim, pra mim foi muito importante... muito importante, e... eu assim, não falo hoje que deveria ter feito assim ou assado... não, está tudo muito bem feito, e que... isso tudo alegre, aumenta o amor da gente, mas também tem os sofrimentos né, você vai ter os seus filhos, independente se são adotivos ou biológicos você abraçou a causa não tem mais como, não tem mais como reverter, você luta até o final”*.

Ao ser questionada sobre uma nova adoção, Dolores argumenta que não fará, em virtude da idade, caracterizando ser egoísmo de sua parte, *“eu já entrei na menopausa, eu nunca evitei filhos, nunca... Deus deu o tanto que, evitei assim, nunca entre aspas, no começo do casamento que eu estava estudando e não tinha um Deus firme né, porque senão eu não teria nunca fechado a vida, porque eu acho que quem experimenta estar aberto à vida... porque, eu falo estar aberto à vida não quer dizer ter filhos, estar aberto à vida é estar na vontade de ter filhos, então... tanto que eu falo assim, Deus pensou em duas meninas pra quem tinha duas meninas, nós entramos na adoção, entramos assim... tanto menino como menina”*.

Sobre o perfil preenchido no fórum, houve a delimitação de idade, até 3 anos e depois alterou para até 5 anos e com pequenos problemas físicos.

Dolores traz, em vários momentos, a diferença entre as duas filhas adotivas quanto aos problemas na chegada *“nossa, muita diferença, e essa de 2 anos só ficou sete meses com a mãe, pra você ver como que o ambiente é fundamental. Ela veio com vitiligo, você já pensou, a que eu adotei mais velha, mas já está em tratamento. Vitiligo está muito ligado com o emocional, já está bem estabilizado e praticamente já*

pigmentado tudo, que já tinha despigmentado... todos esses problemas aí, são muitos problemas. Hoje, a de 4 anos, se falar como veio e como está, ela foi virada do avesso, ela está uma criança perfeita, feliz, alegre, obediente. Às vezes a gente percebe algumas mentirinhas, mas também, vai aprendendo, vai vendo... ela é muito inteligente a de 4 anos, muito, muito inteligente, ativíssima, sabe?

Quanto à Júlia, houve um período inicial intensivo com Dolores: “*eu e ela, ela e eu*”. Passaram o dia todo juntas, por dois anos, “*no início ou ela estava no meu colo, ou ela estava agarrada na minha perna quando eu estava usando os braços pra outra coisa... ou ela dormia comigo, comigo não... na cama dela, mas em cima de mim, não era do lado... em cima de mim, ela ia e voltava o tempo todo, pra você ver a carência dela, tanto que nesse tempo eu tirei até a chupeta, porque eu falei “ela está me usando de chupeta” aí eu tirei a chupeta e tudo, mas... muito carente, muito carente*”.

Segundo Dolores, sua disponibilidade materna “*veio de Deus, eu não tenho, sou fraquinha, porque é orientado por Deus né, se Deus não orienta... onde eu pôr o dedinho eu estrago, mas na mão de Deus, as coisas vão indo...*”.

5.3.4 Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral

Dolores apresenta-se desde o primeiro contato telefônico com ideias persecutórias, precisando checar a procedência do trabalho e as articulações com o fórum, isso passa a permanecer no aceite em participar da pesquisa, mas com restrições quanto ao local de pesquisa. E também no momento em que se deu início aos desenhos, estando atenta à necessidade de realizá-los coloridos, pois favoreceria uma análise psicológica positiva. Além de certa resistência no “estar” com a pesquisadora, chamando atenção para uma necessidade de rapidez no trabalho, visto que o encontro havia sido agendado com uma semana e meia de antecedência. A persecutoriedade pairou como pano de fundo durante todo o contato da mãe com a pesquisadora.

Importante considerar as dificuldades de comunicar sentimentos e afetos no momento da entrevista, mobilizando na pesquisadora certo cansaço e, por vezes, uma sensação de não conseguir estabelecer um contato com a mãe. Brotaram sentimentos na pesquisadora de desqualificação, com a sensação constante de que não estava conduzindo uma boa entrevista e com dificuldades na comunicação,

como se estivesse “arrancando leite de pedra”, em um esforço excessivo para pensar em bons questionamentos a fim de estar apropriada ao momento. Tais pensamentos possibilitaram compreender as dificuldades no “amamentar” psiquicamente de Dolores e no desenvolvimento de um *holding* e *handling* capazes de acolher e conter as experiências de não-eu do bebê, como se pode apresentar no primeiro desenho, em que o bebê e a mamadeira estão desconectados e uma mãe fálica com um bebê solto. Em seguida, o desejo de crescimento do filho, para que este chegue a uma condição de menor dependência e um desejo de entrega para Deus a fim de sentir-se com o “dever cumprido”.

O materno de Dolores fica ambivalente, sentindo-se cheia de “leite” e ao mesmo tempo vazia, à espera de um milagre e uma entrega a Deus para conceder recursos maternos, o que a faz apresentar-se ao mesmo tempo “fraquinha” e “poderosa”, ou seja, aparecem sentimentos onipotentes de ser enviada por Deus para desempenhar tal função.

Juntamente a essas questões surgem o reviver da infância na maternidade, o qual se apresenta em vários momentos como tentativas reparatórias no desenvolvimento psíquico desta mãe, sendo necessário adotar mais uma criança a fim de justificar para sua filha adotiva mais velha seus desejos em tê-la, não sendo suficiente o materno e o investimento afetivo nesta filha. Isso caracteriza uma necessidade de contar a si mesma sobre suas condições de materno. Dolores traz também sua construção profissional com crianças por longos anos, como uma experiência a dar condições de ser mãe, como uma confirmação de ter se “formado” mãe.

Além disso, o denominar-se terrorista, como se, em suas fantasias, tivesse explodido um bebê dentro do seu ventre abortando-o, originando uma ideia de destrutividade e agressividade que não puderam ser contidas e transformadas dentro de si. O sentimento de dano, de não possuir recursos de amor e afeto prevalece e estabelece relações ligadas a falhas ambientais, pois não capacita o bebê no seu continuar a ser. Há um sentimento de incompletude, de vazio e de um aparente falso-*self* da mãe, não tendo uma mente própria, no qual se denomina incapacitada ao cuidado, fazendo uso do altruísmo para sentir-se “boa”, que pode assinalar o desejo de ser uma “mãe suficientemente boa”, mas que fica atravessada pelas suas construções psíquicas ao longo da vida e seus passeios inconscientes. Essa estrutura de falso-*self* aparece também por falar de fatos e pouco contato com o sentimento.

Há uma indisponibilidade no contato afetivo, que dificulta a capacidade de *holding*, *handling* e apresentação de objeto, dificultando o contato e a comunicação emocional entre mãe-bebê, trazendo questionamentos se não seria esta mãe que primeiramente precisaria ser adotada em sua história.

No primeiro desenho, a última mãe aparece como se estivesse com uma coroa de “virgem”/santa tendo fantasias sobre sua condição materna, revelando aspectos primitivos da vida emocional desta mãe que são deslocados aos bebês e colocados na sua relação com eles. Neste mesmo desenho são mulheres grandes, superiores a todos os outros, destacando suas partes onipotentes, conforme colocado anteriormente.

Nota-se uma dificuldade em estabelecer uma separação eu-objeto, muitas vezes misturando a filha de 10 anos com a Júlia.

Um elemento importante que aparece são as considerações sobre o fato de Dolores ter mudado a vida das meninas adotivas, com uma estrutura onipotente novamente e por vezes narcísica da mãe.

Há uma negação da adoção ao mencionar que não faz diferença entre os filhos adotivos e biológicos, o que confirma a dificuldade de separação eu-objeto, necessária para o desenvolvimento da independência relativa. Neste sentido, parece haver novamente uma identificação com o objeto abandonado, não sendo possível considerá-lo e vê-lo de forma inteira.

Entretanto, Dolores compreende a necessidade de Júlia em dormir com ela, em ter um contato físico próximo, como se estivesse tentando entrar/colar nesta mãe a fim de buscar um sentimento de pertencimento. Neste sentido, Dolores oferece seu “colo” para acalantar tais necessidades da filha, possibilitando assim um contato corporal que pode favorecer o desenvolvimento subjetivo e psíquico de sua filha.

5.4 Juliana

5.4.1 Caracterização

Juliana foi uma das participantes indicadas pelo fórum no segundo contato, desse modo, não houve a consulta sobre a sua idade e nem a idade de seu marido (João). Da mesma forma que Dolores, Juliana sentiu necessidade de conversar com a psicóloga do fórum antes de efetivar o aceite. Após o referido contato com o fórum, se colocou disponível para participar do trabalho de pesquisa, ressaltando que gosta

de auxiliar e contribuir com outras pessoas sobre o processo de adoção, inclusive com todos que procuram sua ajuda ou uma explicação sobre a adoção.

Marcados dia e hora para a pesquisa, Juliana solicitou que o encontro acontecesse em sua casa, para facilitar o acesso e os cuidados com a casa. O agendamento ficou marcado para um sábado às 16h30min. Pontualmente a pesquisadora chegou à residência de Juliana e quem a recebeu foi Laura, sua filha, que pediu para aguardar que iria chamar sua mãe.

Em seguida Juliana recepcionou a pesquisadora, recebeu as devidas explicações sobre todo o trabalho, assinou o TCLE e deu-se, então início à atividade do D-E com Tema. Ela solicitou que se dirigissem à cozinha, pois teria uma mesa que facilitaria o desenvolvimento do trabalho, ao encerrarem esta parte, voltaram para a sala, um espaço que pareceu menos rígido e mais confortável para ambas.

Em nenhum momento houve interferência de nenhuma outra pessoa, sua filha ficou o tempo todo com João no quarto assistindo televisão, trazendo uma organização ambiental e conforto na conversa.

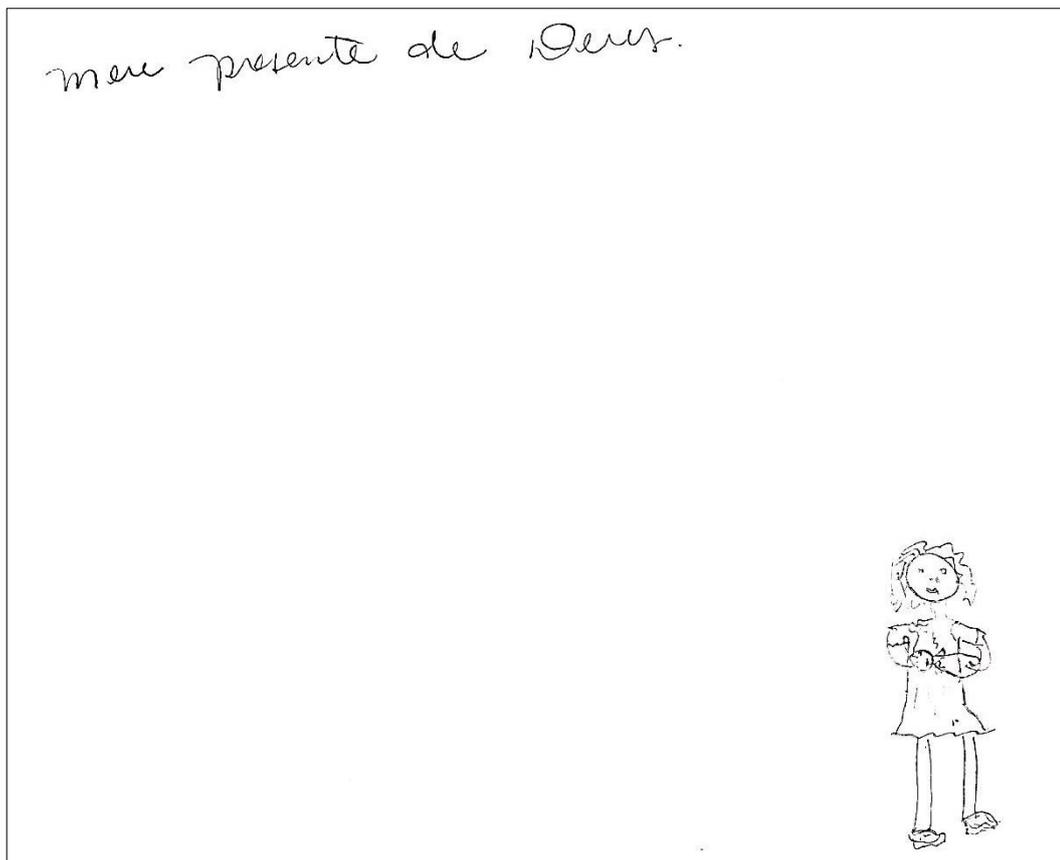
Após toda a construção feita, ao final do trabalho, Juliana chamou o marido e, ambos convidaram a pesquisadora para conhecer Laura – que ficou um tanto tímida e amedrontada – e para tomar um suco de laranja, enfatizando que o pé de laranja era do fundo do quintal deles e com bastante vitamina. Fizeram-no bem concentrado, sendo uma experiência inédita e com muita vitalidade para a pesquisadora.

Juliana enfatizou que estava disponível caso fossem necessários outros contatos.

5.4.2 Procedimento Desenho-Estória com Tema

a) Primeira unidade de produção: “Uma mãe cuidando de um bebê”

Figura 7 - Primeiro desenho de Juliana no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da autora.

Quadro 8 - Primeira estória de Juliana no D-E com Tema

Título: Meu presente de Deus
<p>Estória:</p> <p>[Enquanto desenha] – <i>É só a mamãe cuidando do bebê? (Isso). (Você poderia contar uma estória desse desenho?) Bom, eu vou contar... a minha história... a minha filha chegando faltando 1 dia pra completar um aninho, então... bom antes disso... no primeiro final de semana que ela veio passar com a gente né, ela estranhou... a gente já tinha aquele período de conhecimento e tal, mas durante o dia, ela ficou muito bem, brincou, super feliz. Quando foi à noite, na hora de dormir, ela começa a olhar pro teto... olhava pro teto e chorava, aí a gente pegava ela no colo... eu pegava ela no colo chacoalhava e chacoalhava ela, ela estava com sono, queria dormir... mas... abria o olhinho, olhava pra cima e chorava, essa foi a primeira noite que a gente passou... assim, ela foi conseguir dormir uma e meia da manhã, só que depois, nas outras noites, ela demorava pra dormir, acordava várias vezes a noite né, aí tinha que pegar no colo, acalmar ela e tal e colocar ela de novo pra</i></p>

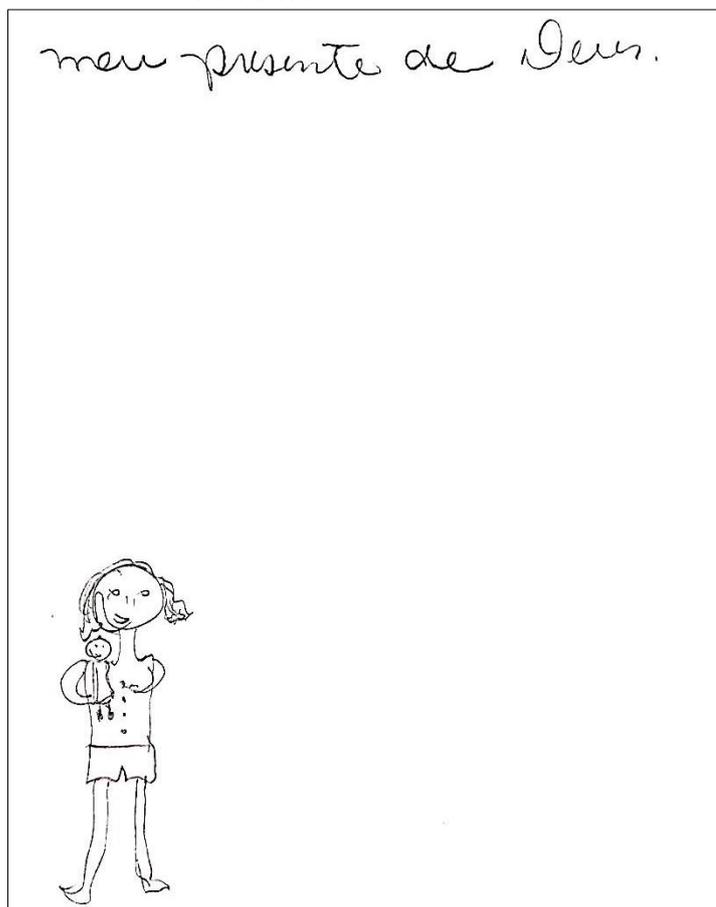
dormir... então assim... uma mãe pegando o seu filho no primeiro dia que vai passar, que a criança fica na casa, é todo um aprendizado pras duas partes e... aí ... a criança vem de outro mundo, outro lugar, e ela quer, ela gosta, mas ela estranha, é o normal de criança, ela estranha mesmo né ... então é isso... uma mãe cuidando de uma criança. (Isso no seu primeiro dia?) É, no primeiro dia, na primeira semana, ela tinha que chacoalhar, pegar no colo, acalmar no colo pra dormir e acordava várias vezes, aí tinha que pegar, chorava, queria ficar no colo ou quando começava a olhar pra cima e chorava, aí depois passou. (Como está esse bebezinho nesse desenho?) Ah, então, depois foi se acalmando, foi se acostumando, foi se sentindo dentro dessa nova realidade... aí ela foi sentindo que essa fazia parte dessa nova rotina dela, até entender, eu vejo assim, que até entender, acostumar com sua nova rotina, aí depois, acostumou rapidinho e super bem. (E essa mãe, como que ficou?) Ah, ficou muito feliz! A mãe e o pai ficou muito feliz, e a gente sente também que ela ficou muito feliz, porque no primeiro dia que a gente trouxe ela, porque a gente trouxe ela uns dois finais de semana antes de ela vir ficar definitivo e ela veio ficar definitivo numa terça feira, como a gente participa de um grupo de oração, o pessoal queria ver, queria conhecer, mas eu falava que era o primeiro dia, mas queriam ver, aí então tá bom... como ela veio faltando um dia para o aniversário dela, eu programei pra fazer a festinha dois meses depois, pra dar tempo de organizar as coisas... mas os nossos amigos não aguentaram, fizeram uma festinha surpresa... aí eu falei que não ia né, “como você não vai? fizemos uma festinha surpresa pra ela” aí ela ficou muito feliz porque ela era a única criança que tinha lá e todo minha dava atenção só pra ela, um queria pegar o outro queria pegar e aí, chegou em casa. A gente chegou em casa umas 23 horas e aí ela ainda queria brincar, aí a gente entregou o brinquedo pra ela, ela dava uns gritinhos de felicidade assim, que você via que era aqueles gritinhos de crianças assim quando está feliz e só foi dormir depois que eu estava muito cansada. (Como que você colaria o nome da sua estória nesse desenho?)

“Meu presente de Deus”.

Fonte: Arquivos da autora.

b) Segunda unidade de produção: “Você cuidando do seu bebê que você adotou”

Figura 8 - Segundo desenho de Juliana no D-E com Tema



Fonte: Arquivo da Autora.

Quadro 9 - Segunda estória de Juliana no D-E com Tema

Título: Meu presente de Deus

Estória:

[Enquanto desenha] *Vai ser quase a mesma coisa (Não tem problema) Bom aqui como ela já veio com quase 1 aninho eu já estava pegando ela em pé, já não era deitado igual um recém-nascido... já tava ... no colo, assim em pé.*

(E como você poderia contar a estória desse desenho) *Então, assim, incrivelmente quando a gente foi conhecer, porque assim, as meninas lá, não sei por que, achou que a gente já tinha visto ela por foto ou por alguma coisa, mas a gente não tinha visto, perguntou “você quer ver por foto?”, eu falei “não... quero ter o primeiro contato com ela pessoalmente mesmo”... aí quando a gente foi buscar a menina... aí ela veio no colo da assistente social e, na hora, eu só falei assim “vem aqui com a mamãe”, ela pulo no meu colo e veio... foi assim... aí ela ... me cheirava né, foi fazendo a aproximação com ela e, como já fazia alguns dias já, as meninas falavam que chegava naquele horário, que era o horário que a gente ia se encontrar, diziam que*

lá na casa acolhedora que ela ficava, ela já ficava inquieta, começava a chorar, era uma coisa... já ficava assim... aí depois, conforme ela foi se acostumando com a gente ela já foi ficando mais manhosinha, qualquer coisinha já queria chorar, tipo, agora eu tenho alguém só pra me dar atenção, então agora eu posso. Pra você ver como eles são espertos... agora eu posso... que acho carinho de mãe assim né, encostava no ombro assim... mais ou menos assim. Nos primeiros dias você percebia que não, que era bem assim... mais afetivo, sem poder demonstrar muito, conforme foi passando os dias foi... foi melhorando isso daí né. (Como você acha que essa mãe está se sentindo nesse desenho) Ah, muito feliz, quando a gente chegou aqui, a gente falou pra ela... falou assim 'oh, essa aqui é sua casa, aqui é a sala da sua casa, aqui é tal lugar, aqui é seu quartinho, seu bercinho... seus brinquedos' ela não entendia nada né, era um bebê ainda, mas ela olhava e olhava, ficava olhando tudo... foi... de boa. (E como você acha que ficou essa criança?) Sentindo amada... se sentindo amada... ela sentiu... eu senti que ela estava sendo amada. (Como você colocaria um título pra essa estória?) Eu colocaria praticamente o mesmo nome que é o que a gente fala aqui em casa, eu e meu esposo, a gente fala que ela é nosso presentinho de Deus.

Fonte: Arquivo da Autora.

5.4.3 Síntese da entrevista

Juliana contou que seu interesse pela adoção surgiu quando ainda era muito amiga de seu marido e, logo quando se casaram falavam em tom de brincadeira que se não puderem ter filhos, eles iriam adotar, pois o fato de terem familiares que adotaram, como uma tia do marido que tinha uma filha adotiva e uma tia de Juliana também, além de vários amigos que têm filhos adotivos, então “*não é um bicho de sete cabeças pra nós porque a gente já tinha... já tem amigos, já convivia com pessoas que têm filho adotivo... e a gente falou de brincadeira né...*”.

O interesse pela maternidade surgiu após cinco anos de casada, pois relata que não havia uma urgência em ser mãe, tinha uma vontade “*mas... vaga, lá no fundo, não era aquela coisa. Depois de uns cinco anos a gente começou a ter assim... começar a correr atrás.*”. Após as tentativas, os tratamentos de Juliana e do seu marido João para uma gestação biológica, além de uma inseminação artificial sem sucesso, decidiram pela adoção “*meu marido falou 'tem tanta criança querendo um pai e uma mãe e a gente fica aqui se matando'*”. Porém, acharam melhor aguardar um pouco e deixar “*mais pra frente, na correria acaba deixando pra levar as coisas e os documentos e ir atrás disso depois... como é muito burocrático, a gente escuta as pessoas falar, então nas nossas férias nós vamos... até que um dia nós pegamos e fomos lá pegar o papel pra ver o que precisaria e como que funciona, aí a gente entrou no processo*”.

Para vivenciar esse momento buscaram um psicólogo para avaliar o real interesse do casal na adoção, esse trabalho aconteceu paralelamente ao trabalho do fórum, por iniciativa do próprio casal, eles procuraram saber *“se a gente se encaixaria, se a gente ia se dar bem nisso, pra ver se não era só uma vontade passageira ou uma coisa assim”*.

Nesse processo terapêutico, verificaram o real interesse deles, e entraram na fila de adoção, e de períodos em períodos Juliana ligava no fórum para se informar sobre a fila. Colocaram preferência por menina, por interesse do marido e de 0 a 4 anos de idade. Foram quatro anos e meio de espera, com certa ansiedade. Juliana conta que era uma ansiedade que não os desorganizava, pois via nos grupos de adoção que frequentavam e ainda frequentam, as pessoas que estavam na fila em situação de desespero *“a gente sabia que na hora certa ia acontecer, na hora certa... então assim, tinha uma certa ansiedade, mas não era aquela ansiedade louca que eu vejo o pessoal hoje em dia ter, ficam desesperados demais.”*

No caso de Juliana, ela dizia que seria na hora de Deus: *“Não adianta ficar desesperado, porque... essas pessoas têm que entender que não é uma agência de carro que você vai lá e reserva o seu carro e vai chegar o seu carro. Não! Não é isso, é diferente”*.

Certo dia, o fórum entrou em contato por telefone com Juliana no horário de seu trabalho, não chegando a ver a ligação, porém, quando retornou, o fórum disse *“Tem uma criança assim, assim, assado, e não sei o que’ e ela foi falando assim né, eu falei ‘Não! Eu tenho interesse sim!’ aí ela falou, ‘mas eu não terminei de falar’, mas eu falei ‘chegou a hora já, eu tenho interesse, nem precisa terminar de falar’ e aí ela falou ‘então eu vou passar você pra outra pessoa’ e assim foi, passou os contatos pra conhecer, e foi muito rápido, pois normalmente as pessoas conhecem, vão... veem a foto da criança primeiro, eu falei ‘não, eu não quero ver, quero ver pessoalmente’, eu tenho certeza que é.”*

Iniciaram as visitas para conhecer e, conforme ela apresentou na estória do item 5.4.2, na primeira vez que Laura dormiu com eles, houve um grande estranhamento. Foram 15 dias para que Laura fosse para a casa do casal. O juiz procurou agilizar o processo, pois Laura iria completar um ano nos próximos dias, e com isso, se sua filha já tivesse completado um ano, sua licença maternidade reduziria de seis meses para três meses. Assim, todo o trabalho foi realizado e Laura chegou para ficar com Juliana um dia antes de completar um ano.

Juliana relata sobre a chegada de Laura se referindo a um questionamento que fez à psicóloga sobre *“será que não é melhor a gente ficar em casa com ela... assim ficar uma semana sem ver ninguém, pois nossos amigos estão loucos pra ver’ ela falou que nós que precisaríamos verificar o que sentiríamos melhor, aí quando eu falei pro menino que nos convidou para apresentá-la ‘acho que é melhor ficar em casa né, deixar passar uma semana’ aí ele falou ‘ai não acredito, a gente preparo surpresa’ aí eu falei ‘ah não, então agora vai’ (sobre comemorar o primeiro aninho de Laura)”*.

Juliana conta que a adaptação aconteceu para todos em sua casa, pois ficaram perdidos nos primeiros dias, *“não sabíamos se era segunda, se era terça ou se era quarta, teve dia que era assim.”* Disse que o marido pegou uma semana e logo em seguida tirou férias.

“Mas foi assim, a gente ficou totalmente perdido, porque na minha família não tinha criança, assim a única... que minha sobrinha tem a mesma idade dela, então tinha a minha sobrinha com 11 meses, a minha irmã tinha um bebê... então tudo era ligar pra minha irmã, não era nem pra minha mãe, era tudo eu ligava pra minha irmã, ‘ai não sei o que, tá chorando’ aí ela falava ‘vê se não é cólica, se não é isso ou aquilo’ então assim, minha irmã ajudou muito nesse primeiro dia, eu ligava pra ela direto pra saber, pra ela poder me orientar.”

O início trouxe muita angústia para Juliana, pois em virtude dos primeiros contatos terem sido próximos da data de Laura ir definitivamente para a casa deles, não teve muito tempo de organizar as coisas *“aí eu fui correr atrás do quartinho, o quartinho não tava pintado nem rosa nem uma cor creme, aí eu fui correr atrás dos móveis do quartinho, as roupas, porque eu coloquei de 0 a 4 anos, então eu não sabia que idade eu ia pegar, ou eu ia pegar com 4 anos ou um bebezinho eu não sabia, aí eu fui comprar... as primeiras roupas que eu comprei, eu comprei tudo errado (risos), nem serviu... aí foi uma correria né, nesses primeiros dias foi uma correria comprar as coisas, organizar tudo, já marquei pediatra, já marquei dentista, porque ela já tinha dois dentinhos... foi, foi indo. Todo mundo, os nossos amigos, ficavam ligando pra ajudar, um falava uma coisa o outro falava outra, foi assim, bem legal. Na família do meu marido, ela é a única criança, a única neta, a única sobrinha, na minha família tem a minha sobrinha, mas lá também... só tem as duas.”*

Foram de dois a três meses de adaptação, pois Juliana esteve casada com o marido por 15 anos quando Laura chegou, então viveram muito tempo sozinhos,

“então tudo virou em função dela, horário de acordar, horário de dormir, horário de comer, então a gente teve que mudar os horários de almoço, mudar os horários de tudo, precisávamos jantar cedo, agora que ela está grandinha que está voltando ao normal, assim que a gente pode almoçar mais tarde, jantar mais tarde, que a gente queria que ela jantasse junto com a gente pra ver que na hora de jantar é todo mundo... ‘porque só eu que vou comer? Meu pai e minha mãe não?’ então assim, você está ali, dando comidinha na boca, mas você está comendo, colocava a cadeirinha do lado da mesa, pra ver que ali agora era horário da refeição, horário de comer... pra ir se adaptando.”

Juliana e o marido alteraram toda a rotina para favorecer a adaptação de Laura e ressalta: *“eu acredito que todos os pais acabam fazendo isso, porque não tem outro jeito... você acaba fazendo isso mesmo, a gente acaba se adequando à rotina deles.”*

No momento atual Juliana diz que as adaptações com a filha são diferentes, são com festas escolares *“é uma parte mais gostosa, claro que... conforme o filho vai crescendo a gente vai aprendendo novas coisas, se adaptando com o crescimento dele... que agora são os questionamentos, ‘por que isso, por que aquilo?’ então é outra fase né”*.

As conversas sobre adoção com Laura estão acontecendo à medida que ela questiona sobre sua origem. Recentemente Juliana buscou processo terapêutico para conversar sobre esse assunto e recebeu a orientação de ir apresentando a história dela de acordo com suas curiosidades e é o que tem feito. A fala que o casal reproduz a Laura é *“que ela mora no nosso coração”*, mas não ampliam e nem detalham outras questões. Teve, também, algumas situações junto à irmã de Juliana em que estavam mostrando foto da barriga dela e Juliana disse a Laura *“você não nasceu na minha barriga, você nasceu no meu coração, você nasceu na barriga de uma mulher..., mas comigo ela nasceu no meu coração, não na barriga.” Então... do jeitinho que ela entende e depois disso ela saiu correndo pra brincar... eu só respondo aquilo que ela tem curiosidade nada mais do que o que ela pergunta”*.

Houve apenas um questionamento de Laura sobre ter irmãos e os pais disseram que se for de interesse dela, poderiam pensar sobre o assunto, *“não é o momento ainda... quem sabe mais pra frente a mamãe vai te dar um irmãozinho... se for sua vontade, quando você crescer mais e você querer mesmo”*.

Em contato com o grupo de adoção da qual participa, Juliana percebe a quantidade de casais na espera da adoção, casais com sete anos na fila, sente não ser justo eles entrarem novamente na fila para uma segunda adoção.

Juliana diz que três casais amigos deles, após conhecerem Laura, sentiram interesse na adoção ou confirmaram o interesse, e alguns desses até já adotaram. Relata que Laura é uma criança muito carismática *“e, nos grupos que a gente participa, não têm crianças pequenas da idade dela, então ela é muito querida por todos”*.

Quanto ao início do processo de adoção, houve uma situação delicada no caso de Laura, pois *“ela já era a sétima filha, por isso o juiz tomou a guarda, só que assim, como a mãe vivia com um cara que, eu não sei do DNA até hoje se é o pai ou se não é o pai da criança... não sei... por birra dela, seja qual for a situação, ele (o cara) falou que queria a criança, só que lógico que o fórum falou que não tinha nada a ver com a situação, viu que nem chamou a família, viu que não tinha ninguém que tinha condições de ficar, então assim... como isso daí demorou um pouco, porquê tinha essa família dele que entrou, mas o juiz falou pra gente, o promotor falou “pode ficar tranquila, porque é 99% de certeza, não tem essa não... a gente nem deixaria... imagina, deixar uma criança se adaptar, criar os laços e aí depois né... a gente tem certeza... isso são práticas normais porque, de forma inesperada, alguém resolveu querer... então... quando as meninas falaram isso, a gente ficou meio assim né, mas eles falaram que podíamos ficar tranquilo, as meninas falaram, o promotor falou, todo mundo falou, mas a gente ficava com uma pontinha de medo, né?! De repente dar uma reviravolta e sei lá, acontecer alguma coisa, aí depois que saiu mesmo a destituição, foi registrado toda a documentação dela no nosso nome, tudo certinho aí... foi sem problema.”*

Laura passou um mês no hospital e quando saiu foi imediatamente para a família acolhedora. No primeiro contato com Laura, Juliana sentiu necessidade de dar muito amor a ela, entendendo ser uma criança carente, precisando de amor. *“Eu senti uma carência, essa menina quando chego, você não podia nem ligar o liquidificador, ela chorava de medo do liquidificador... tinha medo de tudo, hoje, vai nas festas de aniversário, se deixar ela nem come em casa. No início, você estava aqui na sala, meu marido estava lá no fundo, se gritasse para ele assim ‘o João pega não sei o que’ essa menina se assustava, não podia nem gritar dentro de casa,*

se falasse alto dentro de casa pra pegar alguma coisa, ela já se assustava grudava assim e chegou muito medrosa, a gente percebeu que ela estava muito carente.”

Quando Laura chegou estava com muito piolho *“liguei pro pediatra dela, ele falou assim ‘não pode passar remédio, não tem 2 anos, só depois de 2 anos’ aí eu fui comprar um tal de pente não sei das quantas, que dá um choque no bicho e mata as lêndeas, é um pente caríssimo que é difícil de passar com um metal não sei das quantas, eu falei ‘me acha esse raio desse pente’ aí eu fui... fui tirar com isso daí, limpei a cabecinha da menina porque na família cuidadora ficava com mais seis crianças... então as outras crianças estavam em fase escolar, era normal... aí, nossa... eu tava morrendo de dó, uma criança desse tamanho”*.

Juliana enfatiza que tal situação não representa falta de cuidado da mãe acolhedora, retratando ser do acaso.

Sobre o processo de avaliação para adoção Juliana afirma que o processo foi muito profissional, com um trabalho muito cuidadoso, e se refere à demora do processo como necessário, não sendo possível ser de outra forma, sendo também um momento importante para se preparar para o recebimento da criança. Também ressalta a importância de contato e vivência com outras pessoas que já adotaram *“eu acredito assim do nada um casal falar que vai adotar sem ter conhecimento com outros casais, porque tem o lado bom e o lado ruim, conheço gente que não aguentou e teve que devolver, então tem esse lado também.”* Juliana não pensou na devolução, pois compreendia que a adoção aconteceria no momento certo; também acrescenta: *“eu não vou pegar... dois ou três que eu não vou dar conta, eu vou pegar e vou dar o amor que essa criança precisa e o cuidado que essa criança precisa”*.

Juliana participa de um grupo do *WhatsApp* mas que é restrito. E percebe o movimento das pessoas que participam e possuem falas como *“ah, eu não tenho casa própria, será que eles vão deixar?”* ou outro... *se preocupam e ficam tão desesperados com coisinhas tão pequenas, coisas assim ‘ai o meu não chega, acho que é por isso’ outros choram, ficam apavorados porque não passam.”*

Quanto ao formulário de perfil compreende ser necessário verificar a realidade de cada pessoa, *“tem pessoas, tem casais... eu conheço uma mulher que adotou uma criança tetraplégica... assim, eu fico admirada, olha a grandeza do amor dessa mulher, ela tinha duas filhas, ai adotou um menininho tetraplégico, mas assim, ela adotou realmente para amá-lo, para dar amor, então assim, cada um dentro da*

sua realidade, suas condições... às vezes têm condições, mas não está apto para dar o amor que aquela criança precisa, então nem adianta entrar. Tinha casal que estava lá que queria uma menina loira recém-nascida... não é uma fábrica!... coloca aí... 0 a 2 anos, que seja, mas não assim querer as características, nem todo mundo está preparado, por isso que a gente foi fazer terapia fora pra poder ajudar... pra gente não entrar em uma coisa que a gente... não tivesse certeza do que a gente quer”.

Hoje, Juliana diz se esquecer de que a filha é adotiva “às vezes quando eu encontro alguém, o pessoal fala que ela parece com meu marido, assim, fala que parece com ele, eu... assim eu nem sinto isso aí, o pessoal lá na escola fala que ela é muito parecida com ele também”.

Fecha a entrevista dizendo “eu acho, assim, que os pais têm que estar bem aberto né, assim... bem aberto porque você pega assim uma criança, igual o caso da minha, a mãe biológica era usuária de droga né, então, assim, eu estou ciente que um dia, a qualquer momento ela pode vim a ter algum problema em razão da mãe dela ter usado droga, uma dificuldade de aprendizado ou alguma outra coisa, então, assim... graças a Deus até agora não, mas a gente tem que estar aberto, porque você não sabe né, e também... estou aberto porque, de repente, os irmãos mais velhos podem falar assim ‘ah eu quero conhecer a minha irmã’ e... se quando ela estiver maior e entender, quando estiver com seus 15 ou 18 anos falar assim ‘ah, eu quero conhecer a minha mãe biológica”.

5.4.4 Alguns pensamentos sobre o caso: análise geral

Juliana demonstra uma disponibilidade emocional significativa pelo adotar. Isso pode ficar representado pelos desenhos e estórias realizados, pois apresenta dois desenhos muito similares com mesma titulação, os quais possibilitam compreender que se trata de um ideal e real mais próximos. O trabalho terapêutico realizado foi significativo para compreender alguns movimentos psíquicos que pudessem circular em seu pensamento e no de seu marido, favorecendo o desenvolvimento da maternagem.

Suas compreensões da realidade adotiva também podem ser sinalizadas como facilitadores no processo, ajudando a discriminar e desmistificar campos sobre a adoção, ou seja, ambos (casal) tiveram a oportunidade de vivenciar em suas

famílias experiências de adoção e estavam aparentemente mais seguros quanto à entrada no processo, neste sentido, apresentavam maior contato com realidade adotiva em si.

Dados significativos de contato com a realidade se apresentam quando especifica o período de gestação psíquica e o desejo de um parto a termo pleno, ou seja, que acontecesse na hora que o bebê estivesse pronto, maduro o suficiente para chegar, e uma imagem de seu rostinho, ou seja, de um bebê que pode ser sonhado. Neste sentido, a mãe pode utilizar-se da espera na fila de adoção para se preparar para o momento da chegada do bebê, compreendendo a espera e suportando-a.

Ao sinalizar sua disponibilidade em adaptar seus horários e o horário da “casa” com a chegada de sua filha, leva a pensar no desenvolvimento da preocupação materna primária e uma disponibilidade inteira para com o bebê. Assim, Juliana buscou sua irmã como forma de se identificar com uma mãe biológica que estava vivendo o mesmo período que o seu, se aproximando desse contato afetivo e com o desejo de promover cuidados e disponibilidade afetiva de se ajustar à filha.

A preocupação materna primária também se organiza no sentido de procurar um psicólogo no intuito de orientar quanto ao ficar uma semana integralmente aos cuidados da filha, no desejo de que pudessem compor um vínculo afetivo suficientemente bom para o desenvolvimento da relação mãe-bebê.

Experimentou campos persecutórios, pelo medo inicial em receber a pesquisadora, o que se justifica com dados da história, no risco do possível pai biológico ter requerido a criança no início da adoção, e pelo contato que precisou fazer para o exame de DNA. Neste sentido, as fantasias de roubo da criança transitaram singelamente pelo mundo interno dos pais adotivos, os quais precisavam de inúmeras confirmações se de fato o fórum garantiria a adoção legal ou se ela seria retirada deles.

Voltando um pouco na análise dos desenhos, percebe-se uma mãe no primeiro desenho com um filho bebê, deitado no colo sem um olhar conectado, ambos olhando para o mundo, uma relação ainda em construção e um tanto vazia de significados; já no segundo desenho, que representa um contato mais próximo do seu momento atual e da experiência viva com sua filha, pode-se notar uma mãe segurando um bebê maiorzinho com a mão no seio, como cheia de nutriente e afetiva, nutrindo-o para o desenvolvimento, e ao mesmo tempo se pode considerar,

que representa uma mãe que autoriza o desenvolvimento psíquico e físico da filha, rumo à independência relativa.

Pode-se caracterizar aqui uma mãe suficientemente boa, com condições e recursos psíquicos para maternar seu bebê, compreendendo suas limitações e seus anseios.

Os aspectos onipotentes passam a transitar de maneira sutil, pois refere o desejo de outros casais na adoção a partir do contato com sua filha e, ao mesmo tempo, está aberta para receber ajudas (psicólogo, irmã, amigos, marido, entre outros).

6 INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS

Diante dos resultados apresentados, houve pontos convergentes e divergentes nos casos estudados. Propõe-se algumas categorias, a fim de discutir os pontos mobilizadores e impulsionadores da maternagem com o intuito de se obter mais reflexões e construções para esta pesquisa.

As categorias foram definidas com base na compreensão dos desenhos e dos elementos que foram aparecendo em todas as análises dos casos apresentados, a título de sistematizar e levantar os aspectos psicodinâmicos que apareceram no desenvolvimento deste trabalho, contemplando os constructos teóricos abordados.

Foram utilizadas as seguintes categorias: “o processo de adoção”, “a chegada da criança”, “reconhecendo-se como mãe” e “o cuidado como expressão de afeto”; as quais se pretende explorar nos próximos itens.

6.1 O processo de adoção

Como “processo de adoção” considerou-se desde o primeiro pensamento do pretendente sobre a adoção, todos os trâmites jurídicos necessários até o momento de recebimento do bebê e o possível materno da mãe.

Assim, nos quatro casos apresentados foi percebida a importância deste “processo de adoção” e os seus reflexos em todo o desenvolvimento da relação mãe-bebê.

É importante considerar, primeiramente, a relação deste processo com o desejo em adotar, pois parte, na maioria das vezes, como visto no referencial teórico abordado, de uma infertilidade. De algum modo, parte-se do luto frente à impossibilidade de ter filhos, vivido pelo candidato à adoção.

No caso de Sônia, a infertilidade aparece nela, mas em seguida, com as tentativas de fertilização *in vitro* é identificada também a infertilidade do marido. No caso de Juliana, muito similar ao caso de Sônia, a infertilidade de ambos foi identificada conforme foram efetivando os tratamentos e a primeira fertilização *in vitro* sem sucesso. Já no caso de Estela, a infertilidade partiu de seu marido, o que se pode compreender como parte da dificuldade de exercer a maternagem e a adaptação inicial à filha, visto que precisaria passar pelo luto de não poder gestar um bebê, conforme apresentou em seu segundo desenho, um processo de luto pela

perda de um bebê que não irá ter e de uma realidade diferente da que sonhou pra si. Em vários momentos da entrevista com Estela aparece um ressentimento pela falta da gestação, quando retrata a rapidez da chegada da Gi e, ao mesmo tempo, coloca que *a mãe que passa pela gestação vai sentindo o bebê e isso vai facilitando a adaptação*. Assim, Estela, no momento da entrevista realizada pela pesquisadora, estava vivendo um novo processo com a filha, a partir do luto necessário.

O único caso que não parte da infertilidade é o de Dolores, que já havia vivido a maternidade de dois filhos biológicos e a partir da adoção de sua terceira filha, desejou ampliar a família e, em especial, para demonstrar a esta última filha o quanto a adoção não era um problema. O último processo de adoção de Dolores foi extenso, ficando na fila por volta de seis anos, o que a fez pensar em desistir por causa da demora. A espera longa, a necessidade de confirmar à sua primeira filha adotiva o interesse na adoção, são elementos significativos para compor a disponibilidade em maternar aqui discutida. Além disso, é importante considerar que a “gestação” pode ter passado do tempo, chegando a ser um tanto mais dificultosa, como menos disponibilidade psíquica para suportar as angústias oriundas da experiência de abandono.

Um dado significativo a ser apresentado é que durante o processo de adoção de Estela, os técnicos do judiciário voltaram-se enfaticamente ao seu marido, pois o achavam *triste e quieto*, fazendo inúmeros questionamentos que trouxeram à tona a sua infertilidade. Deste modo, Junior pôde realizar possíveis encontros diante da infertilidade e uma oportunidade de viver o luto pela transmissão sanguínea que faria com a chegada de um filho biológico. Entretanto, Estela passou a se deparar com a realidade da adoção no momento em que recebem a criança, levando um tempo para acomodar e compreender o lugar da maternagem em sua vida.

Em muitos casos, para que um casal se abra para outras possibilidades de se ter um filho, é necessário o processamento do luto da criança que não pode ser gerada no próprio ventre, e que se pense que, se a via biológica não foi possível, ainda há outras maneiras de ter esse desejo realizado. (SCORSOLINI-COMIN; AMATO; SANTOS, 2006, p. 42).

Voltando ao caso de Sônia, verificou-se, neste sentido, um período de dois anos de luto da condição biológica de gestar um bebê, experienciando um trabalho voluntário que possibilitou emergir inúmeros sentimentos e fantasias que oportunizaram a vivência do luto e certo preparo para a adoção.

Considerar o tempo de espera pela criança adotiva é significativo, conforme apresentado no caso de Dolores, pois Sônia e Juliana permaneceram quatro anos e quatro anos e meio, respectivamente, na “fila” de espera e Estela uma semana. O que trouxe impactos significativos no desenvolvimento da maternagem. É necessário considerar esse período de espera, pois é compreendido como o período de gestação psíquica, além de ser condição para o desenvolvimento da preocupação materna primária.

Estela apresenta-se assustada e apreensiva pela espera significativamente curta na fila de adoção, ou seja, o período de gestação não possibilitou a maturação total da criança e a formação da condição psíquica de maternar – assunto explorado no campo teórico deste trabalho –, entretanto, trouxe conflitos significativos que influenciaram no processo de identificação com seu bebê e, contudo, na capacidade de desenvolvimento do *holding*, podendo ser considerado um parto “prematureo”. Quanto à Sônia, o desejo de adoção e o tempo de espera a fez “liberar o perfil” para que o processo agilizasse, correndo o risco de receber crianças que não atenderiam ao seu desejo inicial, que *a priori* entende-se como parte importante do processo de adaptação, facilitador do vínculo mãe-bebê. Juliana, conforme abordado anteriormente, viveu a espera da fila como um processo de preparação, sentindo as etapas da gestação, como: ansiedade por conhecer o rostinho, sentir o cheiro, períodos de angústias pela espera, como representantes simbólicos desse período.

Acontece que existe um período muito útil de nove meses, ao longo do qual há tempo suficiente para que ocorra uma transformação importante na mulher, que pode então passar de um tipo de egoísmo para outro. O mesmo se observa com relação aos pais, e assim também é com as pessoas que decidem adotar um bebê, que se veem às voltas com a ideia de adoção, ficam excitadas e atingem um ponto em que é preciso que o bebê se materialize – infelizmente, para quem o adota, há nesta altura um desapontamento, pois, quando o bebê é encontrado, não tem mais certeza de que o queria. (WINNICOTT, 1988/2018, p. 3).

O desejo de adotar se torna o primeiro aspecto necessário de ser compreendido, pois como foi possível notar, origina-se não apenas de uma vontade, mas de aspectos inconscientes mobilizadores de condições e recursos psíquicos, advindos de sua história de vida.

Assim Sônia, Estela, Dolores e Juliana chegam ao fórum para iniciar o processo de adoção, carregadas de ideais, fantasias e sonhos que vão aos poucos tentando se acomodar à realidade da adoção.

No caso de Sônia, o processo de adoção foi carregado de persecutoriedade, diante das preocupações com as avaliações feitas, tanto dos psicólogos, como dos assistentes sociais. Além de um medo significativo dos genitores encontrarem suas filhas, emergindo as fantasias de roubo das filhas que já ficavam acentuadas pelo trabalho voluntário desenvolvido.

Outro ponto a ser destacado quando se trata de adoção e que aparece em todos os relatos, é o processo de preenchimento do formulário de perfil, neste caso, Sônia e Estela relataram a experiência em “liberar o perfil”, trazendo agilidade para o processo, mas é importante destacar o fato de que há uma fantasia da criança perfeita e que compõe o imaginário da mãe, neste caso, o fato de apresentar as características desejáveis que a criança tenha, constrói uma ideia de estar “escolhendo” uma criança, o que carrega uma fantasia de uma mãe má, ou seja, revendo seu lugar de filha e se identificando com tal. Diante de tais experiências, “liberar o perfil” pode representar um lado generoso e que acolheria qualquer criança, não sendo possível olhar suas limitações e suas vulnerabilidades, ou seja, os aspectos narcísicos e seus sentimentos de onipotência vão emergindo trazendo fantasias de que poderiam receber “qualquer” criança como forma de se aproximar do processo natural de gestação.

Dolores e Juliana não viveram a experiência de liberação de perfil, mesmo tendo ficado um tempo maior na fila de espera, Juliana limitou a idade (0 a 4 anos) e em especial do sexo feminino por preferência do marido (critério que ela não tinha preferência), não especificou na entrevista se apresentou mais algum outro critério para seleção de perfil, já Dolores não tinha especificação de sexo e a idade era até 5 anos e com pequenos problemas físicos.

Neste sentido, é significativo avaliar as reais limitações e desejos de cada candidato a adoção, visto ser importante considerar a diferença dos processos biológicos e adotivos, pois haverá comportamentos, exigências e recursos psíquicos diferentes e necessários para o desenvolvimento vincular, não podendo se esquecer da experiência de abandono concreta e psíquica que as crianças experienciaram. Tentar naturalizar os dois processos é perder de vista o investimento emocional necessário para tal situação.

As crianças que estão disponíveis para adoção, partem inevitavelmente de uma história de abandono e terão, em muitos casos, comportamentos que refletem tais experiências emocionais que precisarão ser contidos pelos pais para trazer

segurança e novas experiências emocionais, a fim de compor um novo vínculo e um sentimento de pertencimento. Mas, para isso, passarão por alguns confrontos e testes para poderem se sentir amados.

Assim, percebe-se que, de fato, a “liberação do perfil” acelera o processo de adoção, visto que as crianças disponíveis para adoção possuem características diferentes daquelas que são mais procuradas, ou seja, menores de 2 anos e branca, frente aos mitos que foram construídos socialmente e às tentativas de naturalizar a experiência o máximo possível com o biológico. Entretanto, é importante considerar as vivências singulares de cada mãe que passará pelo processo de adoção, pois respeitar suas condições e limites ao receber a criança favorece o desenvolvimento da maternagem com este bebê, fator essencial para o desenvolvimento vincular da dupla.

No caso de Sônia, houve a liberação do perfil, o que acelerou o andamento na fila, recebendo inúmeras ligações convidando-a a conhecer a criança, porém não se dispôs a dar continuidade no processo, dando andamento apenas quando as características da criança se aproximaram do primeiro critério apresentado.

Santos e Pereira (1999, p. 229) afirmam que as famílias ainda procuram reproduzir o modelo de família biológica ao máximo, adotando crianças recém-nascidas e de cor da pele semelhante à sua, privilegiando o perfil correspondente ao padrão familiar mais aceito e valorizado. Em sua pesquisa desenvolvida no Fórum de Ribeirão Preto, ao caracterizar o perfil dos candidatos à adoção e o perfil das crianças desejadas, esses autores observaram que 65% dos casais que se candidatam à adoção preferem uma criança branca, com idade máxima de até um ano (71%), 51% mostram-se indiferentes quanto ao sexo e 36% preferem crianças menina, sem problemas físicos (91%) e mentais (95%). (SCORSOLINI-COMIN; AMANTO; SANTOS, 2006, p. 42).

Assim, neste processo, a participação em grupos de pretendentes à adoção se tornou algo extremamente importante e significativo, pois estas mães puderam se identificar e se aproximar da realidade da criança, sendo este também um espaço de reflexão sobre seu interesse em tal processo, visto que há discussão de inúmeros elementos que favorecerão o desenvolvimento da relação.

De acordo com Scorsolini-Comin, Amanto e Santos (2006), uma característica importante dos grupos é a universalidade, ou seja, uma experiência coletiva de diversas situações conflitantes, dúvidas e receios similares perante determinada situação e, neste caso em especial, a adoção. Assim, há um rompimento das

fantasias, proporcionando honestidade e franqueza quanto à realidade vivida, o que pode favorecer muito no enfrentamento das situações discutidas.

Os autores supracitados ressaltam que os sentimentos de acolhimento, conforto, alívio trazem uma considerável modificação na autoestima e um rompimento com as amarras sociais. Assim, esse senso de universalidade possibilita ao grupo construções significativas, promovendo uma comparação entre as formas como as pessoas vivem determinadas situações, o que socialmente é feito, porém velado. Neste caso, essa comparação social é realizada de forma natural.

A participação no curso preparatório, que em muitos textos é tido como grupo de preparação para adoção, foi ressaltada pelas quatro mães entrevistadas, sendo uma etapa importante e significativa compondo parte do processo de adoção. Em todos os casos citados neste trabalho destaca-se a participação intensa das mães em grupos de adoção, tanto no grupo exigido pelo fórum, como forma de preparação à adoção, como em outros grupos idealizados por igrejas, redes sociais e por pais e pretendentes a adoção em suas cidades que se juntam para discutir e trocar experiências, como apresenta Juliana, que participa de um grupo pelo *WhatsApp* por meio do qual ouve falas e questionamentos como: *“ah, eu não tenho casa própria, será que eles vão deixar?” ou outros... se preocupam e ficam tão desesperados com coisinhas tão pequenas, coisas assim ‘ai o meu não chega, acho que é por isso’ outros choram, ficam apavorados porque não passam”*. Ou seja, encontram meios de se identificar e de compartilhar experiências específicas, neste sentido Juliana sente necessidade de conversar com pessoas interessadas para, de alguma forma, contribuir com sua experiência.

Sônia e Estela manifestaram uma necessidade de ter uma abordagem mais aprofundada das condições necessárias para o desenvolvimento da maternagem, o que leva a pensar no interesse destas mães em um trabalho voltado ao aspecto terapêutico, a fim de se sentirem acolhidas e até mesmo de uma referência maternal para nutrir suas capacidades de exercer tal função. Esse fato ficou muito aparente na situação de Estela, que viveu com a filha um sentimento de rejeição que provocou impactos nos seus próprios recursos psíquicos.

Sendo assim, o grupo pode ser um forte mobilizador de conteúdos inconscientes como também pode exercer um lugar materno, de acolhimento e contenção das angústias vividas no processo de adoção, dependendo do modo como se constitui e como é mediado.

O suporte psicológico com os pais pretendentes a adoção é essencial, independente da motivação que os levaram a tal atitude. Podemos notar a importância deste amparo, quando alguns adotantes culpabilizam as dificuldades apresentadas pela criança a sua vivência anterior à adoção, entretanto, quem são esses pais, como ocorreu a formação desta família e a constituição destes vínculos também são fatores que influenciam no seu comportamento da mesma. (PERETTO; VALENTE, 2013, p. 71).

Neste sentido, nos casos de Sônia, Estela, Dolores e Juliana, os processos de adoção – desde o desejo da adoção até a entrada no cadastro para este fim e a chegada da criança –, possuem uma importância significativa para a composição da maternagem e para o desenvolvimento do vínculo mãe-bebê.

Para Dolto (1998), a relação mãe-bebê vai além da herança genética e perpassa também pelo vínculo estabelecido entre eles, pois é na cultura e na linguagem que essa relação se estrutura. Weber (1998) considera que todo amor é construído, e que tanto pais adotivos como biológicos, enfrentam dificuldades nos relacionamentos com os filhos, para tanto, uma relação verdadeira suporta qualquer obstáculo. Laços consanguíneos não garantem o amor entre pais e filhos, pois este é construído e conquistado. “A criança escolhe seus pais tanto quanto é escolhida por eles”. (DOLTO, 1998, p. 97 *apud* PERETTO; VALENTE, 2013, p. 71-72).

6.2 A chegada da criança

A partir do momento em que os pretendentes recebem a ligação do fórum informando da possibilidade de adoção de uma criança, algo tão esperado, muitos pretendentes vivem este momento como o parto psíquico, ao nascimento do seu filho, como se pode observar na fala de Sônia: “*A gente vê que cria uma expectativa, como se você estivesse grávida, sabe aquela coisa quando você casa: ah, quando você vai ter filho?*”. Confirmando tal processo, destaca-se a fala de Juliana: “[...] *chegou a hora já, eu tenho interesse, nem precisa terminar de falar*”.

A partir dos primeiros contatos, caracterizados como estágio de convivência, deve-se identificar tanto os interesses dos candidatos à adoção como os da criança. No caso das três mães (Sônia, Estela e Juliana) suas filhas eram bebês, muito pequenas quando foram retiradas de seus pais biológicos e foram destinadas à famílias acolhedoras como forma de evitar o contato com a instituição e dispor de um cuidado mais direcionado, em busca de favorecer o desenvolvimento emocional da criança. Por se tratar de bebês, o estágio de convivência foi curto, por razão da decisão da escolha em ficar com a criança ser apenas dos pretendentes, diferentemente de uma criança maior que precisaria, também, do aval da criança.

Dolores não apresentou dados sobre a família acolhedora, considerando que a adoção de Dolores ocorreu quando Júlia estava com 2 anos, a mãe adotiva explicou que, nesta idade, e quanto mais velha, mais complexa a construção do vínculo em comparação a adoção de bebês menores, como, por exemplo, vivenciou em sua primeira adoção que ocorreu quando sua filha tinha 11 meses.

Quando as mães narraram a chegada da criança em suas casas, descreveram a apreensão em face do estranhamento vivido no ambiente familiar, experiência que não contempla somente as crianças, mas também as mães. Estela ficou inundada por diversos sentimentos frente ao desespero de sua bebê na primeira noite e a continência necessária para o acolhimento materno que deveria ser despendida para Gi, vivenciando um “colapso”, em que a mãe passou a viver a condição de filha, ou seja, não se disponibilizando a cuidar de acordo com as necessidades do bebê, sendo necessário o auxílio do marido para este lugar, trazendo certo conforto. Após os primeiros dias, houve uma entrada marcante da sogra, que desejou “adotar” Gi, entretanto configura-se neste período uma possível inveja da condição materna da sogra, aparecendo as falhas maternas vividas por Estela com sua mãe. Isso pode ser notado pela ambivalência na entrada da sogra durante todo esse período, trazendo conforto para Estela e incômodo ao mesmo tempo, pois apresenta certa “necessidade de mãe” também, ficando em alguns momentos um tanto regredida neste entorno.

Neste caso, os convites de Junior para que Estela estivesse mais próxima de Gi, que a pegasse no colo, puderam trazê-la aos poucos para esse outro lugar de vivência do luto pela “criança idealizada”, ou seja, uma criança amorosa que sonhou na adolescência, quando desejou a adoção de um filho com deficiência, fantasiando que ele tivesse apenas essas características. O convite do marido, então, pôde aproximá-la do luto necessário para possibilitar a fertilização de um espaço psíquico para o desenvolvimento da maternagem.

Essa entrada do pai traz um elemento importante de ser considerado, como aborda Winnicott (1960/1983c, p. 43):

É necessário expor aqui brevemente o que ocorre ao potencial herdado para se desenvolver em um lactente, e depois em uma criança, uma criança atingindo uma existência independente. Por causa das complexidades do tema esta exposição tem que ser feita a partir da presunção de um cuidado materno satisfatório, que significa cuidado paterno. Cuidado paterno satisfatório pode ser classificado mais ou menos em três estágios superpostos:

- a) *Holding*
- b) Mãe e lactente vivendo juntos. Aqui a função do pai (ao lidar com o ambiente para a mãe) não é conhecida da criança.
- c) Pai, mãe e lactente, todos vivendo juntos. (WINNICOTT, 1960/1983c, p. 43).

Dolores vivenciou a experiência de chegada e adaptação com Júlia como algo delicado, pois relatou que a filha chegou com *“muitos problemas”* e muito carente, *“no início ou ela estava no meu colo, ou ela estava agarrada na minha perna quando eu estava usando os braços pra outra coisa... ou ela dormia comigo, comigo não... na cama dela, mas em cima de mim, não era do lado... em cima de mim, ela ia e voltava o tempo todo, pra você ver a carência dela, tanto que nesse tempo eu tirei até a chupeta, porque eu falei “ela está me usando de chupeta” ai eu tirei a chupeta e tudo, mas... muito carente, muito carente.”* Dolores emagreceu cinco quilos no primeiro mês. Aqui, vale a pena destacar que, dos casos pesquisados, é a criança que foi adotada com idade maior. Ou seja, caracteriza um dado discutido por Levinzon (2019), de quanto mais velhas as crianças, mais experiências emocionais e mais dificuldade no processo de adaptação em razão dos buracos psíquicos e das marcas do abandono.

Um ponto importante no tema de adoção refere-se à idade em que a criança é adotada. Do ponto de vista do desenvolvimento, recomenda-se que ocorra o mais cedo possível, de modo a evitar as vivências e abandono e sofrimento que muitas vezes acompanham a criança institucionalizada e sem lar. O hiato que se apresenta entre a criança e seus pais adotivos em função da descontinuidade biológica tende a ser menor quando a adoção ocorre precocemente. (LEVINZON, 2019, p. 24).

Juliana, por sua vez, vivenciou o processo de adaptação de outra forma, modificou todo o ambiente a fim de favorecer a adaptação, semelhante à chegada de um bebê recém-nascido, o que favoreceu o desenvolvimento vincular, aproximando-se de uma experiência de fusão mãe-bebê, a fim de emprestar o *self* da mãe para compor o *self* do bebê, num movimento de preocupação materna primária, e em uma condição de favorecer e vivenciar o *holding* juntamente com a apresentação de objeto para compor o desenvolvimento emocional do bebê, *“não sabíamos se era segunda, se era terça ou se era quarta, teve dia que era assim.”*

À vista do exposto, identificou-se que a chegada da criança implica a desconstrução da fantasia e dos ideais criados ao longo de uma vida, ao mesmo

tempo que passam a se reconhecer como “mães” e aos poucos vão tendo que dar conta dos aspectos vorazes de si mesmo, dos pensamentos voltados à devolução, como vivido por Estela, frente ao sentimento de impotência diante da maternidade.

A desconstrução da fantasia vai ocorrendo à medida que o contato rotineiro com a criança vai acontecendo. Nessa perspectiva, Sônia traz a seguinte colocação: “*quer adotar uma criança perfeita, né! E não vai ser, de forma nenhuma, não vai, nem os que nascem com a gente não é!*”. Estela também apresenta uma fala significativa ao colocar o título do seu segundo desenho: “*Esse daqui? É ... não sei ... talvez... a realidade de ser mãe ... porque assim, a gente pensa uma coisa, e quando vê é outra*”.

Como analisado anteriormente, verificou-se uma diferença significativa ao se pensar a maternidade e a maternagem, *a priori*, o desenvolvimento de maternidade vai se construindo, mas a maternagem pode sofrer implicações, considerando-se os recursos desta mãe para estar disponível emocionalmente para este “outro”.

Desta forma, a maternagem é entendida na pesquisa como uma vinculação e qualidade de alguém que tenha a função do cuidar e de uma criança a ser acolhida. Sendo esta relação muito importante, tendo um sentido no vínculo do adulto com essa criança. Diferenciando-se da definição de maternidade. (PERETTO; VALENTE, 2013, p. 72).

A chegada das filhas implica um período de adaptação, vivido de maneira complexa e intensa. Para tanto, estes primeiros momentos com a criança, no caso de Estela, não foram suficientemente bons para exercer e desenvolver o *holding*, *handling* e preocupação materna primária. Ao passo que Sônia pôde experienciar parte desse desenvolvimento, mesmo sendo experiências cruzadas com os aspectos narcísicos de sua personalidade.

O conceito de maternagem, por essa leitura psicanalítica, pode ser compreendido como um conjunto de cuidados dispensados ao bebê que visam suprir suas necessidades. Essas, por sua vez, são entendidas por Winnicott (2000) como necessidades de *holding*. O cuidador materno deve ter a capacidade de perceber como o bebê está se sentindo, reconhecendo, assim, a sua subjetividade (SANTOS, 1999). (BARBOSA *et al.*, 2010, p. 32).

Quando Estela traz “*eu lembro que a primeira vez que a gente foi buscar ela pra dormir... o Junior tinha uma reunião na igreja e ele foi no lar, me buscou e deixou eu aqui... sentada... me trouxe eu coloquei ela assim, eu olhei pra ela e falei assim, mas o que eu vou fazer pra ela de comida? Sabe?... perdida, perdida... e foi uma*

noite que ela não dormiu, porque ela estranhou tudo... com razão... ela é muito apegada com o Junior... e aí dormiu a noite inteira assim em cima dele, o pouco que ela dormiu ela dormiu em cima dele, mas ela acordou muito e aí... eu não dormi nada à noite, no outro dia de manhã eu já estava com ela no colo assim, e aí... preparando mamadeira, já pensando no almoço, o que eu ia fazer no almoço e já pensando na mamadeira da tarde... e já pensando como fazer ela dormir de tarde e se dormir um pouquinho você já está lá em cima e pensando na janta... e... na hora que eu fui pensar em mim, já era 11 horas da noite, eu estava com roupa de dormir desde cedo que eu não tinha tirado... e assim... essa quebra foi muito brusca, porque na hora que eu entrei, que foi 11 horas da noite pra tomar um banho, de baixo do chuveiro eu começava a chorar e falava assim: “como que eu vou falar, que eu vou devolver ela?” Porque... era esse meu pensamento, porque eu não vou dar conta...”, ou seja, uma vivência terrorífica para ambas, com muitas dificuldades de sintonizar-se ou tentar acolher as demandas da rejeição e do abandono.

Sônia, por sua vez, apresentou outro modo de vivenciar tais experiências, de certa forma mais similares ao processo de continência, ou seja, contendo, na medida do possível, as angústias do desconhecido, do medo e das fantasias oriundas do psiquismo. Como se pode perceber em sua fala: *“aí quando trouxemos pra casa aqui, no começo eu falei meu Deus do céu a gente não dormia né, porque elas tinham o quatinho delas e a gente tinha o nosso e a gente queria ficar com elas e não sabia se elas iam conseguir dormir, e não conseguiram, e a gente também não... é uma experiência assim, única! É como se você estivesse... nascido de você mesmo, de ter alguém assim pra você cuidar, pra você... e elas são muito carinhosas assim, as duas, muito, desde o começo, mesmo sem saber... e foi... foi indo, a gente foi conhecendo, elas foi conhecendo a gente, eu acho assim, é que nem ter mesmo, porque não vem manual de instrução né... então quando nasce de você, também não tem.”*

Tem um aspecto importante vivido por Sônia, em razão de receber em vez de uma criança, duas filhas gêmeas, ou seja, exigindo os mesmos cuidados, o que torna as mudanças e as desconstruções das fantasias um processo mais intenso, emergindo energia psíquica dobrada para dar conta de um duplo abandono e de uma dupla necessidade de afeto.

Dolores, conforme apresentado anteriormente, também viveu, com a chegada de Júlia, inúmeros conflitos, e necessidade de conter as demandas da criança quando ela chega à sua casa, necessitando um quantum de energia que a fez emagrecer, por

entregar à filha recursos ainda não desenvolvidos para a lida do abandono, o qual esta criança experimentou e carregou consigo. Entende-se, neste sentido, o esforço de Dolores no atendimento das demandas da filha.

Nessa esteira de reflexões é importante destacar um dado da perspectiva winnicottiana referente a uma mãe que não consegue atender às demandas do bebê, ou seja, não se adequa às alterações necessárias, às alucinações e aos impulsos espontâneos deste ser, não alcançando o lugar de mãe suficientemente boa. Isso impacta na capacidade do lactente em simbolizar (WINNICOTT, 1983c).

Ainda que muitos desses processos ocorram em nível inconsciente, a maternagem, na visão winnicottiana, pressupõe que a mãe se posicione de maneira madura, acolhedora e segura diante do filho, o que não ocorre apenas na ocasião do nascimento e dos cuidados iniciais, mas ao longo de toda a primeira infância, notadamente. Sendo assim, a maternagem acaba sendo um processo que vai se constituindo ao longo do tempo, possibilitando o surgimento de diferentes significados acerca do ser mãe. (BARBOSA *et al.*, 2010, p. 34).

Por outro lado, é preciso considerar o fato de que ser mãe de gêmeos carrega consigo uma tarefa extra, tendo que realizar entregas a duas pessoas ao mesmo tempo com as mesmas demandas emocionais e físicas. Neste sentido, ela poderá fracassar e se contentar em fazer o melhor possível, com isso a criança precisará se satisfazer com o que possui, e se oportunizar a encontrar outras vantagens ao longo do seu desenvolvimento que compense esse estado germinal (WINNICOTT, 1964/2015).

Diante desse estudo, percebe-se que as condições de maternas vão se estruturando e se compondo a partir dos recursos psíquicos desta mãe em desenvolver uma capacidade de pensar, para que possa digerir os elementos que ficaram “brutos” em face das experiências emocionais vividas em sua infância.

6.3 Reconhecendo-se como mãe

Sônia, Estela, Dolores e Juliana experienciaram a maternagem de maneira singular. Cada mãe constrói a relação com suas filhas de acordo com seus recursos psíquicos, conforme abordado no material teórico.

Sônia, Estela e Juliana vivenciaram a maternidade a partir da adoção, diferentemente de Dolores que anterior à adoção teve duas filhas biológicas e pôde

experienciar o maternar valendo-se do referencial biológico e não desenvolveu o sonho de ser mãe diante da adoção, algo que já foi vivido anteriormente, tendo a adoção como forma de suprir outras fontes de desejo.

Sônia vive o desejo de ser mãe e sonha com este lugar por longos anos, diante disso, passa a ter dificuldades em reconhecer o crescimento das filhas, ou melhor, de possibilitar o desenvolvimento psíquico/emocional delas, pois se sente saciada narcisicamente pela dependência que as filhas impulsionam nesta mãe.

Winnicott (1963/1983d), em sua teoria do amadurecimento emocional, propõe a passagem por algumas etapas do desenvolvimento, iniciando pela dependência absoluta, depois a dependência relativa da mãe, até o bebê alcançar a independência relativa, podendo se diferenciar do 'outro' e promover a continuidade do ser.

Em face disso, nota-se que Sônia, ao receber as filhas, as coloca em um lugar de dependência absoluta, destacando o olhar da pesquisadora para uma possível dificuldade da mãe em promover o desenvolvimento emocional das filhas, a fim de tentar interromper, ou mesmo “parar no tempo”, o alcance da independência. Percebe-se que a mãe sente uma necessidade de receber o amor das filhas e acaba depositando nelas toda uma vida, uma rotina e um trabalho, havendo uma mistura eu-outro, dificultando o desenvolvimento de um *self* verdadeiro das filhas e de uma diferenciação desta mãe, ou seja, parece que tem vivido uma dificuldade em sair do “adoecimento saudável” da preocupação materna primária. *“Atualmente tudo gira em torno delas, você fica de lado... não que você fica de lado, eu não soube me expressar, mas assim, é... como é gratificante, você poder tirar... pelo menos eu consegui salvar duas vidas”*.

Neste sentido, vale a pena ressaltar um momento vivido com a pesquisadora durante a entrevista, Sônia a convida para conhecer as filhas ao acordarem no momento da entrevista. Sônia passa a trocá-las e alimentá-las, direcionando todo seu desejo sobre as filhas dizendo: *“Você quer água, come o biscoito que a mamãe preparou para você, quer mais água”*, não dando tempo de resposta de uma das filhas, o qual faz referência a uma mãe de recém-nascido, que vive os primeiros meses de vida do bebê misturado com ele a fim de compreender e atender às necessidades dele. Isso pode ficar representado na dificuldade de fala de uma de suas filhas.

Também é importante ressaltar, nesse momento, uma preocupação e um medo do desenvolvimento das filhas perante a idade destes pais e, com isso, a

proximidade da finitude da vida. O desejo inconsciente de Sônia é de parar o tempo, e com isso o desenvolvimento das filhas. Ficando novamente presente o fato de uma das filhas não ter desenvolvido a fala.

Outro dado que leva a pensar na fixação da dependência absoluta, refere-se ao desejo desta mãe de não colocar suas filhas na escola até que consigam desenvolver-se e comunicar-se claramente (neste caso, ressalta-se novamente o fato supramencionado quanto à dificuldade acentuada de comunicação da filha), mantendo-as a todo o momento neste estágio regredido. *“Não tenho coragem, a criança não sabe nem falar, e eu vou dar pra outra pessoa cuidar né? Eu vou fazer um esforço e eu vou ficar junto, e é isso que eu estou fazendo”*.

Estela, por sua vez, vivenciou esses momentos de outra maneira, experienciando algo novo, quanto ao reconhecimento de ser mãe, a partir do momento em que reconheceu Gi como filha, resgatando-a para seus cuidados, realizando uma reorganização de sua rotina. *“Aí eu tive assim, que mudar toda a minha rotina, colocar ela na escolinha a tarde, aqui de manhã fica uma pessoa cuidando dela, eu tenho mais tempo pra ficar com ela porque, de manhã, às vezes... muitas vezes ela já acorda 7 horas, eu fico uma hora ainda com ela antes de ir pro serviço... e, venho no almoço, eu que dou banho, eu que dou comida, eu que levo na escola... então a gente, agora que esta tendo essa proximidade maior, até porque a gente... foi muito difícil no começo... muito mesmo.”*. Diante destas mudanças, a relação mãe e filha ganhou outro contorno, resgatando o *holding* e uma continência às vivências da filha, incluindo a separação da sogra e seu reconhecimento como mãe. *“Eu tinha dó, mas agora eu vou lá, eu vejo que é necessário pra ela, ela está aprendendo muita coisa, ela se desenvolve muito bem, ela está cantando, tá contando, ela conta história pra mim... então isso é necessário, eu tenho certeza que... eu achei que seria difícil eu deixar ela, mas...”*. Neste contexto, pode-se perceber que, diante dos conflitos vividos anteriormente, Estela está se aproximando e permitindo o contato mais íntimo com a filha, rivalizando menos com ela. Também se pode pensar que o narcisismo e os sentimentos de rejeição que emanaram no contato com a filha puderam ser transformados e ressignificados para os cuidados maternos, enxergando o outro de forma mais próxima. Neste sentido, Estela pôde se propor a atualizar a relação e a perceber que sua filha, ainda criança e com fortes experiências de abandono, tem podido se expressar e uma mãe mais continente para enfrentar tais condições.

Diante desta experiência apresentada, observou-se que Estela, aos poucos, vai elaborando o luto pela filha dos sonhos e pelo lugar de filha que precisou deixar (inclusive filha de sua sogra) para transitar para outro, o de mãe. Com isso, pôde resgatar os seus recursos psíquicos que, por um tempo, ficaram desorganizados e depositados na depressão pós-adoção.

Nota-se que, gradualmente, Estela tem experienciado e saboreado o lugar de mãe, sendo possível reconhecer o prazer desta relação.

No tocante a Dolores, é significativo considerar que o reconhecimento do lugar de mãe, diferentemente das outras mães citadas neste trabalho, Dolores já havia experimentado tal condição em momento anterior por três vezes, portanto, essa vivência se apresenta de forma diferente, por vários motivos. Em primeiro lugar, inicia esta vivência um tanto desinvestida do desejo, considerando que estava desistindo da adoção em virtude do tempo de espera. Em seguida, percebe-se certa ambivalência neste momento, pois permanece na fila e ainda atribui à chegada da filha a “cura” das dores que estava sentindo oriundas de sua profissão. Dolores também experimenta, por dois anos, uma relação de fusão mãe-bebê, numa tentativa reparadora frente à carência vivida pela filha, se associando a uma “chupeta”, como se a sugasse inesgotavelmente.

Passa então a fazer um investimento emocional significativo, com contato físico intenso, porém, conforme relatado anteriormente, com dificuldades em se perceber com tais recursos, verbalizando a falta deste e uma doação divina do amor materno. Isso autoriza e desautoriza ao mesmo tempo, o que pode justificar uma carência irreparável da filha, talvez por não senti-la inteiramente disponível para “estar” emprestando seu *self* à filha.

Parece que Dolores não se autoriza a viver o lugar de mãe suficientemente boa, em razão de diversos processos inconscientes que devem reacender ao experimentar este lugar, sentindo-se terrorista e persecutória.

O processo de adoção de Júlia não apresentou a maternidade para Dolores, o que leva a pensar que a adoção carrega outra função neste caso, retratando uma necessidade de controle. A adoção vem suprir essa demanda da mãe de controle por estar sendo requisitada e de uma necessidade constante de reparação de sua destrutividade e persecutoriedade, caracterizando, neste sentido, um alimento de seu narcisismo.

No entanto, no caso de Juliana, ela se autoriza a se reconhecer mãe na relação com Laura, pois no processo inicial de adaptação, permitiu se fundir com a filha se disponibilizando ao cuidado integral desta e no atendimento a suas demandas. *“Você quer ver por foto?”, eu falei ‘não... quero ter o primeiro contato com ela pessoalmente mesmo’... aí quando a gente foi buscar a menina... aí ela veio no colo da assistente social e, na hora, eu só falei assim ‘vem aqui com a mamãe’, ela pulo no meu colo e veio... foi assim... aí ela... me cheirava né, foi fazendo a aproximação com ela e, como já fazia alguns dias já, as meninas falavam que chegava naquele horário, que era o horário que a gente ia se encontrar, diziam que lá na casa acolhedora que ela ficava, ela já ficava inquieta, começava a chorar, era uma coisa... já ficava assim... aí depois, conforme ela foi se acostumando com a gente ela já foi ficando mais manhosa, qualquer coisinha já queria chorar, tipo, agora eu tenho alguém só pra me dar atenção, então agora eu posso.”* Juliana está disponível para o desenvolver da maternagem e para construir diariamente um vínculo com Laura e, conseqüentemente, construindo um ser mãe, se esquecendo do fato de sua filha ser adotiva, em um determinado momento da entrevista relata: *“Às vezes eu até esqueço, eu nem lembro que foi adotiva, às vezes quando eu encontro alguém, o pessoal fala que ela parece com meu marido”*.

Diante da ambivalência vivida pelas mães no desenvolvimento da maternagem, Juliana também experimenta uma apreensão quanto ao contato da filha com sua própria história, emergindo possíveis fantasias de rejeição, roubo, etc., as quais são fruto de seus processos inconscientes e aos quais não se teve muito acesso. O que, na verdade, são partes importantes de serem vividas e ressignificadas ao longo do desenvolvimento, para disponibilizar maior espaço psíquico para a maternagem e para o vínculo afetivo.

Importante destacar aqui que cada mãe viveu experiências diferentes no reconhecimento da maternidade. Sônia vivenciou uma proximidade inicial com as filhas, exercendo um *holding* e uma continência frente à necessidade das crianças, mas o desenvolvimento delas tem mobilizado pontos de angústia, sendo preciso mantê-las bebês. Sônia apresentou-se encapsulada com as filhas, o que revela uma dificuldade em ser mãe de “crianças vivas” (não de bonecas), ou seja, crianças em seu desenvolvimento “normal”, com desejos e pensamentos próprios. O lugar de mãe de bebês traz maior conforto a Sônia, evitando o crescimento das duplas (mãe-bebê).

Estela, por sua vez, no período de adaptação inicial vivenciou conflitos na relação mãe-bebê, com dificuldade de exercício do *holding*, entretanto, foi se desenvolvendo aos poucos e renunciando sua parte infantil, permitindo se aproximar da “realidade de ser mãe” (título do seu segundo desenho). Neste sentido, Estela e Gi idealizadas precisaram “morrer” (segunda produção gráfica de Estela) para permitir o “nascimento” de uma dupla mais real, com experiências ambivalentes e tolerância/continência para tais sentimentos.

Dolores trouxe vivências anteriores carregadas de perfeição e uma espera idealizada, por vezes um tanto cansada e deprimida, compensando com a seguinte fala: *“Hoje a de 4 anos, se falar como veio e como está, ela foi virada do avesso, ela está uma criança perfeita, feliz, alegre, obediente. Às vezes a gente percebe algumas mentirinhas, mas também, vai aprendendo, vai vendo... ela é muito inteligente a de 4 anos, muito, muito inteligente, ativíssima, sabe?”*

Juliana nos apresentou a experiência de uma mãe suficientemente boa que pode desenvolver e compreender a realidade da adoção reconhecendo-se mãe a partir de uma análise de suas condições e desejos para a adoção, permitiu a elaboração do luto pela perda do filho biológico, e certa desconstrução dos mitos e fantasias sobre a adoção valendo-se de vivências familiares com filhos adotivos, conforme descrito anteriormente. Essa aproximação de si mesma e de seus reais desejos proporcionou uma disponibilidade emocional para receber o filho adotivo com todas as suas experiências de abandono e suportá-las sem que isso se tornasse uma agressão e um elemento destrutivo, podendo acolher tais demandas: *“no primeiro final de semana que ela veio passar com a gente né, ela estranhou... a gente já tinha aquele período de conhecimento e tal, mas durante o dia, ela ficou muito bem, brincou, super feliz. Quando foi à noite, na hora de dormir, ela começa a olhar pro teto... olhava pro teto e chorava, aí a gente pegava ela no colo... eu pegava ela no colo chacoalhava e chacoalhava ela, ela estava com sono, queria dormir... mas... abria o olhinho, olhava pra cima e chorava, essa foi a primeira noite que a gente passou... assim, ela foi conseguir dormir uma e meia da manhã, só que depois, nas outras noites, ela demorava pra dormir, acordava várias vezes à noite né, aí tinha que pegar no colo, acalmar ela e tal e colocar ela de novo pra dormir”*.

6.4 O cuidado como expressão de afeto

Este item traz considerações significativas para se compreender o lugar e a percepção da maternagem nestas mães, visto que em todos os casos os cuidados físicos apareceram como sinônimo de maternagem. Isso ficou mais evidente em alguns casos, o que denuncia uma incompatibilidade com o real sentido do termo, como pode ser visto no texto e nas abordagens dos autores, em especial quando foi abordada a diferença entre maternidade e maternagem.

Sônia, em sua segunda produção gráfica, evidenciou a compreensão do cuidado com o bebê por meio da alimentação, entretanto, apresenta mãe e filha sem sintonia, ou seja, mãe embebida de si mesma, em sua fome e em seu narcisismo e filha assustada e desesperada, sem o acolhimento esperado, sedenta de “fome”, neste contexto, pode-se dizer uma fome de “mãe”, de uma mãe voltada para suas reais necessidades, uma mãe com recursos psíquicos capaz de desenvolver novos acolhimentos, às novas necessidades desta criança.

Na primeira produção gráfica, Sônia apresentou uma criança em forma de uma miniatura da mãe, o que leva a compreender que esta relação se apresenta idealizada, a qual se compõe por uma mãe detentora de todo conhecimento e uma criança compreendendo e aceitando tal condição, como se ela tivesse condição psíquica para vivenciar a relação mãe-bebê desta forma, representada muitas vezes pela fusão, que se considerou anteriormente, numa mistura de “eu-outro”.

Neste sentido, Sônia vivenciou o “ser mãe” baseada na concepção do cuidado físico com as crianças. Observa-se isso pela própria fala de Sônia: “[...] *nossa e eu ficava desesperada, porque precisa comer, precisa estar bem... e a fome é um sinal que o organismo está bem, então eu acho assim, a parte de alimentação é uma parte que mostra que você está cuidando delas e eu faço elas não comerem besteira, de ter uma saúde, ter uma alimentação saudável, isso é um cuidado que eu estou vendo que muitas mães até hoje não tem*”.

Porém o “ser mãe” traz outras demandas, como cuidado e amparo aos fenômenos afetivos e psíquicos, expressos pela criança o que reivindicará uma mãe com novos recursos psíquicos.

Segundo Dias (2003), nenhuma criança é capaz de se tornar uma pessoa real se não estiver sob os cuidados de um ambiente que lhe ofereça sustentação e facilite os processos de amadurecimento emocional. Portanto, “o que existe

é o indivíduo em relação ao mundo externo; primeiramente, há a relação de um par corporal e depois entre unidades corporais”. (MISHIMA; BARBIERI, 2009, p. 250 *apud* BARBOSA *et al.*, 2010, p. 33).

No caso de Estela, também se pode representar o conceito de maternagem como sinônimo de cuidado físico, no qual evidencia o alimentar, vestir, levar à escola, como forma de exercer “o ser mãe ideal”. Isso pode ser observado no trecho do relato à pesquisadora: *“Então, a história é essa que eu estava até falando de... que a proximidade minha, agora que eu consigo... que, como que eu posso dizer, que parece uma boberinha, eu vim na hora do almoço vim dá comida pra ela, mas é super importante eu vim dá banho... eu vim faze! Não pagar pra ninguém fazer, porque a moça que fica de manhã, eu falo que ela fica só pra conversar com a Gi e só pra brincar com ela... porque EU quero dar banho, EU quero dar comida, eu quero conversar assim né... na hora da comida, na hora do banho e assim, até a gente chegar na escola a gente vai conversando, a gente vai brincando entendeu? Até chegar lá e assim... é... chega até dar dó de deixar, você quer trazer né, porque... é muito diferente do que como a gente estava fazendo... de ir cedo.”*

Como Estela estava, possivelmente, passando por um período de luto pela filha e mãe ideais (segunda produção gráfica), conseguiu alcançar outros recursos no desenvolvimento da maternagem, apresentando outras formas de se comunicar afetivamente com Gi, se permitindo viver experiências de contato emocional, como exposto pelo contar histórias, pela disponibilidade de tempo para estar com Gi, modificando sua rotina de trabalho, o que pode permitir o desenvolvimento de disponibilidade emocional para experienciar novas formas de cuidado, estando mais intimamente conectada com sua filha.

Assim, é importante destacar o modo como Winnicott aborda o movimento afetivo frente ao cuidado por meio do *holding* e *handling*.

A ênfase no *holding* físico da lactante está relacionada a uma forma de amar. Esta forma é a única maneira em que uma mãe é capaz de demonstrar seu amor ao bebê. Há mães que têm condições de sustentar, de conter o bebê, outras não. Essas que não conseguem contê-los vão desencadear no lactante uma sensação de insegurança (ABRAM, 2000). Não havendo um *holding* suficientemente bom, os estágios de dependência (dependência absoluta; dependência relativa; rumo à dependência do lactante) não poderão ser alcançados, e caso o sejam, não se manterão. Os resultados ocasionados de cada falha materna consequentemente vão interromper a continuidade do ser, resultando em um enfraquecimento do ego. Estas interrupções poderão vir a provocar aniquilamento, ligadas ao sofrimento de caráter e intensidade psicótica (WINNICOTT, 1983; 2000). (BARBOSA *et al.*, 2010, p. 32).

Para tanto, a experiência de *holding* e *handling* da mãe é significativa para compor o desenvolvimento psíquico do bebê, incluindo o fato de o bebê poder incorporar a mente no seu corpo e se sentir a caminho da integração, compondo uma unidade.

No caso de Juliana, percebe-se um significativo investimento emocional e um seio farto de leite com disponibilidade para nutrir (presente na segunda produção gráfica, em que aparece a mãe segurando um seio com a criança em pé do outro lado, representando sua fartura na nutrição e no investimento afetivo, além de apresentar-se com fisionomia satisfeita para esta condição). Outro elemento simbólico durante o contato com a pesquisadora foi a oferta de um suco de laranja, descrevendo-o como bem concentrado e cheio de vitaminas, incluindo o fato de a fruta ser originária de uma plantação e colheita próprias. Todos representantes de alta disponibilidade de investimento afetivo e de recursos para nutrir físico e afetivamente.

O campo da nutrição física contempla os aspectos de *holding* e *handling*, descritos anteriormente, porém é carregado de investimento afetivo, conforme se pôde observar em Juliana, no contato com sua filha, de forma a intuir a necessidade de um “*chacoalhar*” como forma de embalar a criança em uma nova dança que promova uma sintonia representante desse novo par. Ambas passaram a se reconhecer em um mesmo movimento de contato corpo a corpo, cheiro e necessidade de olhar constante. Juliana integrou o cuidado físico ao cuidado afetivo e à disponibilidade de acolhimento às demandas da criança, o que caracteriza o desenvolvimento de uma mãe suficientemente boa, como apontado há pouco.

Tais movimentos também foram iniciados por Dolores, quando se disponibilizou ao cuidado físico com a chegada da criança, mas que por vezes remete à ideia de uma criança requerendo um tanto mais de cuidado físico e afetivo em relação à disponibilidade de recursos da mãe (como pode ser notado na segunda produção gráfica, na qual aparecem braços fracos e uma criança forte e intensa demais para o tanto de disposição desta mãe, ao mesmo tempo que se tem uma mãe solta no ar e distante da realidade psíquica de si e do “outro” e uma criança sedenta de cuidados, em que se pode compreender, pela distinção de cores entre mãe e filha, ao mesmo tempo que uma falta de sintonia). Desta forma, pode-se pensar que há um desejo significativo de Dolores em desenvolver um cuidado ideal,

que seja enviado por Deus, que se distancia de um processo possível, real e integrado, caracterizando um olhar de si mesmo vazio e enfraquecido, em virtude deste ideal representar significativa distância da realidade.

Dolores busca nutrir e “salvar” a criança de seu passado, depositando em si significativa responsabilidade que a afasta de suas reais condições psíquicas de cuidado.

Diante disso, pode-se considerar cuidado como parte de uma esfera física e psíquica, na qual o nutriente afetivo se destaca como forma de percepção das reais necessidades da criança. Desta forma, há uma significativa distinção entre cuidado no sentido de manter a criança limpa, alimentada e cumprindo rotinas específicas, e cuidado relacionado a uma compreensão dos elementos e necessidades afetivas que são atreladas ao cuidado físico, sendo uma junção de todos esses elementos para permitir uma integração da mente com o corpo, o dito psicossoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver e promover algumas contribuições sobre o desenvolvimento da constituição vincular nas relações mãe-bebê a partir de experiências de maternagem em mães adotivas atravessou-se por diversos elementos singulares, subjetivos, psíquicos, teóricos que compuseram a perspectiva pela qual este trabalho foi construído.

Nessa perspectiva foram propostas reflexões a respeito deste assunto, a fim de ampliá-lo e acolhê-lo como forma de repensar e desenvolver novos discursos e olhares sobre a maternagem adotiva, seus elementos psíquicos e, também, seus aspectos legais.

Foi possível perceber que, além de um caráter legal, outros fatores precisam ser destacados para que de fato possa haver a constituição de um novo lar, evitando as possíveis devoluções de crianças, situação que as leva a revivenciar o trauma, ou seja, como uma nova experiência de abandono.

Esse aspecto também revela a importância de considerar as condições psíquicas da mãe no desenvolvimento da maternagem, pois se verificou que é preciso haver, além do desejo pelo filho, um tanto de recursos emocionais e afetivos que são oriundos de suas vivências como filha, os quais estão recheados de elementos inconscientes, levando à necessidade de um contato mais íntimo com as realidades psíquicas desta mãe, a fim de favorecer o desenvolvimento dos processos de adoção.

Transitando no campo dos desejos, nota-se a importância de considerá-lo na composição da maternagem, em especial na adoção. Neste último caso, em pauta neste momento, percebe-se que muitas mães buscam a adoção como forma de experimentar o desejo de ser mãe, o que implica vivenciar lutos significativos, voltados para a experiência biológica de “sentir” o bebê, de nutrir-se narcisicamente com uma barriga, da infertilidade em muitos dos casos, e de diversas experiências psíquicas que florescem no desejo de filhos.

Vale destacar o caso de Dolores, que vivenciou a maternidade biológica e adotiva, ou seja, já vivera a experiência do materno biologicamente, assim, há outras fontes de desejo neste contexto que não apenas o desejo de ser mãe, como constatado nos três outros casos analisados, os quais advieram de um campo de infertilidade do casal, ou mesmo de um de seus membros. Assim, foi possível

observar um desejo de Dolores de sentir-se viva diante da experiência com o “outro”, precisando nutrir-se de um amor idealizado e divino que ela sente não alcançar, se tornando um alimento narcísico e permanentemente vivo dentro dela, apresentando certas experiências onipotentes, como, por exemplo, o fato de ser enviada por Deus para nutrir afetivamente seus filhos, como se estivesse vazia de afeto. Ao mesmo tempo, passa a exercer certo controle de sua capacidade afetiva sendo constantemente requisitada por crianças, tendo que atender demasiadamente a demanda do outro, como forma de garantir sua valia.

Neste contexto, é importante observar como o narcisismo materno se apresenta para a mãe adotiva, pois passa a ser um elemento significativo que pode acompanhar o experienciar de outras vivências afetivas, ocupando um espaço mental que dificulta o cuidar e olhar do outro, das necessidades de amparo e no desenvolvimento da preocupação materna primária, trazendo implicações na construção vincular mãe-bebê.

Notou-se esse aspecto nos casos de Dolores, Sônia e Estela, como um elemento que perpassou na relação mãe-bebê, uns de forma mais transitória, outros de maneira um pouco mais presente e com necessidade de ser alimentado, como no caso de Dolores. Ao passo que Juliana se dispôs a dar conta de seu narcisismo solicitando a ajuda de um profissional, desconstruindo um aspecto onipotente, o qual favoreceu o desenvolvimento da maternagem, revelando esferas narcísicas mais organizadas, das quais também é necessário se alimentar.

Nos processos de adoção, torna-se necessário desenvolver maior fertilidade psíquica, com o intuito de ampliar o espaço emocional para acolher os diversos conteúdos dos bebês/crianças adotivos que carregam consigo as diversas histórias de vidas e os mais variados traumas que precisarão ser acolhidos neste novo lar. Caso haja espaço para o desenvolvimento de funções maternas, passa a se compor o *holding*, o *handling* e a apresentação de objeto como componentes da “mãe suficientemente boa”, favorecendo a relação da dupla mãe-bebê e o acolhimento dos diversos sentimentos e necessidades dela.

A experiência da preocupação materna primária se torna elemento-chave para uma aproximação afetiva com a chegada do bebê/criança, pois permite a compreensão das suas demandas físicas e emocionais.

Tais elementos supracitados – como o *holding*, o *handling*, a preocupação materna primária –, são fortes marcadores para desenvolvimento e construção do

vínculo afetivo da mãe adotiva com a criança, possibilitando o alcance de um desenvolvimento vincular significativo para o crescimento desta relação, trazendo saúde emocional para mãe e filho.

Por esta razão, reitera-se a importância da experiência do processo terapêutico como forma de auxiliar no desenvolvimento emocional do pretendente e compreender de fato suas motivações internas para a adoção, visto que o desejo de maternar e as elaborações de suas experiências como filhas são fortemente marcadas para o alcance da maternagem e da disponibilidade de viver os primeiros testes de ambiente e o aguentar das angústias emergidas frente ao desamparo do bebê que chega, despertando, por vezes, o desamparo materno, caso esse não esteja, em parte, elaborado psicologicamente por esta mãe.

Importante considerar, igualmente, os ideais que são construídos em relação ao ser mãe e ao filho que chega, sendo preciso fazer uso dos recursos apresentados acima para que possa existir um ambiente suficientemente bom para promover os acolhimentos necessários a fim de autorizar tais desconstruções ligadas a um ideal de ego que pode afastar e dificultar o desenvolvimento vincular, como visto no caso de Estela, em especial. Quando o ambiente favorece a desconstrução destas ideias, há possibilidade de desenvolver novas relações afetivas.

Cabe destacar, ainda, que apesar das inúmeras dificuldades experienciadas nos processos de adoção, incluindo o processo anterior à efetivação da adoção e o posterior à adoção (desde a espera na fila, a angústia em não saber quem será a criança a ser recebida e os conflitos que aparecem com o período de adaptação ambiental), as quatro mães sinalizaram interesse em participar de novos processos de adoção, ressaltando apenas o quesito idade em Sônia e Dolores, pois o consideram como um limitador em razão de receber uma criança e estar com uma idade mais avançada e também por não saber quanto tempo ficariam novamente na fila de espera, sendo até considerado por elas um tanto egoísta neste sentido, pois a criança terá pouco tempo de contato afetivo.

É preciso ressaltar, também, o desejo em ter realizado mais um Desenho-Estória com Tema que pudesse explorar e trazer maiores elementos sobre o modo como estas mães se sentiram cuidadas por suas mães, para que fosse possível ampliar as análises em razão da importância deste elemento na composição da maternagem. Vale lembrar sobre as limitações deste trabalho e a necessidade de

uma continuidade da exploração deste assunto em outras relações mãe-bebê e em outras regiões do país. Por se tratar de um estudo qualitativo, pôde-se apresentar quatro casos com compreensões e análises específicas da pesquisadora, com base em suas compreensões analíticas e em material teórico específico, sendo possível expandir para outras significativas compreensões sobre o maternar e o vínculo afetivo desenvolvido nesses casos de adoção. Nesta perspectiva, constatou-se que o Procedimento do Desenho-Estória com Tema e a entrevista semiestruturada possibilitam uma ampliação para as interpretações psicológicas a serem realizadas de acordo com o método psicanalítico.

À vista do exposto, considera-se significativo o desenvolver de um trabalho psicoterápico a essas mães pretendentes a adoção e mesmo posterior à adoção, podendo ser realizado também por meio de grupoterapia, com o intuito de construir, ressignificar e compreender os diversos elementos que compõem a maternidade, a maternagem e a adoção dentro deste enquadre, sendo um rico trabalho a ser construído em prol de favorecer o desenvolvimento vincular mãe-filho no campo das adoções.

Além disso, esse campo se torna necessário de ser estudado e compreendido, sendo propulsor para outras pesquisas e explorações sobre o tema, o qual tem estado sob constante circulação na sociedade, além de contemplar uma forma de amparar indiretamente as crianças vítimas de um abandono físico e emocional.

Este trabalho também permitiu uma reflexão sobre a maternagem e o seu desenvolvimento no campo biológico, adotivo e no desenvolvimento psíquico da criança, além de uma singela compreensão histórica dos processos legais aplicados à adoção até os dias de hoje, o que possibilita que se estabeleça uma conexão com uma história de rechaço social.

REFERÊNCIAS

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. A paixão violenta, o isolamento imotivado, a doença neurológica e a louca vida contemporânea: concepções sobre a loucura e/ou doença mental. *In: AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Ser e fazer: enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004a. p. 241-275.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Uso de procedimentos projetivos na clínica winnicottiana. *In: AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Ser e fazer: enquadres diferenciados na clínica winnicottiana*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004b. p. 109-118.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J. O uso de procedimentos projetivos na pesquisa de representações sociais: projeção e transicionalidade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 103-127, 1995. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771995000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 mai. 2019.

AIELLO-VAISBERG, T. M. J.; AMBROSIO, F. F. Rabiscando desenhos-estórias com tema: pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos. *In: TRINCA, W. (org.). Procedimento de desenhos-estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. São Paulo: Vetor, 2013. p. 277-302.

AMIRALIAN, M. L. T. M. O Procedimento de Desenhos-Estórias e as contribuições de D. W. Winnicott. *In: TRINCA, W. (org.). Procedimento Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões*. São Paulo: Vetor, 2013. p. 177-198.

APADRINHAMENTO afetivo de crianças e adolescentes: entenda como funciona. **CNJ**, 26 fev. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/77259-apadrinhamento-afetivo-de-criancas-e-adolescentesentenda-como-funciona>. Acesso em: 05 ago. 2018.

ARANTES, M. B. **A mãe winnicottiana e os aspectos que compõem seu ambiente no maternar**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

ARAUJO, M. G. Considerações sobre o narcisismo. **Estudos de Psicanálise**, Aracaju, n. 34, p. 79-82, dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Adoção passo a passo: mude um DESTINO**. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/adocaopassoapasso.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2019.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, F. A. *et al.* Significados do cuidado materno em mães de crianças pequenas. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 28-49, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782010000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
BARROS, E. M. da R. Método psicanalítico. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 4, p. 22-25, dez. 2004. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 jun. 2019.

BATISTELLI, F. M. V.; SILVA, M. C. P. da. Aurora e o processo de parentalização. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 50, n. 92, p. 209-224, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352017000100016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

BENTO, R. Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 202-214, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200016&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

BLEGER, J. (1980). **Temas de psicologia**: entrevistas e grupos. Tradução de Rita Maria M. de Moraes. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRAUNER, M. C. C.; ALDROVANDI, A. Adoção no Brasil: aspectos evolutivos do instituto no direito de família. **JURIS**, Rio Grande, v. 15, p. 7-35, 2010.

COUTO, O. H. C. Os caminhos cruzados da adoção: do abandono precoce à última esperança. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 36, n. 68, p. 63-69, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952014000200009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

DE FELICE, E. M. Transformação e “cura” através da experiência de ser mãe. **Psyche (São Paulo)**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 145-159, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382007000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 jul. 2019.

DE FELICE, E. M. **Vivências da maternidade**: e suas consequências para o desenvolvimento psicológico do filho. São Paulo: Vetor, 2006.

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. 3. ed. São Paulo: DWW, 2014.

DIGIÁCOMO, M. J. **Breves considerações sobre a nova “Lei Nacional de Adoção”**. 27 ago. 2009. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=334>. Acesso em: 25 jun. 2015.

DUCATTI, M. A. G. **Diálogos sobre a adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

EMÍDIO, T. S. **Diálogos entre feminilidade e maternidade**: um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FONTANELLA, B. J. B.; CAMPOS, C. J. G.; TURATO, E. R. Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 5, p. 812-820, out. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000500025&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2019.

FREUD, S. (1919). O estranho. *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2006. v. XVII, p. 237-269.

FREUD, S. A História do Movimento Psicanalítico: Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). *In*: FREUD, S. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV.

FULGÊNCIO, L. A situação do narcisismo primário para Winnicott. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 47, n. 3. p. 131-142, 2013.

FULGÊNCIO, L. **Por que Winnicott?** São Paulo: Zagodoni, 2016.

GHIRARD, M. L. A. M. **Devolução de crianças adotadas**: um estudo psicanalítico. São Paulo: Primavera Editorial, 2015.

GOMES, K. A adoção à luz da teoria winnicottiana. **Winnicott e-prints**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-18, 2006. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2006000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jan. 2019.

GOMES, M. B. **Adoção Intuito personae no direito brasileiro**: uma análise principiológica. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GRADVOHL, S. M. O.; OSIS, M. J. D.; MAKUCH, M. Y. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 31 dez. 2018.

GRANATO, T. M. M. A maternidade e a clínica winnicottiana. *In*: AIELLO-VAISBERG, T. M.; GRANATO, T. M. M. **Ser e fazer**: na clínica winnicottiana da maternidade. Aparecida, SP: Novas Ideias & Letras, 2006. p. 33-50.

GRANATO, T. M. M. **Tecendo a clínica winnicottiana da maternidade em narrativas psicanalíticas**. 2004. 266 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

GRANATO, T. M. M.; CORBETT, E.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Narrativa interativa e psicanálise. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 1, p. 149-155, mar. 2011. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000100018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2019.

GRANATO, T. M.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 17-35, jun. 2013. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2019.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Tradução de Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

HAUDENSCHILD, T. R. L. O primeiro olhar. *In*: FRANÇA, M. T. de B.; HAUDENSCHILD, T. R. L. (ed.). **A Constituição da Vida Psíquica**. 2. ed. São Paulo: Sociedade Brasileira de Psicanálise, 2015. p. 145-155.

HERRMANN, F. **Andaimos do Real**: O método da Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001a.

HERRMANN, F. **Introdução à teoria dos campos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001b.

HERRMANN, F. Pesquisa psicanalítica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 56, n. 4, p. 25-28, dez. 2004a. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252004000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 nov. 2018.

HERRMANN, F. Pesquisando com o método psicanalítico. *In*: HERRMANN, F. *et al.* **Pesquisando com o método psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004b. p. 43-83.

JORGE, J. A. “Temos a arte para não morrer perante a verdade” (ou simplesmente Luiza). **Winnicott e-prints**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2015000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

LADVOCAT, C. **Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva**. Rio de Janeiro: Booklink, 2002.

LEBOVICI, S. **O Bebê, a mãe e o psicanalista**. Tradução de De Francisco Vidal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LEVINZON, G. K. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 2009.

LEVINZON, G. K. A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 10-20, 2015a. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822015000200002&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

LEVINZON, G. K. Recordar, repetir, elaborar e construir: a busca do objeto materno na análise de uma menina adotada. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 155-164, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2010000400014&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

LEVINZON, G. K. **Adoção**. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

LEVINZON, G. K. **Tornando-se pais**: a adoção em todos os seus passos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015b.

- MACHADO, R. N.; FÉRES-CARNEIRO, T.; MAGALHÃES, A. S. Parentalidade adotiva: contextualizando a escolha. **Psico**, Porto Alegre, v. 46, n. 4, p. 442-451, 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2015.4.19862>. Acesso em: 04 abr. 2017.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.
- MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. **Anais [...]**. Bauru: USC, 2004. CD-ROOM.
- MARSON, A. P. Narcisismo Materno: quando meu bebê não vai para casa... **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 161-169, jun. 2008.
- MARTINEZ, A. L. M.; BARBIERI, V. A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 175-185, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n2/05.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- MEDEIROS, C.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Reflexões sobre holding e sustentação como gestos psicoterapêuticos. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 49-62, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652014000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 jan. 2019.
- MERÇON-VARGAS, E. A.; ROSA, E. M.; DELL'AGLIO, D. D. A produção científica e os aspectos legais no âmbito da adoção nacional e internacional. *In*: SCORSOLINI-COMIN, F.; PEREIRA, A. K.; NUNES, M. L. T. (org.). **Adoção**: legislação, cenário e práticas. São Paulo: Vetor, 2015. p. 29-47.
- MIURA Paula Orchiucci *et al.* A constituição do self a partir das relações familiares abusivas: um enfoque winnicottiano. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 43-66, 2011.
- MORELLI, A. B.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTEIRO, T. V. O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 175-194, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.
- MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas**: a entrega de um filho em adoção. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- NABINGER, S. B. **A construção dos vínculos na Adoção**: transtornos mentais na infância e na adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NAFFAH NETO, A. A problemática do falso self em pacientes de tipo borderline: revisitando Winnicott. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 77-88, dez. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2007000400008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2019.

OLIVEIRA, P. A. B. A. de; SOUTO, J. B.; SILVA JÚNIOR, E. G. da. Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. 4, p. 909-922, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003672016>. Acesso em: 07 mai. 2018.

OTUKA, L. K.; SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. dos. Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 1, p. 89-99, 2013. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000100010>. Acesso em: 18 fev. 2018.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PAIVA, L. D. **Adoção**: significados e possibilidades. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PEITER, C. **Adoção - vínculos e rupturas**: do abrigo à família adotiva. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2016.

PEREIRA, A. K.; AZAMBUJA, M. R. F. de. História e legislação da adoção no Brasil. *In*: SCORSOLINI-COMIN, F.; PEREIRA, A. K.; NUNES, M. L. T. (org.). **Adoção**: legislação, cenário e práticas. São Paulo: Vetor, 2015. p. 17-27.

PERETTO, K. I. M.; VALENTE, M. L. L de C. Pensando a adoção olhando a maternagem. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 10, n. 1, p. 70-96, jan./jun. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Ana/Downloads/514-Texto%20do%20artigo-4379-2-10-20140317%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ana/Downloads/514-Texto%20do%20artigo-4379-2-10-20140317%20(2).pdf). Acesso em: 15 jan. 2019.

PINÉA, A. C. F.; SEI, M. B. Falso self e gesto espontâneo na psicoterapia psicanalítica de uma criança adotiva. **Revista Brasileira de Psicoterapia (Online)**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 69-82, 2015. Disponível em: <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848101>. Acesso em: 08 set. 2018.

PRUDENCIATTI, S. M.; TAVANO, L. D.; NEME, C. M. B. O Desenho: Estória na atenção psicológica a crianças na fase pré - cirúrgica. **Boletim - Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 33, n. 85, p. 276-291, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2013000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2019.

QUEIROZ, E. F. O que quer uma mulher quando adota? *In*: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. de (org.). **Adoção**: desafios da contemporaneidade. São Paulo: Blucher, 2018. p. 137-154.

RECKTENVALD, K. A fragilidade oculta sob a armadura: a relação entre transtornos narcisistas e organizações falso *self*. **Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade**, Porto Alegre, n. 10, p. 186-212, jul./dez. 2010. Disponível em: www.revistacontemporanea.org.br. Acesso em: 29 mar. 2015.

RIBEIRO, D. P. S. A. **Transicionalidade e uso do procedimento de Desenhos-Estórias com Tema nas primeiras entrevistas clínicas**. 2007. 173 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

ROSA, D. B. da. A narratividade da experiência adotiva: fantasias que envolvem a adoção. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 97-110, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/07.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2017.

ROSSATO, J. G.; FALCKE, D. Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 128-139, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

ROTENBERG, E. B. A transmissão inconsciente da mãe adotante ao filho adotivo. *In*: LEVINZON, G. K.; LISONDO, A. D. de. (org.). **Adoção: desafios da contemporaneidade**. São Paulo: Blucher, 2018. p. 87-98.

SANTOS, E. S. Apontamentos sobre as angústias impensáveis em Winnicott. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 23, n. 33, p. 475-492, jul./dez. 2011.

SCORSOLINI-COMIN, F.; AMATO, L. M.; SANTOS, M. A. dos. Grupo de apoio para casais pretendentes à adoção: a espera compartilhada do futuro. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 40-50, dez. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702006000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2019.

SEQUEIRA, V. C.; STELLA, C. Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 69-78, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

SILVA, L. E. P. Uma contribuição a mais para a compreensão do narcisismo. *In*: OUTEIRAL, J.; ABADI, S. (coord.). **Donald Winnicott na América Latina: teoria e clínica psicanalítica**. São Paulo: Revinter, 1997. p. 51-56.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

STELLIN, R. M. R. *et al.* Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 170-185, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282011000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2019.

TARDIVO, L. S. L. P. C. Derivações do Procedimento de Desenhos-Estória: atendimentos em grupo. *In*: TRINCA, W. (org.). **Procedimento Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. São Paulo: Vetor, 2013a. p. 339-364.

TARDIVO, L. S. L. P. C. O Procedimento de Desenhos-Estórias na expressão e na compreensão de vivências emocionais. *In*: TRINCA, W. (org.). **Formas Compreensivas de Investigação Psicológica: Procedimento de Desenhos-Estórias e Procedimento de Desenhos de Família com Estórias**. São Paulo: Vetor, 2013b. v. 1, p. 145-168.

TRINCA, W. (org.). **Procedimento de Desenhos-Estórias: Formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. São Paulo: Vetor, 2013a.

TRINCA, W. Formas tradicionais de aplicações. *In*: TRINCA, W. (org.). **Procedimento Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. São Paulo: Vetor, 2013b. p. 13-26.

TRINCA, W.; MARTÃO, M. I. S. Um modelo de pesquisa qualitativa com a utilização do Procedimento de Desenhos-Estórias. *In*: TRINCA, W. (org.). **Procedimento Desenhos-Estórias: formas derivadas, desenvolvimentos e expansões**. São Paulo: Vetor, 2013. p. 219-230.

VERCEZE, F. A. *et al.* Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 92-106, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100008&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 02 mar. 2018.

WEBER, L. N. D. **Pais e Filhos por Adoção no Brasil: Características, expectativas e sentimentos**. Curitiba: Juruá, 2015.

WINNICOTT, D. W. (1988). **Os bebês e suas mães**. 4. ed. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018. (Textos de psicologia).

WINNICOTT, D. W. (1971). A criatividade e suas origens. *In*: WINNICOTT, D. **O brincar e a realidade**. Tradução de J. O. de A. Abreu e V. Nobre. Rio de Janeiro: Imago, 1975. p. 95-120.

WINNICOTT, D. W. (1964). **A criança e o seu mundo**. Tradução de Álvaro Cabral. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

WINNICOTT, D. W. (1963). Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. *In*: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983d. p. 79-87.

WINNICOTT, D. W. (1960). Distorção do ego em temas de falso e verdadeiro "self". *In*: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983a. p. 128-139.

WINNICOTT, D. W. (1960). Teoria do relacionamento paterno-infantil.

In: WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983c. p. 38-54.

WINNICOTT, D. W. (1956). A Tendência antissocial. *In:* WINNICOTT, D. W.

Privação e Delinquência. 5. ed. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. p. 135-147.

WINNICOTT, D. W. (1956). Preocupação Materna Primária. *In:* WINNICOTT, D. W.

Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. Tradução de Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000. p. 399-405.

WINNICOTT, D. W. (1955). A adolescência das crianças adotadas. *In:* SHEPHERD, R.; JOHNS, J.; ROBINSON, H. T. **D. W. Winnicott**: pensando sobre crianças.

Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997a. p. 131-140.

WINNICOTT, D. W. (1953). Duas Crianças adotadas. *In:* SHEPHERD, R.; JOHNS, J.; ROBINSON, H. T. **D. W. Winnicott**: pensando sobre crianças.

Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997b. p. 115-130.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Tradução de Irineo Constantino Schuch Ortiz.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1983b.

WINNICOTT, D. W. O jogo do rabisco (1964-1968). *In:* WINNICOTT, C.; SHEPHERD, R.; DAVIS, M. (org.). **Explorações Psicanalíticas**: D. W. Winnicott.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 230-243.

WINNICOTT, D. W. Um estado primário do ser: os estágios pré-primitivos.

In: WINNICOTT, D. W. **Natureza Humana**. Tradução de Davi Litman Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 153-156.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Neste momento você está sendo convidado a participar da pesquisa “Análise dos vínculos afetivos na adoção: um olhar às condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas” sob a responsabilidade da pesquisadora Anna Cecília Latanzio Rodrigues Silva, RG: MG19.810.955.

Este termo será impresso em duas vias, onde, depois de rubricadas suas páginas e com as devidas assinaturas do pesquisador e do participante, uma das vias ficará com o participante da pesquisa e o outro anexado aos materiais do pesquisador.

Para a execução desta pesquisa, houve a aprovação pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Caso haja dúvidas quantos as questões éticas, a qualquer momento o participante poderá entrar em contato com a Unesp no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail cep@assis.unesp.br, ou diretamente com o pesquisador no telefone (18) 99603-6939 ou e-mail annacecilia21@yahoo.com.br.

I – A pesquisa

A pesquisa objetivará compreender a constituição da subjetividade materna a partir da experiência de adoção.

II – Procedimentos

Os procedimentos que você realizará para a produção desta pesquisa será a Técnica do Desenho-Estória com tema, onde a pesquisadora solicitará a realização do desenho a partir de uma consigna e em seguida será solicitado que você conte uma estória, a partir de então a pesquisadora poderá fazer perguntas e, em seguida, solicitará a você a elaboração de um título.

Na etapa seguinte, será realizada a entrevista semiestruturada que tem como objetivo levantar dados a partir das suas experiências vividas no processo da adoção.

III – Riscos, Desconfortos e Benefícios

Será conversado sobre assuntos pertinentes a sua intimidade familiar e pessoal, desta forma poderá mobilizar sentimentos que serão incômodos e/ou desconfortáveis, estes poderão ser mobilizados de forma imediata ou tardiamente.

Caso haja algum desconforto, você, enquanto participante da pesquisa, poderá procurar a pesquisadora, após a coleta de dados, para o acolhimento de suas angústias, para que, se necessário, seja solicitado encaminhamento ao devido profissional. A pesquisadora auxiliará no processo de solicitação e encaminhamento. No caso de ser encaminhado para o profissional da psicologia, a pesquisadora em contato com você, orientará o caminho para tal acesso que poderá ser público (neste caso a solicitação e encaminhamento será realizado para “clínicas escola” pertencentes a faculdades de Psicologia ou para saúde mental do município) ou privado (caso você queira uma indicação de profissional a ser pago por você).

Também, poderá emergir memórias afetivas e encontros com a subjetividade que permitirão ao participante viver experiência de acolhimento e conforto emocional. Além de contribuir para comunidade científica e desmistificação de alguns processos vividos pela construção da maternagem.

IV – Liberdades e Garantias

Você, a qualquer momento da pesquisa, poderá desistir e/ou interromper sua participação, independente de já ter assinado este TCLE, não sofrendo nenhum tipo de penalização ou prejuízo. Caso alguma etapa do processo cause-lhe constrangimento, você poderá interromper imediatamente. Também terá liberdade para não responder alguma pergunta que seja realizada pela pesquisadora.

V – Sigilo

Será garantido em todos os momentos da pesquisa, a partir do primeiro contato até após a realização da mesma, o seu anonimato, ou seja, será utilizados apenas nomes fictícios caso seja necessário.

VI – Publicação

Os dados coletados através dos procedimentos apresentados previamente serão utilizados para construção da pesquisa e poderão ser utilizados para publicação respeitando o anonimato de todas as pessoas que forem apresentadas.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “Análise dos vínculos afetivos na adoção: um olhar às condições ambientais e afetivas na maternagem de mães adotivas”. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora Anna Cecília Latanzio Rodrigues Silva sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que () concordo / () não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

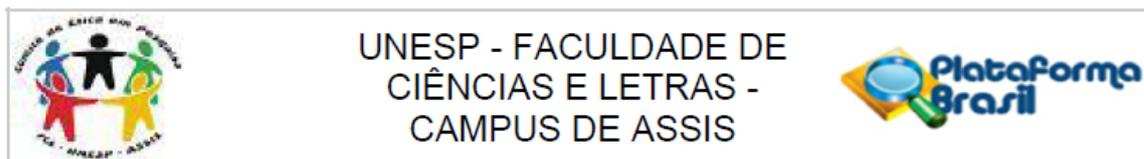
_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Participante

Eu, Anna Cecília Latanzio Rodrigues Silva, pesquisadora responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

Pesquisadora Responsável

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE DOS VÍNCULOS AFETIVOS NA ADOÇÃO: UM OLHAR ÀS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E AFETIVAS NA MATERNAGEM DE MÃES ADOTIVAS.

Pesquisador: ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76916617.2.0000.5401

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.546.955

Apresentação do Projeto:

O projeto: "ANÁLISE DOS VÍNCULOS AFETIVOS NA ADOÇÃO: UM OLHAR ÀS CONDIÇÕES AMBIENTAIS E AFETIVAS NA MATERNAGEM DE MÃES ADOTIVAS.", surge da experiência clínica de atendimento de um caso de adoção onde desperta o questionamento sobre as construções das relações parentais e a repercussão na vida emocional da criança adotada e das mães adotivas. Serão convidadas 4 mães adotivas, através do Fórum de Presidente Prudente, para participar e para colher os dados será utilizado o método psicanalítico através da Técnica do Desenho-Estória com tema e entrevista semi-estruturada.

Objetivo da Pesquisa:

A hipótese da pesquisadora no projeto de pesquisa é que a maternagem pode ser desenvolvida ao longo do processo de adoção e que a gestação psíquica, que acontece na espera da adoção, pode contribuir para este processo, não desconsiderando o aspecto instintivo da mulher no desenvolvimento da maternagem, mas que o meio e o desejo de ser mãe pode compor tal processo. Diante disso, o objetivo é: - a constituição da subjetividade materna a partir da experiência de adoção;

- Compreender como se dá a vinculação com o filho adotivo com as primeiras experiências;- Identificar as razões que mobilizaram o desejo de adoção;- Verificar as extensões da dificuldade na maternagem após a adoção.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100

Bairro: Vila Tênis Clube

CEP: 19.806-900

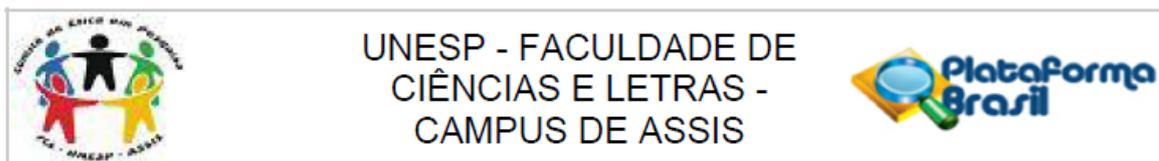
UF: SP

Município: ASSIS

Telefone: (18)3302-5607

Fax: (18)3302-5804

E-mail: cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 2.546.955

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora relata os riscos: Na pesquisa estão inerentes riscos no processo de coleta de dados através da técnica do Desenho – Estória com tema e da entrevista semiestruturada, onde pode mobilizar nos sujeitos da pesquisa questões a níveis emocionais. Porém, dentro das possibilidades, foram previamente estudados e analisados os instrumentos de pesquisa e o modo de coleta de dados para amenizar os impactos nos sujeitos além de considerar a formação acadêmica dos pesquisadores que fará tal coleta de dados possibilitando acolher as fragilidades que possam emergir neste processo. Quanto aos benefícios temos: contribuir com referenciais teóricos sobre este tema por meio de produções científicas que possam agregar respostas às angustias e necessidade de conhecimento sobre as representações no psiquismo da mãe frente a nova realidade e ampliar as possibilidade de pensar o processo de adoção. Mobilizar reflexões sobre o preparo e suporte para os pais na chegada de uma criança, além de possibilitar novos disparadores para pesquisa. Contribuir para os alcances acadêmicos proporcionando suporte teórico para profissionais envolvidos nessa área, como psicólogos, assistentes sociais, educadores, áreas jurídicas, etc. para que estes possam repensar e criar novos modos de olhar para a nova relação parental que se apresenta. Este trabalho também tem o intuito de possibilitar a orientação a pais e familiares que tem o desejo na adoção, pais que estão participando deste processo e/ou pais adotivos, para que possa encontrar um referencial teórico que respalde ou mesmo auxilie no acesso a realidade existente e ao acolhimento das angustia possivelmente vividas, já que residimos em um país que tem validado esta prática na tentativa de reconstrução de um lar para crianças que vivem o abandono

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto apresenta-se coerente, com embasamento teórico e pertinente no intuito de apresentar um estudo que auxilie nos vínculos afetivos da adoção, contribuindo assim com todos os segmentos envolvidos com o tema.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta todos os termos obrigatórios, inclusive fez as alterações exigidas quanto a Declaração de Infraestrutura e também estabeleceu um local adequado para a realização das entrevistas.

Recomendações:

A pesquisadora deverá apresentar novo cronograma tendo em vista que a coleta de dados só pode ocorrer após aprovação pelo CEP.

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100

Bairro: Vila Tênis Clube

CEP: 19.806-900

UF: SP

Município: ASSIS

Telefone: (18)3302-5607

Fax: (18)3302-5804

E-mail: cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 2.546.955

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Nihil.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. Os RELATÓRIOS deverão ser postados na Plataforma como NOTIFICAÇÃO em formulário estabelecido pelo CEP (<http://www.assis.unesp.br/#!/comite-de-etica/humanos/formularios/>) em NOVEMBRO/2018 e MAIO/2019. No relatório Final deverá se informado como foi realizada a devolutiva aos participantes da pesquisa. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_981492.pdf	29/11/2017 11:36:38		Aceito
Outros	Justificativa_alteracao_cronograma.pdf	29/11/2017 11:29:49	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
Cronograma	CronogramaDesenvolvimentoPesquisa2.doc	29/11/2017 11:27:50	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_AnnaCecilia_plataformabrazil2.doc	29/11/2017 09:30:19	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_3.pdf	28/11/2017 23:35:40	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_sala_de_atendimento.jpg	28/11/2017 18:14:01	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_Forum.jpg	28/11/2017 13:45:22	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_ESCLARECIDO2.docx	28/11/2017 12:22:33	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.docx	26/08/2017	ANNA CECILIA	Aceito

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100

Bairro: Vila Tênis Clube

CEP: 19.806-900

UF: SP

Município: ASSIS

Telefone: (18)3302-5607

Fax: (18)3302-5804

E-mail: cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS E LETRAS -
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 2.546.955

Outros	Roteiro_de_entrevista.docx	19:11:53	LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Anna_Cecilia.pdf	26/08/2017 18:55:09	ANNA CECILIA LATANZIO RODRIGUES SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ASSIS, 16 de Março de 2018

Assinado por:
CLAUDIO EDWARD DOS REIS
(Coordenador)

Endereço: Av. Dom Antônio, 2100

Bairro: Vila Tênis Clube

CEP: 19.806-900

UF: SP

Município: ASSIS

Telefone: (18)3302-5607

Fax: (18)3302-5804

E-mail: cep@assis.unesp.br